



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Carlos Alberto Alves Lima

De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do
“Complexo Rua do Meio” (1940-1960)

Feira de Santana - Ba

2014

Carlos Alberto Alves Lima

De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do
“Complexo Rua do Meio” (1940-1960)

Dissertação apresentado à Banca Examinadora
Programa de Pós-Graduação em História –
Mestrado, da Universidade Estadual de Feira
de Santana, como exigência para obtenção do
título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira

Feira de Santana – Ba

2014

L6971 Lima, Carlos Alberto Alves
De Luzes e Becos : cartografias, itinerários e imagens do “Complexo Rua do Meio” (1940-1960) / Carlos Alberto Alves Lima. – Feira de Santana, 2014.
168 f. : il.

Orientadora: Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

1. Feira de Santana, BA – História. 2. Complexo Rua do Meio. 3. Espaço urbano – Aspectos sociais. I. Oliveira, Ana Maria Carvalho dos Santos, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 981(814.22)

Eu caminhava
Minhas pernas se encontravam, se despediam
Vencendo cruzamentos, ganhando esquinas
Chegando a lugares que de longe eu enxergava
Um estranho, encostado na parede mostrou os braços
Longos brancos braços marcados, ofereceu-lhe a prisão
Longos dias contados, entre um tiro e um espelho eu o deixei

Eu caminhava e fingia que o tempo passava
Eu caminhava e fingia...
(Nenhum de Nós)

Carlos Alberto Alves Lima

De Luzes e Becos: cartografias, Itinerários e Imagens do
“Complexo Rua do Meio” (1940-1960)

A banca examinadora considera esta
dissertação adequada como requisito
para conclusão do Curso de Mestrado
em História da Universidade Estadual
Feira de Santana

Feira de Santana, 06 de Junho de 2014.

Prof^ª . Dr.^a Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof. Dr. Clóvis Frederico R. Moraes Oliveira
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Carlos Alberto de Oliveira
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Prof^ª Dr^a Ione Celeste de Sousa (UEFS) – Suplente

Prof^ª Dr^a Sara Oliveira Farias (UNEB) -Suplente

AGRADECIMENTOS

Há exatamente 10 anos começava meus primeiros passos rumo a carreira de historiador, naqueles momentos muita dúvidas quanto a formação e ao futuro profissional pairavam no ar, principalmente por enfrentar a tão criticável mudança curricular, imposta pelo MEC. A trajetória não foi fácil, teorias foram sedimentadas, conceitos foram apreendidos, metodologia foram apropriadas, mas antes de qualquer coisa, experiências foram vivenciadas e que me ajudaram não apenas na formação profissional, mas também na pessoal. Sendo assim, professores, funcionários, colegas, amigos e familiares contribuíram indescritivelmente nesse processo, seja numa orientação formal, seja nas discussões em sala, ou ainda nas conversas informais ou em palavras de incentivo e confiança. Essa dissertação é mais uma etapa da caminhada, então num misto de passo e comemoração, quero aqui agradecer, aqueles que de uma maneira ou outra contribuíram oportunamente no percurso trilhado. Deixo claro que, corro o risco de ser injusto, esquecendo alguém, dado principalmente à seletividade e fragilidade da memória nesse estágio de prazo cada vez mais curto, a esses minhas sinceras desculpas. Então, aqui vão meus agradecimentos,

Aos Professores: Andrea Rocha, Jaques Depelchin Acácia Batista, Elizete da Silva, Eurelino Coelho, Nilo Henrique. Em especial, a professora Ione Celeste, pela atenção dada nos momentos de dificuldade; ao Professor Clovis Ramaiana, quase orientador, que em muito contribuiu na inspiração e no desenrolar da pesquisa; ao Professor Rinaldo Leite, com o seu olhar apurado e comentários pertinentes e finalmente a Professora Ana Maria Oliveira com paciência, confiança e incentivo, virtudes cada vez mais rara num ambiente acadêmico marcadamente frio, proporcionando com isso autonomia e liberdade nessa produção.

A todos os funcionários da Biblioteca Municipal Arnold Silva, muitos dias dessa trajetória foram vivenciados ali, mesmo sem uma estrutura adequada e um acervo com limitações, agradeço pela gentileza e compreensão. Particularmente, não poderia deixar de mencionar os papos sempre informativo de “Seu Nei”, as dicas memorialísticas de Dona Josefa, a atenção de Raimundão, “seu Dilson”, Timbó e da sempre amiga Maura.

A Hélio, funcionário do Arquivo Público Municipal, pelo privilégio na liberação de alguns documentos que foram de grande valia para construção desse texto.

A Carlos Mello, com a paciência e o conhecimento que lhe são peculiares, me apresentou uma Feira de Santana que não conhecia. Suas dicas e informações foram deveras importantes para traçarmos uma cartografia da Princesa do Sertão. Vida Longa ao Mello!

Aos Amigos: Em especial aos construídos na labuta e dureza do nosso cotidiano acadêmico, quantos almoços, lanches e viagens fizemos juntos, regados a bons risos e belíssimas histórias. Jamais esquecerei esses momentos, com certeza deixaram nossas vidas com mais leveza. André, Ana Paula, Camila, Emily, Lucas, Melira, Pablo, Rennan, Simone, muito obrigado pelo encontro!

. Não posso esquecer-me dos amigos para além dos muros acadêmicos, aqueles dos velhos tempos, alguns mesmo com uma certa distância, mantêm-se leais. Assim, meus agradecimentos para: Fernando, Juvenal, Aline Aguiar e Aline Almeida, Mayara Plácido, Chacauana Araújo, Danilo São Paulo e Nívea Maria. Outros mais presentes, que agem sempre com incentivo e dedicação e principalmente apoio em qualquer ocasião, podem ter certeza que a recíproca é verdadeira, meu agradecimento ao casal Luciano e Stella e ao sócio/amigo/irmão Juliano Mota.

A Minha mãe Neuza, que mesmo sem ter a real dimensão do ofício do historiador, orgulha-se toda vez que digo o que estou pesquisando.

Resumo

Analizamos a História de Feira de Santana, sob a perspectiva do processo de modernização e urbanização vivenciado a partir da implantação da República no Brasil, com destaque para a fase ocorrida entre as décadas de 1940 e 1960. Tornou-se comum nesse processo, a produção de territórios, multifacetando a urbe. Direcionamos nossos olhares para o “Complexo Rua do Meio”, formado pelas atuais Ruas Marechal Deodoro da Fonseca e Sales Barbosa e seus respectivos Becos e Ruelas, território que concentrava em seu cotidiano práticas sociais ilícitas e moralmente condenáveis pelo discurso da elite dominante, com destaque para a vadiagem, jogatina e prostituição. Assim, esses espaços eram considerados proibidos e perigosos na Feira moderna, e os seus respectivos sujeitos vistos como entraves para o progresso. Dessa forma, nossa problemática, centralizou-se na interação sujeito/território, conformando uma espécie de metonímia social. Esse imbricamento ocorreu de uma maneira tão marcante e intensa que indivíduo e espaço se confundiam, num processo de construção mútua. Problematicamos também como um local tradicionalmente marcado pelas práticas ilícitas ressentiu a modernização na urbe. Mais ainda, como os sujeitos receberam as medidas coercitivas impostas pela administração municipal. Enfim, como esse espaço ficou conhecido como uma zona maldita, proibida e perigosa.

Palavras-Chave: Feira de Santana, Complexo Rua do Meio, Jogo do Bicho, Vadiagem

Abstract

We're trying to analyze the Feira de Santana's history, from the perspective of the progress in urbanization and modernization since the republic of Brazil, mainly between 1940 and 1960. When by this time happened a big production of territories, and changed the urban area. We are focusing the street called "complexo Rua do Rua", formed by the current streets "Marechal Deodoro da Fonseca, Sales Barbosa and its alleys. Where used to be a place of illicit activities as illegal games and prostitution, when was morally condemned by the local elite. So this area was considered prohibited and dangerous in the city, and these people were seen as a big problem for its progress. By this way our problematic is how to interact people and their territory, forming a kind of social metonymic. This imbrication is so intense, that the local people and the area are confused in a mutual process of construction. So the focus of the discussion is about how the local, that was marked by illegal situation, passed by an urban modernization. Even more, how the local people received the coercive method imposed by the administration of the city. However how this area is known as a forbidden and dangerous cursed zone.

Keys word: Feira de Santana, Complexo Rua do Meio, jogo do bicho, vadiagem

Lista de Figuras

Figura 1.....	56
Figura 2.....	57
Figura 3.....	58
Figura 4.....	59
Figura 5.....	61
Figura 6.....	62
Figura 7.....	62
Figura 8.....	63
Figura 9.....	64
Figura 10.....	65
Figura 11.....	66
Figura 12.....	67
Figura 13.....	68
Figura 14.....	69
Figura 15.....	69
Figura 16.....	72
Figura 17.....	85
Figura 18.....	85
Figura 19.....	90
Figura 20.....	132
Figura 21.....	149

Sumário

Agradecimentos.....	6
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de Figuras.....	10
Introdução.....	13
Capítulo 1 – Cartografia e Itinerário: um caminhar para a “Perdição”.....	24
Comércio, Localização Privilegiada e Estradas: uma interface possível.....	36
Imprensa feirense e Companhia de Melhoramentos Legitimadoras de uma Nova Urbe.....	42
Cartografia do “Complexo da Rua do Meio”: sujeitos e sociabilidades.....	47
A Rua é do Povo: a invenção de um Cotidiano.....	53
“Complexo da Rua do Meio: trajetória de um território singular.....	55
Capítulo 2 – Sorte ou Azar? O Jogo do Bicho da Contravenção a Resistência.....	75
Por uma História do Jogo.....	83
Por dentro da Arte de Jogar.....	86
A “Cruzada” contra o Jogo.....	93
Entre a Ilegalidade e a Imoralidade: assim se faz o Jogo.....	106

Capítulo 3 – Policiadores e Vadios: Conflitos e Interações na Rua do Meio.....	113
Por uma História da Vadiagem.....	116
Vadiagem: uma experiência do Não-Trabalho.....	120
Vadiagem e Desordem: Conflitos, Interação e Violência na Rua do Meio.....	131
O outro Lado da Moeda: a Polícia em Cena.....	135
Policiadores: uma Experiência no Cotidiano Brasileiro.....	140
Policiadores: Agentes da lei ou do Crime?.....	149
Considerações Finais.....	157
Lista de Fontes.....	158
Bibliografia.....	161

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em História, logo de cara, uma série de perguntas se faz pertinente e obrigatória: de qual história estamos falando? Qual o recorte temporal estabelecido? Quem são os sujeitos e quais as fontes que serão usadas? Quais os objetivos e hipóteses do estudo? Essas indagações teimam em enviesar e caracterizar a História apenas enquanto campo científico, deixando de lado ou até mesmo renegando as suas outras facetas.

Para que isso seja evitado, a História, antes de quaisquer questões prementes, deve ser apreendida na sua “trindade nada santíssima”, reconhecida enquanto: *a história vivida e experimentada no seu devir cotidiano; a história não experimentada, nem vivida, mas mediada através de uma didática, equivalente ao ensino; a história apresentada como ciência histórica com seus métodos e teorias que busca na sua performance dar inteligibilidade aos acontecimentos e fenômenos acontecidos*. É válido acrescentar que essa tripartite deve ser compreendida, ao menos pelo historiador, como um todo, e que suas partes funcionam numa relação mutualística e de complementaridade. Isso não significa confundi-las, haja vista que cada uma dessas corresponde a uma demanda do conhecimento histórico.

Mesmo sabendo de tudo isso, quero, aqui, destinar minha atenção para a História enquanto campo científico, aquela apreendida nas disciplinas de Teoria e Historiografia, bem como nas inúmeras oficinas da Pesquisa Histórica, vivenciadas a partir das mudanças curriculares impostas pelo MEC nos primeiros anos dos século XXI. Enfim, uma História em permanente construção, resguardada no bojo de suas estruturas, desejos, inquietações, ideologias, subjetividades, e que busque privilegiar em quaisquer de suas nuances as relações de sujeitos ou grupos, numa determinada sociedade, respeitando seu tempo e espaço, guiado sempre por uma diacronia que propicie a interpretação das transformações possivelmente ocorridas.

Feita essa espécie de parêntese conceitual, vou me reportar a uma tal de Historiografia Feirense. Se outrora, especificamente há 10 anos atrás, quando comecei minha trajetória nesse ofício, poucas eram as pesquisas históricas que tinham Feira de

Santana enquanto objeto¹, assim adjetivar campo histórico atrelado à Princesa do Sertão parecia uma realidade distante de ser concretizada, diferente do momento atual que percebemos uma efervescência desse campo. Longe de uma historiografia² restrita a determinados temas e objetos, o que se vê é uma plêiade de interesses que vêm contribuindo de maneira profícua, do ponto de vista teórico-metodológico, para novas dimensões e abordagens do conhecimento histórico. Assim, encontramos desde uma História Política³, passando por uma História Social⁴, chegando a uma História do Cotidiano⁵ e das Mulheres⁶, como também das Religiões⁷ e do Ensino⁸, ou ainda uma

¹Além da obra clássica: *Feira de Santana*, lançada em 1968, pelo brasileiro Rollie Poppino e alguns trabalhos desenvolvidos por historiadores diletantes, ao modelo de crônicas e memórias, academicamente tínhamos poucos trabalhos disponíveis, destacando: ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do Povoamento de Feira de Santana: um estudo de História Colonial*.(Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1992.; OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. *De Empório a Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2000.; SILVA, Aldo José Morais. *Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2000.; SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos Tempos da Modernidade: o Sonho da Industrialização*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2002.; MATOS, Railda. *Elas sonham acordadas em Santo Antonio dos Prazeres – mulher em prostituição*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

²Mesmo reconhecendo a qualidade e a importância de Monografias de especialização e Graduação, por falta de tempo e espaço, optaremos por indicar apenas trabalhos em nível de Mestrado e Doutorado.

³ Ver: CORREA, Diego Carvalho. *O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade em João Durval Carneiro. (1967-1971)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2011.; MONTEIRO, Jhonatas Lima. *Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana. (1963-1983)*. (Dissertação Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2009.; REIS, Wagner Alves. *Agostinho Fróes Da Motta: Trajetórias e Conquistas de um “Homem De Cor” em Feira de Santana (1856-1922)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana, 2012.; SANTOS, Igor Gomes. *Na Contramão do Sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana*. (Dissertação de Mestrado). UFF, 2007.

⁴PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. *Trabalho e Costume de Feirantes de Alimentos: Pequenos Comerciantes e Regulamentações do Mercado em Feira de Santana (1960/1990)*. UEFS, 2009.

⁵ SILVA, Mayara Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2012.; SOUZA, Eronize Lima. *Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.; OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)*. (Tese de Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008. BARBARA, Reginilde Rodrigues Santa. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana – Bahia (1929-1964)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2007.

⁶ SANTOS, Cristiane Lima. *Moderna, mas Honrada: Moralidade e Honra Sexual Feira de Santana (1940-1960)*.(Dissertação de Mestrado). Santo Antônio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia, 2010.; SILVA, Maria Carolina Silva Martins da. *Nas veredas dos Discursos Moralistas: a Honra das Mulheres em Feira de Santana (1960-1979)*.(Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

⁷ ALMEIDA, Luciane Silva de. *“O Comunismo é o Ópio do Povo”*: Representações dos Batistas sobre o Comunismo, o Ecumenismo e o Governo Militar na Bahia (1963 – 1975). (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.; SANTANA, Jorge Luiz Nery de. *Práticas e Representações Étnicas nas Narrativas Religiosas dos Batistas em Feira de Santana (1947-1988)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.; DIAS, Caroline Luz e Silva. *Os Neopentecostais em Feira de Santana: “Da Visão Celular no Modelo dos*

História da Cultura⁹, da Escravidão¹⁰ ou do Trabalho¹¹. Do ponto de vista da documentação, podemos destacar a mesma pluralidade, assim encontramos pesquisas que se apropriam dos periódicos, com especial atenção para os Semanários, dos Processos-Crimes e Cíveis, bem como das fontes orais e cartoriais, além das fotografias, correspondências, plantas residenciais, literaturas, cartas, panfletos, reclames, entre outros.

A que se deve a formação e o crescimento dessa dita Historiografia Feirense? Dentre tantos fatores podemos apontar alguns, desses saltam aos olhos: a preponderância das mudanças na matriz curricular no curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana, ocorrida em 2004. Essas instauraram em meio a inúmeras novidades, o componente curricular de pesquisa na formação do professor/historiador, além da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quase sempre no formato monográfico. Dessas experiências, muitas monografias foram construídas e algumas dessas tornaram projetos que concorreram a seleções em Programa de Pós Graduação *stricto sensu* pelo Brasil. *Pari passu* a essa transformação na graduação, constatamos a importância da consolidação da Especialização em História da Bahia e, posteriormente, a implantação do Programa de

12 ao Mover Celular do Fruto Fiel”. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.; SILVA, Igor José Trabuco da. “*Meu Reino não é deste Mundo*” – A Assembleia de Deus e a Política em Feira de Santana (1972 – 1990). (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.; TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *O Instituto Bíblico Batista do Nordeste e a Construção da Identidade Batista em Feira de Santana (1960-1990)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.; OLIVEIRA, Josival Pires de. *Adeptos da mandinga: candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970)*. (Tese de Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

⁸ CARDOSO, Mayra Paniago Spínola. *De normalistas a professoras: um estudo sobre trajetória profissional feminina em Feira de Santana (1950 / 1960)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.; LOPES, Jackeline Silva. *Na sala de espelhos: professores de história entre representações e identificação com a profissão (Feira de Santana, 1986-1991)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana, 2010.; SOUSA, Ione Celeste de. *Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. São Paulo: EDUC, 2001.

⁹ SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2012.; SILVA, Miranice Moreira da. *Entre máscaras e serpentinhas: Por uma história dos festejos carnavalescos feirenses (1891-1939)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013.

¹⁰ NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. *Viver por si Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.; FREIRE, Luis Cleber Moraes. *Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra: Agropecuária, Escravidão e Riqueza em Feira de Santana, 1850-1888*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007; DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: cotidiano e transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Unicamp, 2011.

¹¹ SILVA, Andréa Santos Teixeira. *Entre a Casa de Farinha e a Estrada Bahia-Feira: Experiências Camponesas de Conflito e Sociabilidade na Garantia da Sobrevivência, Feira de Santana (1948 – 1960)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.; MUNIZ, Manuela da Silva. *Em busca da experiência: paternalismo, lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)*. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

Mestrado. Na trajetória de pesquisa dos estudantes, não podemos esquecer a parcela de contribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisas, assim merecem destaque para formação da Historiografia em questão o: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero (MULIERIBUS); Centro de Pesquisas da Religião (CPR) e Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU).

No que concerne à preocupação com a catalogação e manutenção das Fontes Históricas, temos que ressaltar o papel desempenhado pelo Centro de Documentação (CEDOC- UEFS) e seu trabalho com os processos-crimes e Cíveis, e o Museu Casa do Sertão na preservação da memória dos periódicos locais, em especial atenção para os Jornais. Sem contar, mas reconhecendo a importância, mesmo com alguns problemas, a contribuição do Arquivo Público de Feira de Santana e do Arquivo da Câmara Municipal, ambos organizados na última década, para dar conta da documentação oficial do município.

É justamente nesse processo constitutivo da Historiografia feirense que fora gestada essa pesquisa. Aqui, busca-se compreender as transformações ocorridas em Feira de Santana entre os anos 1940-1960, mais detidamente no espaço¹² que iremos denominar de “Complexo da Rua do Meio”, formado na atualidade pelas Ruas Marechal Deodoro da Fonseca, Sales Barbosa e seus respectivos Becos¹³, Ruelas e Praças¹⁴, etido enquanto “maldito, perigoso e proibido” pelo discurso modernizante que circulava na urbe. Objetiva-se, ao diminuir a escala de observação, compreender a construção desse cotidiano, através da apropriação do espaço pelas camadas populares, com destaque para prostitutas, jogadores, desocupados e vadios. Para Certeau (1998), esses, ao construir o seu dia-dia numa região tutelada pelas elites, vivenciam as trampolinagens, conceito usado para dar conta das artes de jogar e fazer de conta que joga o jogo do outro, e pelos quais esses sujeitos constroem o seu próprio cotidiano. Para o mesmo autor, esses sujeitos, tal qual um futebolista, driblam o sistema imposto através das ações diárias, criando assim um mecanismo de microrresistência que em outras palavras quer dizer a fundação de microliberdades.

Para dar conta das experiências desses sujeitos no território em questão, faz-se mister construir uma cartografia. Objetiva-se com isso traçar caminhos, delinear

¹² Seguindo a concepção de Michel de Certeau, o espaço é reconhecido enquanto um lugar praticado. Essa prática pode ser reconhecida enquanto o consumo ou a apropriação que os sujeitos ordinários fazem do locus vivenciado.

¹³ Compõem a Região, os Becos: do Mocó, da Energia, do Ginásio, do França.

¹⁴ Temos as seguintes Praças: João Pedreira e a do Comércio ou da Bandeira.

trajetórias e perfazer itinerários possíveis na Feira de Santana. Nessa perspectiva, os praticantes ordinários serão caminhantes que inscrevem suas labutas e vivências na urbe como um todo, em especial no “Complexo da Rua do Meio”.

Por reconhecer a implantação e consolidação do projeto de modernização, ocorridos desde a década de 1920, como principal vetor responsável pelas transformações na urbe feirense, esta pesquisa flerta diretamente com a História Urbana. Campo historiográfico que, segundo Raminelli (2002), surge na Europa com objetivos de compreender os problemas citadinos latentes ao longo do século XIX, como: a falta de saneamento básico e higiene pública, proliferação de doenças, crescimento populacional e da violência. Com um possível caos instalado, alguns estudiosos se destacaram na prática do planejamento do espaço urbano, buscando com isso estabelecer diretrizes que levassem a uma cidade idealizada. Dentre esses estão: Fustel de Coulanges¹⁵, Gustave Glotz¹⁶, Max Weber¹⁷, Henri Pirenne¹⁸ e George Simmel¹⁹.

A consolidação do Capitalismo e a ampliação da industrialização por toda Europa proporcionou novas problematizações e abordagens para a História Urbana. Assim, o estudo das políticas de urbanização, o desenvolvimento do processo de metropolização e seus efeitos nas populações tornaram-se objetos. Nessa fase podemos destacar o urbanista Lewis Mumford²⁰ (1895-1990) apontando a questão das metrópoles como o ápice da expansão urbana. Segundo o autor, a supervalorização tecnológica dominou o instinto animal de sobrevivência e, sobretudo, o estado de submissão humana aos mecanismos econômicos e tecnológicos criados pelos próprios seres humanos. Ele destaca a cidade medieval como orgânica e equilibrada.

Podemos citar ainda os autores que correlacionaram a cidade com o conceito de modernidade, essa entendida, aqui, enquanto espírito de uma época, datada temporalmente entre os fins do século XIX e a década de 1940, que se lança nas experiências ou ações humanas. Esse momento guiado pelos ideais da Modernidade é marcado pela desagregação e reconstrução do mundo, sob o ponto de vista estético, social e cultural. Dentre os autores, George Simmel (1858-1918), se dedicou a pensar

¹⁵ COULANGES, Fustel. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Hemus, 1975.

¹⁶ GLOTZ, Gustave. *A Cidade Grega*. São Paulo: Difel, 1980.

¹⁷ WEBER, Max. Conceitos e Categorias de Cidades. In: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

¹⁸ PIRENNE, Henri. *As cidades na Idade Média*. São Paulo: Europa-América, 2009.

¹⁹ SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Material. In: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

²⁰ MUMFORD, Lewis. *Arquitetura, Construção e Urbanismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.

sobre os comportamentos e a cidade. De suas obras, destaco “Metrópole e a Vida Mental”. Para o autor a luta pela autonomia e singularidade, sem que ao mesmo esteja desvinculada do seu tempo, faz parte de todas as sociedades e do seu processo histórico e cultural. Para isso procurava entender o real através da vida cotidiana, em diversos aspectos das complexas relações sociais, além de investir também na compreensão das trocas comerciais.

Já Walter Benjamin²¹ (1892-1940), discípulo de George Simmel, analisando Paris enquanto modelo, através de uma História social da cidade, reconhece que a fase em questão é marcada por uma representação coisificada da civilização, fato que proporciona às formas de vida, como também de criações de base econômica e técnica vivenciarem uma *fantasmagoria*. Conceito caro na concepção filosófica benjaminiana, que leva em consideração as transformações do modo de produção e no modelo econômico desenvolvido na Europa na segunda metade do século XIX, concebida enquanto o conjunto das imagens representativas feitas pela sociedade no intuito de se autorrepresentar e que tomam um caráter de coisa independente da vontade e do pensamento dessa mesma sociedade. A Fantasmagoria seria um ente complexo e híbrido da Modernidade com o Capitalismo monopolista já engendrado. Como símbolo dessa relação, Benjamin reconhece as “Passagens”²² enquanto uma alegoria daquela temporalidade, além de ser uma construção física labiríntica, dando vazão à criatividade da engenharia, da mesma forma sua estrutura atendia duplamente o ideário de pragmatismo e beleza, percebido com sutileza ao mediar o uso do vidro, ferro, mármore e iluminação a gás, materiais inovadores na construção estética urbanística.

As passagens, como espaço de consumo, uma espécie de lojas de departamento em nossos tempos, destacam-se também pelo desenvolvimento de um crescimento na oferta de mercadorias, criando assim o mercado para uma parcela da população que cada vez mais se interessa pelo fetiche dos produtos, com destaque para a idealização social da “moda” e sua busca eterna pelas novidades. Para Walter Benjamin, que utiliza a figura do poeta Charles Baudelaire enquanto um *flâneur* que apresenta a cidade, a busca incessante pela novidade, uma característica cara da modernidade, transforma a concepção de “valor de uso” das mercadorias e leva a sociedade ao estado da

²¹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

²² As passagens eram uma recente invenção do luxo industrial, galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore, que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo de especulação. Em ambos os lados dessas galerias recebiam a luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura.

fantasmagoria, e o cidadão conseqüentemente a uma espécie de angustia permanente. Em síntese, diferentemente das mercadorias prontas ao consumo e substantivamente marcadas pelo ineditismo e singularidade, o homem moderno sofre o fantasma da ontologia do “sempre-igual”, embriagado pela noção de multidão no cotidiano das metrópoles.

Em relação à historiografia brasileira do urbano, chamamos atenção para as produções que buscam analisar os projetos de modernização e de intervenção impostos nas urbes no período Republicano, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Esses buscavam um ideal de urbanização, guiado não apenas pelo desejo de funcionabilidade e facilidades que o ambiente citadino poderia vir a propiciar, mas amparado também pelo viés do “Belo” ou pela vontade de se criar uma estética para esses ambientes que estavam sendo formados ou remodelados. Nesse mote, destacamos a obra “Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20” de Nicolau Sevcenko, que busca analisar as transformações urbanísticas ocorridas em São Paulo. Conforme o pesquisador, essa busca estética criou uma cidade de artificialidade repentina, uma urbe sem identidade e confusa, que em muito se distanciava de sua própria História. A capital bandeirante transformava-se rapidamente numa metrópole complexa, num ritmo frenético, impulsionada pela força do capital e por influências externas:

Essa polifonia arquitetônica e urbanista, que fazia de São Paulo uma cidade meio exótica, meio íntima, híbrida do convencional com o inusitado, do importado com o imprevisto, fora antes o produto de múltiplas iniciativas incongruentes que de alguma ação organizada ou sequer mediada²³

Para o autor, São Paulo ganhara, ao longo da década de 1920, ares de uma grandiosa exposição internacional, um ambiente que se construiu a partir do lançamento de imaginações num vazio, catalisadas por desejos e uma vontade de ser, inspiradas em organizações metropolitanas europeias e americanas.

Nesse conjunto de transformações, buscava-se a todo custo promover melhoramentos nas urbes, com fortes destaques nas áreas de: iluminação pública, construção de estradas, alargamentos e limpeza das ruas, aberturas de praças e zonas de

²³ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia da Letras, 2000, Pág. 119.

lazer, entre outros. Todos esses elementos considerados, na época, como propagadores de urbanicidade.

Podemos citar também a produção da professora Sandra Jatahi Pesavento. Dentre tantas, destacamos o artigo “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”²⁴, que traz outra tendência da história urbana, destacando a relação entre a cidade, cultura e representação. Neste texto, a autora cita diversos autores que disponibilizam formas teórico-metodológicas para trabalhar a cultura no espaço urbano, a maioria delas desdobradas da “História Social” e que produziram tipos de abordagens diferenciados, como a historiografia inglesa, francesa, alemã, estadunidense e italiana. A ideia apresentada por Pesavento é de analisar a cidade a partir da nova história cultural e do campo da representação. Nessa concepção reconhece que se tem um ambiente urbano quando este pode ser pensando e formulado no imaginário. Para a historiadora, as representações citadinas são edificadas a partir de dados da realidade objetiva, dito de outra maneira, são as representações que atribuem significados às imagens. Essa concepção propõe a “leitura de cidade” pelas imagens reais e pelas imagens metafóricas, ou seja, as paisagens de uma determinada época como um discurso passível de interpretações. Portanto, na mesma proporção de um deus bíblico, o homem/sujeito constrói as cidades à sua imagem e semelhança. Dessa forma, a cidade e todo o seu ambiente devem ser entendidos enquanto produto da arte humana, consequência do seu poder de criação e transformação.

Já o professor Rinaldo Cesar Leite, em seu texto “Uma invenção da modernidade: a urbanização das cidades brasileiras, o contexto do final do século XIX e início do século XX”, introduz uma forma de interpretar o processo de urbanização além do material, do paisagístico. Ele fala sobre a “revolução” de dentro, feita primeiro de forma particular, e depois através das estruturas políticas e econômicas, tendo também o conflito, o “jogo de interesses”, em todos os setores sociais e, conseqüentemente, a transformação do espaço, do meio ambiente. A perspectiva de Leite é de “olhar a cidade moderna” e seus valores destruídos e construídos pela dinâmica da sociedade.

Na Historiografia Brasileira, como pode ser notado nos três autores referidos anteriormente, é muito comum um viés cultural para a História Urbana. Nessa perspectiva, os objetos de pesquisa desse campo passam a ser enquadrados em três

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, vol 8, Nº 16, 1995.

núcleos, assim temos: primeiro, aquelas pesquisas que buscam problematizar as funções da cidade e o processo de implantação das políticas de urbanização; segundo, trabalhos cuja zona maior de interesse fica por conta da análise dos reflexos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, tais como trabalho, família, sociabilidade e lazer; e terceiro, aquelas que problematizam as transformações materiais na cidade, tendo como financiador o desenvolvimento econômico. Acrescenta-se que todas as vertentes têm na compreensão das relações sociais no espaço urbano um tema transversal.

A disposição dos capítulos dessa dissertação buscou contemplar uma tríade reconhecida, por nós, como pertinente ao estudo de uma História urbana do cotidiano. Sendo assim, no primeiro, denominado “Cartografias e Itinerários: um caminhar para perdição”, buscaremos analisar o discurso de modernização e progresso que circulara na urbe desde os fins da década de 1920 e que se consolidou entre as décadas de 1940 e 1960 – recorte temporal desta pesquisa. Para tanto, nos utilizaremos de documentos oficiais oriundos principalmente do Executivo Municipal e do discurso jornalístico. Este, publicado por dois semanários: “O Coruja” e a “Folha do Norte”. Esse discurso proferido por leitores privilegiados guiaram as transformações físico-estruturais, que estavam duplamente amparadas, de um lado, pelo interesse estético, vide a preocupação com as fachadas dos prédios, criação de praças e jardins, e a valorização de construções de maneira geral. E do outro lado, pelo interesse daqueles que administravam e pensavam a cidade, em estabelecer mudanças nos hábitos e costumes dos cidadãos, conformando, assim, um novo código de sociabilidade, desta vez amparada pelo protagonismo da urbanicidade.

Para Herschmann (1994), ao analisar as transformações ocorridas no Brasil com o advento da República, nas três primeiras décadas do século XX, a palavra de ordem era “civilizar”, ou seja, colocar o Brasil em pé de igualdade com a Europa no que se refere ao cotidiano, aos costumes e às instituições. Já nos anos 30, esse discurso se tornara mais específico, seria o momento de um acerto de contas entre o conjunto das ideias modernas e de progresso, que de há muito tempo já vinha sendo propagada, e a realidade institucional do país, ou seja, adequar uma possível modernidade a um quadro institucional possível. Nesse contexto, observamos a preocupação, por parte de intelectuais – médicos, educadores, engenheiros, literatos, urbanistas –, de engendrar uma espécie de modernização “à brasileira”, um modelo que se seguiu autoritário e realizou-se de uma maneira imperativa. Tínhamos então na ordem do dia:

Moderno, modernidade, modernismo e até mesmo modernização enquanto categorias específicas que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual. Constituindo-se em palavras de ordem significativas no transcorrer do século XX, chegando a ganhar um uso quase obrigatório no ambiente intelectual de então.²⁵

Os empregos destas categorias sempre estiveram atrelados aos intelectuais e ao próprio Estado brasileiro, perfazendo assim uma noção ampla de nacionalidade moderna, pelo menos do ponto de vista discursivo.

É justamente nesse processo de implementação de mudanças infraestruturais e na tentativa de civilizar a população feirense, principalmente aqueles que viviam ou circulavam no centro urbano, que o “Complexo da Rua do Meio” surge enquanto a rua torta, o lugar a ser evitado. Para compreender esse processo difamatório, resolvemos caminhar pela perdição, utilizando para isso uma trajetória apontada pelos “reclames” dos Jornais.

Portanto, esse capítulo busca apreender que, junto ao desenvolvimento da urbe moderna, civilizada e progressista, existiam espaços que se constituíam enquanto lugar da diferença²⁶, antítese ao que fora idealizado, enfim, resistência pelo menos por algum momento ao projeto imposto.

No segundo capítulo, intitulado “*Sorte ou Azar? O Jogo da contravenção a Resistência*”, adentramos na prática da jogatina, especialmente do jogo do Bicho, considerado ao longo do recorte dessa pesquisa um flagelo social, um mal que, tolerado por alguns, contribuía para arruinar o lazer, a família e a economia. Dito de outra forma, jogadores, bicheiros, arrecadadores, banqueiros atentavam contra o projeto de sociedade que tinha no trabalho e na atividade produtiva um dos pilares. Levando em consideração o contexto, notamos que, em Feira de Santana, as principais críticas ao jogo do bicho ficavam por conta do desrespeito às leis constitucionais.

Outro ponto de crítica à jogatina fica por conta da usurpação aos pobres e incautos trabalhadores que, ao buscar através da “fezinha” aumentar seus rendimentos domésticos, acabavam ludibriados, assim, em vez de ter sua renda aumentada, observava um desfalque e isso lhes direcionava a uma miserabilidade.

²⁵HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto M. O Imaginário Moderno no Brasil. In: _____ (org). *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P 15.

²⁶Conceito desenvolvido por Pesavento, equivalente a um contraponto ao que era idealizado, materializando a insalubridade, a falta de higiene, os hábitos que deveriam ser superados, bem como a existência de sujeitos vistos como perigosos e danosos ao projeto cidadão.

Por esse raciocínio, o investimento feito na Loteria do Bicho não teria entrada de capital e tampouco retornaria ao setor produtivo da sociedade. Numa concepção Keynesiana²⁷ de economia, em voga no período, o mercado consumidor seria a base de sustentação de toda engrenagem capitalista, e as ações do estado deveriam centrar-se na geração de emprego, ato que conseqüentemente geraria renda. Difundindo este ciclo, estaria garantida à manutenção do Capitalismo. Dessa forma, o jogo não só atentaria ao comércio, mas a toda engrenagem da economia, especialmente a popular. Dessa forma, os pais de famílias, em vez de empregarem seus rendimentos no sustento e bem estar de sua prole, seja por diversão ou ganância, estavam desviando-os, sem consciência, para os cofres de ardilosos criminosos da jogatina.

Mesmo com essas e outras críticas, o jogo campeavam pelos quatro cantos da cidade. No entanto, era no já famoso “Complexo da Rua do Meio” que ele seria mais visível, notório, diverso e, na mesma proporção, perseguido. Para compreender a formação e funcionamento da jogatina em Feira de Santana, utilizaremos, enquanto fontes, os editoriais e seções policiais dos já citados hebdomadários e, com maior ênfase, os processos-crime relacionados a *Jogos de Azar*, *Jogo do Bicho*, *Vadiagem*, *Desordem*, todos amparados pelo Código Penal de 1940 e pelas Leis de Contravenções Penais de 1941. Utilizando o método indiciário, a cada informação colhida – nome, crime, local – montamos o quebra cabeça do bicho e conseguimos desvendar os “Tubarões do Jogo”²⁸, a estrutura das bancas, as possíveis fortalezas²⁹ e particularmente a correlação entre a jogatina e os donos do poder local.

Já no terceiro capítulo, nominado como “*Policiaidores e Vadios: conflitos e interação na Rua do Meio*”, buscamos dar conta dos sujeitos que construíram o cotidiano no complexo da Rua do Meio, levando em consideração toda carga de atributos negativos e depreciativos.

Nesse território visto enquanto maldito e perigoso, a ênfase será dada aos vadios, devido à sua capacidade de articular relação com outros sujeitos – policiaidores, prostitutas, desocupados – e, dessa maneira, criarem de alguma forma fraturas no modo de vida, diversão e trabalho que se buscava instaurar de maneira altaneira pelos lados do altiplano da cidade Princesa.

²⁷ Ver: DOBB, Maurice. *A evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 1987. Com destaque para o capítulo VIII – O período entre as duas guerras e suas conseqüências.

²⁸ Nomenclatura de época que se referia aos grandes banqueiros, chefes da jogatina.

²⁹ Referência às Sedes onde eram organizados os sorteios da Loteria do Bicho.

E a polícia, como e para que finalidade entra em cena nesse espaço? Perfazendo uma constituição histórica da instituição policial no Brasil e na Bahia, tentamos concebê-la sob outro viés. De agentes da lei, responsáveis por inibir as práticas ditas antimodernas e com o objetivo de garantir o cumprimento das posturas municipais e a manutenção da ordem e moralidade no espaço público, estes serão visto ora enquanto intérpretes das leis, árbitros das normas morais e sociais vigentes, o elo entre o Estado regulador das normas fundantes da modernização e da urbanização na sociedade; ora como parceiros dos sujeitos indesejáveis que coabitavam o cotidiano do “Complexo da Rua do Meio”.

Dito isto, o que nos resta agora é caminhar, sentir uma Feira de Santana que se queria grande, uma verdadeira capital regional, uma cidade sonhada e idealizada por alguns membros de sua elite dirigente. Mas que ao mesmo tempo era vivenciada por sujeitos que possuíam outros projetos, mais vivazes, menos complexos e não menos importantes, e que tinham a escolha pela sobrevivência regada à diversão e lazer, uma tática que proporcionou marcarem suas trajetórias na História. Boa Leitura! Descortina-se a trama!

1- Cartografia e Itinerário: um caminhar para a “perdição”

Meados da década de 1940, mês e dia quaisquer, cidade interiorana com grande movimento de pessoas atraídas principalmente pelo protagonismo do comércio local. Ruas largas, iluminadas e asseadas, com destaque para: a Conselheiro Franco, a Desembargador Filinto Bastos, a Marechal Deodoro da Fonseca, e as Avenidas: Senhor dos Passos, e Getúlio Vargas. Também merecem lembranças as praças públicas, com realce para: Praça João Pedreira e Praça da Bandeira ou do Comércio, com a interação de pessoas e mercadorias dos quatros cantos desse Brasil que, a cada semana, desembarcavam na cidade, quase sempre guiadas pela fama da feira semanal, que ocorria nesses espaços. E o Parque Bernadino Bahia com suas árvores, bancos, inclusive, conforme pedido da população, com mictórios públicos – algo singular. Não podemos esquecer os palacetes, construídos pela aristocracia local, que ajudavam a consolidar a estética da urbe.

Mas isso não era tudo, havia a preocupação também com a formação escolar e intelectual da juventude, para tanto fora criada ainda em 1927 a Escola Normal, uma das poucas do interior do estado, e o Colégio Santanópolis, fundado pelo professor Áureo Filho, que se notabilizou por formar, na educação básica, os filhos das elites de toda uma região.

E o lazer? Esse era marcado por uma grande diversidade, qual cidade do interior nordestino contava com cinco cinemas (Cine Teatro Santana, Cine Íris, Cine Santanopolis Cine O Madri, Cine Plaza e Cine Brasil)? E as Filarmônicas? Ah, essas davam verdadeiros shows nas festas religiosas ou em suas apresentações dominicais, principalmente nas retretas e disputas que ocorriam nos famosos coretos. Existiam três: Filarmônica 25 de Março; Filarmônica Vitória e Filarmônica Euterpe Feirense. Até um clube social já se encontrava nessas terras, no início da década ergueu-se o Feira Tênis Clube, que passara a abrilhantar as festas sociais.

Paremos por aqui, senão nos arrastaríamos por páginas e páginas citando construções e fundações que ajudaram consolidar a imagem de Feira de Santana enquanto uma cidade moderna e progressista, assumindo de uma vez por todas a

alcunha de “Princesa do Sertão”. Para nos ajudar na compreensão desse processo constitutivo, vejamos o comentário feito por um visitante que por aqui passou:

Sabíamos de antemão que Feira era bela, grande e moderna. Sabendo também ser uma cidade populosa e movimentada. E sabíamos ser uma cidade culta, progressista e hospitaleira. Tudo, porém excede nossa expectativa. Vimos em Feira, nas ruas amplas e pavimentadas, avenidas, nos prédios modernos, na vida social intensa e na sua posição privilegiada de cidade tronco de todo comércio interno bahiano. A hospitalidade de seu povo é transcendente e inconfundível; não percebemos diferença de classe na simpatia com que todos procuram agradar seus visitantes. (...) Sintetizando as suas qualidades: imagem de mulher, sedutora, bela, forte e boa.³⁰

No momento que esse comentário fora feito, ou seja, meados do século XX, por mais que a urbe se caracterizasse esteticamente aos olhos dos feirenses e dos visitantes fortuitos por arroubos civilizatórios e de modernização, a cidade ainda ressentia a influência de sua origem rural e sertaneja. Assim, podemos afirmar que entre as décadas de 1940-1960 – temporalidade dessa pesquisa – Feira de Santana convivia com uma identidade ambígua, uma espécie de esquizofrenia histriônica: de um lado, um discurso modernizante, declamado como um mantra por parte de uma elite progressiva e que guiou atos responsáveis por transformações pelo menos do ponto de vista urbanístico, do outro lado, comportamentos e práticas mantidos e reproduzidos por variados sujeitos vistos como inimigos do progresso. A existência destes incomodava deveras aqueles, particularmente na consolidação do projeto no qual tanta energia, palavra, dinheiro e articulação já haviam sido gastos.

Para Ana Maria Oliveira (2008), por mais que os resquícios rurais permanecessem em Feira de Santana na forma de práticas e atos de alguns entes, não se pode negar que na década de 1950: “Esta foi constantemente identificada como uma cidade progresso. Constituindo-se no polo de atração regional pelo signo do moderno que possuía e que almejava alcançar”³¹. Conforme a mesma autora, esse processo de grandes transformações urbanística, gestado na urbe ao longo de todo século XX, tivera a “vocação comercial” histórica e, durante o recorte temporal da pesquisa, mais precisamente a década de 1950, o processo nacional de consolidação da interiorização do país implantado pelo governo Juscelino Kubistchek (1956-1961) como grandes

³⁰Jornal Folha do Norte, 02/12/1950.

³¹ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira em tempos de Modernidade: Olhares, Imagens e Práticas do cotidiano (1950-1960)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p.20.

financiadores. Nesse decurso, o município ganhou destaque, pois se tornou um grande entroncamento rodoviário radial, responsável por interligar as regiões, especialmente o norte e o sul brasileiros. Dessa forma, essa dita integração nacional impulsionou de uma vez por todas os ventos do progresso para as terras feirenses.

Segundo Clóvis Ramaiana Oliveira (2011), a chegada dessa ventania de novidades, principalmente aquelas de teor tecnológico e também as de cunho comportamental, realçou conflitos na sociedade da Feira. Assim, a eleição de novos padrões de comportamento e o desenvolvimento de um novo sistema de sensibilidade tornaram-se trincheiras a serem disputadas. Dessa forma, resume-se:

No caso de Feira de Santana, cidade situada a meio caminho entre o sertão baiano e a capital do estado (cerca de 100 km da última) a recepção das inovações tecnológicas foi acompanhada do desejo de uma parte da intelectualidade e dos gestores públicos de transformar a urbe em uma espécie de capital sertaneja. Era um modelo que deveria ser seguido e centro dirigente da construção cultural de um mundo civilizado no sertão (...)³²

Essas inovações tecnológicas, às quais se refere o autor, podem ser representadas por uma variedade de objetos ou imagens. Elas iriam desde o sobrevôo de um avião, até a implantação de escolas, construções de prédios públicos, ampliação da transmissão de rádio ou ainda a circulação de automóveis e caminhões.

Faziam parte também dessa série de imagens reluzentes, serviços que garantissem o ideal de higienização. Assim, tivera repercussão positiva, a implantação do encanamento da água. Símbolo de uma sociedade avançada e com preocupação voltada à salubridade, a água vinda dos canos e torneiras era, há muito, desejada pela sociedade feirense, principalmente pelas famílias mais abastadas. Uma primeira tentativa para tal empreendimento ocorreu em 1936, na primeira gestão do prefeito Heráclito Dias de Carvalho (1935-1937). Diz assim o ofício encaminhado do executivo municipal para a Câmara dos edis:

Estando essa prefeitura seriamente empenhada em dotar a cidade dos serviços de água e exgoto(sic), tendo já providenciado no sentido da vinda do maquinismo apropriado para a sondagem de mananciais em estudos no gabinete técnico do Dr. Saturnino de Britto, venho solicitar dessa ilibada câmara autorização para abrir crédito especial

³²OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Morais. “*Canções da cidade Amanhecete*”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. (Tese de Doutorado) Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p.20.

de até 20:000000 para despesas com o serviço de exploração, estudos e desapropriação.³³

Esse empreendimento infraestrutural seria um dos desejos mais prementes das elites, pois além de facilitar a vida, especialmente na higienização e asseio dos costumes, esse encanamento afastaria de uma vez por todas a existência dos aguadeiros, homens montados em carroças com trajes e linguagem que contrastavam com o que seria sonhado pelo projeto de civilidade.

De toda sorte, esse projeto ensaiado pelo executivo local não foi posto em prática e Feira de Santana só viria inaugurar esse serviço na gestão de João Marinho Falcão (1955-1959), que contou com o apoio e a presença do Presidente da República Juscelino Kubistchek³⁴. Para Oliveira (2008), só foi possível a implantação desse projeto a partir da pressão feita pelo executivo e legislativo local, contando com o apoio massivo dos grandes comerciantes. Inclusive uma comissão viajara até o Rio de Janeiro em 1953, para cobrar do então presidente Getúlio Vargas o compromisso assegurado em campanha. É válido acrescentar que conjuntamente ao encanamento d'água, era cobrado o esgotamento sanitário. A falta deste, mais do que nunca, seria uma questão de saúde coletiva e representava um limite ao ideário do progresso almejado. Assim, conclui-se que a água e a rede de esgoto:

Tornavam-se uma questão associada ao desenvolvimento e ao progresso, influenciando na dinâmica das vendas, uma vez que o comércio necessitava de uma urbe saneada e de boa aparência para atrair os clientes e vender os produtos³⁵

Outra imagem símbolo fortemente associada à modernização e, da mesma maneira, desejada pela sociedade feirense fora a energia elétrica. A cada poste erguido e fiação ligada ocorriam comemorações efusivas e loas eram tecidas em face do chefe político responsável por tais atos. Coube ao então intendente Arnold Silva (1924-1927), em 1926, investir num motor alimentado a Óleo Diesel, com o objetivo de produzir eletricidade para as ruas centrais da urbe. Esse sistema de produção viria a substituir os lampiões à querosene alocados nos postes, mas que pouco ou quase nada iluminava as

³³ Correspondência do Executivo Municipal. Documento de 26/07/1936. *Arquivo Público Municipal de Feira de Santana*, 1936.

³⁴ O Projeto de Encanamento de Água apenas foi realizado em meados de 1957. E estava restrito ao centro da cidade. O líquido precioso era haurido na Lagoa Grande, região suburbana. A água só viera a chegar a bairros no governo de João Durval Carneiro (1967-1971). A cidade passou então a ser abastecida com água da Barragem de Pedra do Cavalo.

³⁵ OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho. Op. cit. P.46.

artérias. Para Oliveira (2011), a iluminação artificial mexeu no código de sociabilidade da urbe, nesse momento – década de 1920 – ainda predominantemente sertaneja e ruralizada. Na visão do historiador:

A energia e o conseqüente alongamento do dia tornavam sem efeito os mistérios dos contos levado a cabo a luz de candeeiro, tirava destes o contexto de sombras escuras ativador de medos e práticas sociais. As lâmpadas postadas sobre as ruas revogavam os contos de terror, na medida em que bloqueavam o tom misterioso que poderiam possuir com a expansão da iluminação pública.³⁶

A energia, mesmo produzida por motor e restrita a poucas ruas, servira metaforicamente como um totem, responsável por afastar maus espíritos, almas penadas ou assombrações típicas das lendas rurais que permeavam a cultura sertaneja. Como garantia de certa forma a segurança, a iluminação também tinha, e tem, a capacidade de afastar os inimigos do progresso e do patrimônio alheio, esses de carne e ossos, os famosos gatunos, vadios que teimavam, tais quais cadáveres insepultos, em atormentar as noites feirenses. Duas reportagens do Jornal “O coruja” nos confirmam tais afirmações:

Iluminada a Estrada Nova: O prefeito sempre atende as necessidades do povo, acaba de estender à rede de iluminação elétrica da cidade a famosa Estrada Nova, trecho asfaltado da Bahia-Feira, local que vinha sendo cenário de toda espécie de crimes e de agressão, devido à falta de iluminação uma vez que a via pública completamente as escuras é bastante transitada e abriga grande número de malfeitores³⁷.

A Estrada Nova, atual Avenida Presidente Dutra, era considerada como um dos grandes monumentos do crescimento de Feira de Santana, pois se convertia na via responsável por interligar a Princesa do Sertão à capital do estado, trazendo para essas plagas mercadorias e pessoas que ajudariam a engradecer o comércio e a economia como um todo. Iluminada, reluzia ainda mais, sendo outra obra para o cabedal do prefeito João Marinho Falcão.

A segunda reportagem assevera:

Notamos que Feira de Santana ultimamente tem adquirido um aspecto de cidade civilizada, já possuem luz em alguns bairros: Kalilândia,

³⁶ OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana. Op. cit. P. 219.

³⁷ Jornal O Coruja, 23/09/1956.

Sobradinho, Olhos D'Água e outros, pois nestes, há oito anos passados não havia sequer um pirilampo para nos guiar e nos livrar dos buracos que tantas vezes deram preguiça aos transeuntes³⁸.

Essa reportagem é esclarecedora em vários aspectos: **primeiro**, ao estabelecer que a luz originada da eletricidade³⁹ metonimicamente representava os desígnios de progresso e civilidade. O **segundo** aspecto fica por conta da crítica explícita feita à administração municipal da gestão anterior, sob o comando de Almaquio Alves Boaventura (1951-1955), diga-se de passagem, adversário político de Arnold Silva, proprietário da Folha do Norte, intrinsecamente ligado ao Semanário “O Coruja”, criado no grêmio estudantil do Colégio Santanópolis e que era impresso no próprio parque gráfico da Folha do Norte. O **terceiro** aspecto que salta aos olhos é a referência feita ao prefeito João Marinho Falcão como o chefe político responsável por grandes obras e que teve a virtude de ouvir os anseios da população.

Mas esse processo de transformação urbanística, modernização dos espaços e civilização dos costumes na Feira de Santana do século XX não ocorreu de uma maneira simples e tampouco adocicada. Pelo contrário, o desenvolvimento desse processo gerou alguns confrontos trincheirados por sujeitos que historicamente compunham o cotidiano feirense e que foram silenciados em alguns momentos. É válido acrescentar que dessas transformações e, por conseguinte, dessas disputas, houve a constituição de um novo código de sociabilidade.

A implantação desse novo código, que tinha a valorização da urbanicidade como centro, foi acompanhada pela produção dos espaços urbanos, construídos e tutelados pelas elites⁴⁰, que buscavam a todo custo eleger padrões de segregação e fissura espacial, mas estendendo esses seus interesses também aos grupos sociais considerados perigosos. No entanto, estes últimos, através ora de ações sub-reptícias⁴¹, ora de negociação tacitamente acertada, criavam e recriavam tanto os territórios, quanto um cotidiano que lhes fossem, pelo menos momentaneamente, mais aprazível. Assim afirmamos que:

³⁸ Jornal O Coruja, 15/10/1956.

³⁹ A luz elétrica produzida por usina hidrelétrica e ligada por grandes redes só chegara à urbe feirense no ano de 1935, na gestão do Prefeito Elpídio Nova. Definitivamente a partir desse momento, a sociabilidade noturna sofrera mudanças bruscas, o anoitecer ganhara uma nova conotação.

⁴⁰ SANTOS, Cátia. *Visões de uma Cidade: Imagens Urbanas de Feira de Santana (1929-1940)*. (Monografia de Especialização). Feira de Santana: UEFS, 2004.

⁴¹ Para compreender essas estratégias, ver: CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Dentro de uma sociabilidade, resultante do seu uso diferenciado, a cidade é também um campo privilegiado de lutas de classes e movimentos sociais de toda espécie, que questiona a normatização da cidade e da vida urbana.⁴²

Com efeito, a História de Feira de Santana marcou-se por inúmeras lutas, sejam no campo simbólico ou na vida material. Para Oliveira (2000), em seu estudo que busca analisar a destruição da ordem rural que deu origem à cidade, as primeiras transformações urbanísticas, isso por volta da última década do século XIX, fomentaram um confronto entre o arcaico, passado rural, e o novo, incremento do comércio e da urbanização. Colocando em evidência de um lado a elite letrada, formada por jornalistas, médicos, advogados intelectuais, e de outro, o grupo formado por vaqueiros, negros e sertanejos, considerados incautos.

Nessa complexa teia de relações, imbricamento e construção da modernidade na urbe feirense, materializada nas construções e reformas urbanísticas, bem como na implantação de novos hábitos, impostos por um novo código de conduta, reconhecemos a existência de pelo menos, para fins analíticos, duas fases ou vagas de modernização: **a primeira** compreende dos finais do século XIX até meados da década de 1930, momento marcado pelas primeiras intenções de civilidade e progresso, como também de investimentos infraestruturais; **a segunda**, entre as décadas de 1930 e 1960, fase de grandes reformas na imagem da cidade, tais como alargamento e higienização das ruas, investimento em iluminação pública e em construção de prédios, e decorrente disso, o aumento nas taxas de urbanização.

Essas duas fases agiram na produção de territórios, multifacetando o espaço feirense. Nesse processo de reconfiguração da Feira de Santana moderna, observamos o quanto o perímetro urbano, cada vez maior, sofria a manipulação dos agentes sociais, levando a cidade a fracionar seus espaços, tendo como princípio o uso por função. Dessa forma, fica explícito uma interação entre sujeitos que constroem o cotidiano e o espaço em si. A resultante dessa junção é o que definimos como território. Segundo Ana Maria Oliveira (2008):

Mais que uma unidade, uma medida ou uma forma de delimitação de um espaço geográfico, o território é definido pela apropriação que deles fazem seus habitantes. Assim, o território ganha contornos a

⁴² SANTOS, Cátia. op. Cit. P. 10.

partir das múltiplas experiências vivenciadas e através das representações construídas sobre ele.⁴³

Pesavento (1999), ao analisar os lugares malditos no processo de modernização da Porto Alegre republicana, reconhece a existência dessa interação entre sujeito e território, alcunhado por ela como metonímia social. Esse imbricamento faz-se de uma maneira tão marcante e intensa que indivíduo e espaço se confundem, num processo de construção mútua.

No desenrolar da produção dos territórios nas cidades brasileiras foi comum, além da construção daqueles bem quistos e socialmente aceitos pelo projeto burguês, o aparecimento de lugares que, na via inversa, representavam uma contraimagem do que era estabelecido. Será justamente um desses territórios, o “Complexo da Rua do Meio”, formado pelas atuais Ruas Marechal Deodoro da Fonseca e Sales Barbosa e seus respectivos Becos e Ruelas, local que concentrava práticas sociais ilícitas e moralmente condenáveis, dentre as quais a prostituição, a jogatina e a vadiagem, que farão parte da problemática desta pesquisa. Assim, buscaremos compreender a construção do ideário de maldição e proibição desenvolvido pelo discurso da elite dominante a partir da relação dos sujeitos com a Rua do Meio, no cotidiano da Feira.

O novo ideário citadino e urbano impôs-se como protagonista de um novo modo de agir, pensar e sentir, que incorporou para si a liderança não apenas econômica, política e social, mas antes de tudo cultural. O indivíduo urbano que estava sendo forjado é convidado a introjetar um novo *modus vivendi*, que deveria diferenciar-se a todo custo do passado, que se supunha atrasado e de fortes resquícios rurais.

Os projetos de modernização e de intervenção, impostos às cidades brasileiras no período Republicano, principalmente nas primeiras décadas do século XX, visavam um ideal de urbanização, guiado não apenas pelo desejo de funcionalidade e facilidades que o ambiente citadino poderia vir a propiciar, mas amparado também pelo viés do “Belo” ou pela vontade e necessidade de se criar uma estética para esses ambientes que estavam sendo formados ou remodelados⁴⁴. Assim, buscava-se a todo

⁴³OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos.Op. Cit. P. 151.

⁴⁴ Ver: OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. “*Canções da cidade amanhecendo*”: memórias urbanas, silêncios e esquecimentos, Feira de Santana, 1920-1960. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 2011; SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*: São Paulo, Sociedade e Cultura nos primeiros anos 20.São Paulo: Cia da Letras, 2000.; LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...*: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912 – 1916. (Dissertação de mestrado). Salvador, 1996.; FOLLIS, Fransergio. *Modernização*

custo promover melhoramentos nas urbes, com fortes destaques nas áreas de: iluminação pública, construção de estradas, alargamentos e limpeza das ruas, aberturas de praças e zonas de lazer, entre outros. Todos esses elementos considerados, na época, como propagadores de urbanicidade.

As mudanças eram feitas buscando dar infraestrutura a esses núcleos citadinos, comumente eram percebidas políticas urbanas que se destinavam para solucionar determinados problemas, como: epidemias, crescimento demográfico, carência de moradia, deficiências no abastecimento de água, captação de esgotos, proliferação de lixo. Tudo isto, na visão dos agentes transformadores, fossem eles governantes, urbanistas, higienistas, sanitaristas ou intelectuais, representava barreiras intransponíveis para o progresso que se queria ter. Dessa forma, percebe-se que nos três primeiros decênios do século XX, o que se buscava eram condições mínimas de infraestrutura.

Mas as mudanças promovidas não ficavam apenas no que tange a parte física e estrutural – ou pelo menos não apontavam apenas para ela – e sim *pari passu* a esse processo, com igual importância, buscava-se intervir nos hábitos e costumes da população, com destaque para os grupos considerados “perigosos” e reconhecidos como inimigos da ordem e dos bons costumes. Assim as camadas populares – aí abarcam capoeiras, prostitutas, jogadores, bruxos – sofreram medidas políticas, pautadas na normatização e na busca de uma harmonização e coesão do tecido social.

Sabe-se, portanto, que foram marcantes, durante a primeira República, as preocupações com intervenções públicas nas cidades, sejam essas de cunho infraestrutural, paisagístico ou moral e estético. Quais foram os motivadores dessas intervenções e, conseqüentemente, a construção de um modelo de urbanicidade? Segundo Oliveira (2000), *o crescimento populacional e a sublevação das cidades* no contexto social e principalmente político são pressupostos que não podem ser desprezados no entendimento do processo de valorização, soerguimento e protagonismo do urbano.

Não se pode ou não se deve pensar o processo de urbanização de quaisquer cidades, regiões ou países, sem relacionar a sua dinâmica com o desenvolvimento populacional. Essa relação chega ao limite – lugar de preponderância – quando um país, cidade ou região só é considerado urbanizado completamente quando atinge 51% da sua

população vivendo no ambiente citadino. Então como explicar essa relação? Especificamente tratando-se do Brasil, inferimos que as políticas públicas republicanas tinham um caráter imanente de valorização do urbano em detrimento do rural. Dessa forma, torna-se perceptível a tutela que o Estado assumiu para si, imbuído de levar a cabo a tão sonhada urbanização. Dessas políticas, percebeu-se o crescimento das populações nas cidades brasileiras, fenômeno que se baseou em sua quase totalidade: no êxodo rural e/ou nas migrações internas, particularmente encaminhadas para o centro-sul – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte –, para as capitais dos seus respectivos estados, ou ainda para cidades de maior porte, como fora o caso de Feira de Santana.⁴⁵

Faz-se necessário acrescentar que, para além das políticas públicas – que buscavam dar subsídios infraestruturais para o processo de urbanização e, por conseguinte, para um imaginário social pautado nos ideais de modernidade, ordem e progresso – o crescimento populacional estava integrado, também, ao chamado “modelo de substituição das importações” empreendido, principalmente, após a revolução de 30 pelo governo Vargas. Esse modelo econômico privilegiava a construção de parques industriais e, por consequência, a valorização da indústria nacional. Isso contribuiu para a hegemonia do setor industrial no sistema produtivo brasileiro. Destarte, infere-se que o aumento populacional nas grandes cidades brasileiras esteve relacionado ao desenvolvimentismo industrial e à respectiva abertura de novos postos de emprego ou, pelo menos, a esperança de tal feita.

Em relação ao aumento de importância dos centros urbanos no período republicano, isso se deve principalmente às atribuições dadas às cidades a partir da segunda metade do século XIX. Se outrora os núcleos urbanos eram meras extensões do campo ou, numa alusão freyriana, das casas-grandes, e que tinham a sua importância restrita apenas às atividades político-administrativas; daquele momento em diante, além de aumentar o seu poderio político-administrativo, as cidades transformaram-se em lócus privilegiado de atividades comerciais e financeiras, de alocação das instituições burocráticas, e tiveram o papel de subsidiar o aparecimento de um mercado de bens culturais e serviços. Tais fatos paulatinamente proporcionariam uma reestruturação nas formas de sociabilidades e no aparecimento de novos grupos sociais, consumidores em potencial desses produtos, a chamada classe média urbana.

⁴⁵Ver: BOAVENTURA, Eurico Alves. *A Paisagem Urbana e o Homem: Memórias de Feira de Santana*. Organização e Notas de Maria Eugênia Boaventura. Feira de Santana: UEFS, 2006.P. 84-89.

A elite brasileira, embevecida de certo liberalismo econômico e político, buscou a todo custo o “progresso” do país, dotando-lhe de uma nova concepção de civilidade e modernização de suas intuições, como também de seus cidadãos. Em Feira de Santana, a exemplo do que ocorreu nos principais centros do país, a virada do século e o advento do novo sistema republicano levaram a sociedade a se engajar na busca por um novo ideário de civilidade. Não podemos considerar que o projeto republicano de modernidade⁴⁶ atingiu de maneira indistinta todas as cidades e redutos no território brasileiro e que tampouco temporalmente isso foi dado numa mesma trajetória. Colocar Feira de Santana, ou quaisquer outras urbes interioranas na experiência de modernização e vivenciadas por capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre ou até mesmo Salvador – dada a sua proximidade geográfica – é correr o risco, diga-se de passagem, desnecessário de perder as especificidades e as peculiaridades dos fatos, ou até mesmo de negar a dinâmica das singularidades, característica tão cara a uma História que não se quer mais total e que tenta de todas as formas fugir dos ditos modelos explicativos. Portanto, comungamos com a ideia de que os ventos do progresso e da modernização sopraram para os lados do altiplano feirense a partir da virada do século XIX para o XX. No entanto, as características bem como os resultados desse processo estão aliados às especificidades locais, construindo de certa forma o progresso, mas um progresso com a cara e as particularidades possíveis de uma urbe do interior baiano.

Serão justamente essas particularidades e especificidades que procuramos compreender em Feira de Santana, tendo como ponto de partida suas experiências republicanas. É válido acrescentar que o recorte temporal dessa pesquisa terá como limite a década de 1960, pois compreendo que a partir desse momento a cidade adentrou numa nova vaga da modernização, tendo agora, do mesmo modo que em outros centros, a industrialização como protagonista.

De acordo com Alane Santos (2001), para compreender essa fase, que se deu a partir da implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), faz-se necessário recorrer ao Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI), no governo do então prefeito João Durval Carneiro, pois o PDLI representou e legitimou a estrutura de uma

⁴⁶ Modernidade entendida como uma experiência histórica, pessoal e coletiva de sentir-se num mundo em transformação e mudar com ele. Ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

industrialização moderna e organizada no município e serviria de articulador dos novos tempos. Para isso, esse plano ancorou-se em três aspectos:

Dispor a cidade de uma infra-estrutura mais moderna, proporcionando uma melhoria física e um maior aproveitamento do espaço urbano; desenvolver e integrar os três setores da economia; e ainda por meio de incentivos de crédito e isenção de impostos, por parte do poder público e órgãos financiadores, integrar a cidade nos caminhos da modernidade. Esses requisitos foram cruciais para a instalação de um centro industrial na cidade.⁴⁷

Portanto, a urbe feirense vivenciou ao longo do século XX, principalmente nas seis primeiras décadas, grandes transformações, tanto de cunho infraestrutural e paisagístico – alargamento e asseamento de ruas, construção de praças, encanamento da água, dotação de energia elétrica – quanto as que buscavam estabelecer comportamentos e práticas condizentes com o surto de modernização urbana. Uma nova sociabilidade fora erigida, pelo menos esse era o desejo e projeto das elites dirigentes.

1.1- Comércio, localização privilegiada e estradas: uma interface possível

Diferentemente do período posterior aos anos 1960, Feira de Santana ao longo de sua história, seja na origem do povoamento, seja no processo de transformação urbanística, teve o comércio como uma pedra angular, um agente que, além de aglutinar as vivências dos feirenses ou dos que por aqui pousavam, serviu de financiador para o desenvolvimento do município.

Essa “vocação” para o comércio ficara explícita quando, ainda no século XIX, o governo imperial transformou a antiga vila em Cidade Comercial da Feira de Santana, pela lei provincial nº 1320, datada de 16/06/1873. Muito embora, além das atividades mercantis, com forte destaque para a feira de gado, a cidade ganharia nesse momento a fama de “Terra de São natureza”⁴⁸, pois seu clima era tido como especialmente capaz de curar e combater as mais temíveis lesões pulmonares. Essa fama trouxera para a urbe sertaneja, visitantes que buscavam sarar seus males e, quem sabe, instalar-se ali

⁴⁷ SANTOS, Alane Carvalho. *Industrialização, Desenvolvimento e Modernidade na Princesa do Sertão*. (Monografia). Feira de Santana: UEFS, 2001. P. 27

⁴⁸ Ver: SILVA, Aldo Morais. *Natureza São, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo de identidade social no interior da Bahia (1833-1827)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

definitivamente, almejando uma qualidade de vida na então “Petrópolis Baiana”⁴⁹, como fez o Dr.º Joaquim Remédios Monteiro. Renomado médico pertencente aos quadros da Academia de Medicina de Salvador e do Corpo de Ciências Médicas de Lisboa, após ser acometido de uma grave doença pulmonar, o Dr.º Monteiro perambulou por várias terras buscando ares que propiciassem a sua cura, encontrando isso em Feira de Santana. Daí resolveu fixar residência na urbe e transformou-se no principal propagador da fama da “Cidade *Sanatorium*”, chegando a exercer por duas legislaturas o cargo de Conselheiro e de Presidente do Conselho, nos fins do século XIX.

A fama da cidade nesse período, entre 1850-1900, dada à especialidade dos seus ares, tornou-se provedora de certa transformação urbanística, que se caracterizou como sendo um dos primeiros momentos de dotação infraestrutural. Esses investimentos atingiram apenas a sede e particularmente seu centro⁵⁰. Fato que lhe dava notoriedade e lhe colocava na dianteira em comparação com outras cidades do mesmo porte, como nos atesta o chefe de polícia Durval Aguiar, em visita à cidade, por volta de 1880:

Hoje a Feira de Santana é uma cidade adiantada, limpa, de ruas espaçosas, excelentes edifícios, grande casa da Câmara, bonitinho e asseado quartel cadeias. Está embelezada com bonitas, modernas e perfeitas casas comerciais, açougues higienicamente preparados, em tudo superiores aos da nossa capital, decentes repartições públicas, dois hotéis, teatro etc, etc⁵¹

Segundo Silva (2000), fica explícito que, a partir da segunda metade do século XIX e até por volta da primeira década do século XX, ocorrera uma interação entre o tradicional comércio feirense, a possível qualidade dos seus ares e as primeiras reformas urbanísticas implantadas. A interlocução dessa tríade fomentou o reconhecimento da Cidade Comercial da Feira de Santana por todo o país, propiciando, com isso, um aumento significativo na população, mesmo que fosse flutuante e, com efeito, também um maior volume nas trocas comerciais. A urbe ganhara um impulso até então nunca visto.

Na medida em que os anos vão passando e as décadas são vencidas, o discurso acerca da especialidade do clima perdeu o espaço que conquistara. Dessa forma, o

⁴⁹ Essa era uma das alcunhas que marcou Feira de Santana, a partir da segunda metade do século XIX, demonstrando com isso o quanto seus ares foram valorizados.

⁵⁰ Formava a região central de Feira de Santana uma quadra urbanística, composta pela: Rua da Direita (atual Conselheiro Franco); Rua de Aurora (atual Desembargador Filinto Bastos); Rua do Meio (atual Marechal Deodoro da Fonseca e Sales Barbosa); Rua Barão de Cotegipe (atual Av. Senhor dos Passos).

⁵¹ Apud OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana. *De empório a Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2000. P. 28.

comércio reassumira definitivamente o protagonismo no desenvolvimento do município. Um comércio que não se restringira ao gado como outrora, mas que se caracterizava pela diversidade e modernização nas transações comerciais. A antiga “Petrópolis Baiana” agora aparece como “Cidade Empório”, responsável por dinamizar e interligar a Bahia e seu recôncavo ao Sertão. Assim, conclui-se que:

A compreensão destes fenômenos – urbanos – por sua vez nos permite reconhecer como se articula o processo mais amplo de construção de uma identidade social urbana em Feira de Santana, inicialmente em torno da ideia de uma cidade de clima especial e depois com o abandono desta, a partir de uma visão da cidade como espaço civilizado e progressista, cuja expressão mais concreta seria maximização de suas potencialidades comerciais⁵²

Observamos que o abandono dos discursos em torno do ideário de “Cidade Sã” é respaldado pela transição que estava vivenciando o país nos fins do século XIX, com a troca do sistema monárquico pela República. Daquele momento para frente seria inadmissível uma localidade sustentar-se econômica e socialmente à custa da especialidade dos seus ares, isso passara a ser considerado ultrapassado e deveria ser varrido pelas novas concepções de administração pública, amparadas agora pelo progresso e modernização.

O comércio encontrou no início do século XX um parceiro que, além de promover a reprodução rápida e dinâmica das trocas, passou a ser reconhecido tanto por políticos, jornalistas, intelectuais ou quaisquer grupos que buscassem compreender o desenvolvimento feirense, como justificador e legitimador daquela nova e moderna faceta cidadina, a dita *localização geográfica*:

A posição geográfica de Feira de Santana, a meio caminho entre a costa e o interior, reflete-se na economia do município (...). A população crescente exige um consumo local cada vez mais pronunciado de gado e de produtos agrícolas, enquanto a proximidade das cidades costeiras assegurou aos criadores e agricultores um mercado imediato para os excedentes (...). A atividade comercial verificou não somente pelo grande número e pela variedade de estabelecimentos comerciais localizados na cidade, como também pelo volume de negócios que se realizavam na feira semanal.⁵³

⁵²SILVA, Aldo José. Op. Cit. P. 08

⁵³POPINNO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968. P. 11 e 12.

As quatro primeiras décadas do século XX foram marcadas pela construção ou manutenção de algumas estradas de rodagem⁵⁴, que interligavam Feira de Santana a algumas outras cidades e regiões. Muitas dessas estradas seguiam os antigos trajetos e caminhos feitos pelos vaqueiros e tropeiros, no já distante século XIX. Segundo Cátia Maria dos Santos (2004), por se reconhecer Feira de Santana enquanto centro de irradiação viária do estado da Bahia, o governo resolvera incentivar a realização de algumas obras nesse sentido, tendo como objetivo maior aproximar o litoral do sertão. Assim,

Em 1928, prosseguiram os trabalhos das estradas da capital a Feira, Santo Amaro à Tanque da Senzalal (trecho), Camassary a Irará, Riachão à Guanambi, Paripe à São Tomé, Cruz de Almas à Muritiba, Itirussu à Maracás, Amaralina a Pituba (...) Foram entregues ao tráfego público ainda em 1928, as seguintes estradas, construída pelo governo: Capital à Feira de Santana.⁵⁵

Se no longínquo século XIX uma viagem entre Salvador e Feira de Santana, utilizando o vaporzinho até Cachoeira e depois da ferrovia de Cachoeira para a urbe feirense, não durava menos de 10 horas, com a implementação da rodovia o tempo estimado diminuiria para incomparáveis 4 horas. A redução do tempo propiciou uma intensificação das relações entre a Bahia – Salvador – e o interior, tendo a Princesa do Sertão como o entreposto que mediará esse contato. No tocante a isso, é importante não subjugar ou compreender a cidade como um mero entroncamento viário e espaço de relações econômicas fluídas e passageiras, pelo contrário, a urbe tinha uma dinâmica mercantil destacável, que lhe dava garantias de autonomia econômica. Dito de outra forma, essa sua valorização como “Boca do Sertão”, zona de passagem obrigatória entre a capital e o interior, apenas acelerou e reafirmou o seu potencial comercial. Isso pode ser constatado pela importância que a feira semanal, ocorrida desde os primórdios do seu povoamento, tinha como geradora de renda para divisas do município.

As estradas de rodagem, além de conectar Feira a outros grandes centros comerciais – a exemplo de Salvador –, contribuíram para reforçar e estabelecer a liderança desta na microrregião, haja vista que os caminhos também foram abertos para

⁵⁴ Torna-se imprescindível acrescentar que em meados da década de 1930, na região de Feira de Santana, o transporte Ferroviário teve sua importância reduzida, isso se deve em muito ao desenvolvimento das rodovias.

⁵⁵ Jornal Folha do Norte, 1929.

algumas localidades mais próximas, como: Candéal, Cachoeira, Riachão do Jacuípe, Tanquinho, Bonfim de Feira, Almas, entre outras.

Portanto, avaliamos que a construção e o desenvolvimento das estradas de rodagem representaram um dos símbolos máximos da Feira de Santana moderna e progressista. Esse sistema viário propiciou a transformação da cidade em uma espécie de entroncamento ou encruzilhada, delineando todo um ideário de modernidade que, antes de qualquer coisa, fora responsável por proporcionar maiores contatos, volume e rapidez no comércio. Dessa forma, essas estradas podem ser tomadas como vetor da construção imagética de uma nova ordem que, a partir dos finais da década de 1920, ganhara cada vez mais espaço e estímulo.

Esse processo revela a substituição dos símbolos antigos pelos modernos, chamado de nova ordem, que tinha como meta uma renovação urbana para sustentar a imagem de cidade como futura metrópole, nas amarras do progresso e de centro regionalista.⁵⁶

Parece-nos claro que Feira de Santana, na virada para o século XX, experimentou certa modernização. Como já evidenciado, o contato com as fontes e a leitura de uma bibliografia específica sobre a urbe levam-nos a crer na existência de duas fases distintas e complementares do surto modernizante, pelo menos quando analisamos as seis primeiras décadas de século XX. Assim, reafirmamos a existência de uma primeira fase, compreendendo dos finais do século XIX até aproximadamente meados da década de 1930. Momento este que se destaca pelas primeiras medidas de civilidade e progresso, materializado em construções de imagens que objetivavam tornar a antiga vila num ambiente verdadeiramente urbano: “Assim, informa: dos hospitais, dos dois grupos escolares existentes e da escola normal, obras que mudaram o perfil da cidade nos primeiros anos do século XX, imprimindo-lhe uma face mais urbanizada”⁵⁷.

Essa nova conformação urbanística baseada num ideário de progresso realça uma série de conflitos entre os vários sujeitos que compunham o cenário social. Os atores desses conflitos marcavam trincheira na contradição campo versus cidade. De um lado a classe dominante mercantil – que se queria civilizada – e do outro a camada popular, de fortes resquícios rurais, considerada, por isso, “incivilizada” e responsável

⁵⁶SANTOS, Cátia Maria. *Visões de uma cidade: Imagens Urbanas de Feira de Santana (1929-1940)*.(Monografia de Especialização). Feira de Santana: UEFS, 2004, P.40.

⁵⁷ OLIVEIRA, Clóvis, Op. Cit. P. 26.

por atravancar o progresso. De acordo com Oliveira (2000): “Esses conflitos ocorreram em torno dos padrões comportamentais mais ajustados a realidade comercial da cidade e do choque com as memórias oriundas de um tempo em que a cidade era pouco mais que um campo de gado”⁵⁸. Dessa forma, urbanizar não seria entendido apenas como um novo modelo espacial, mas também como construção de padrões urbanos na vida cotidiana das pessoas. Esses padrões estavam intimamente ligados a uma tentativa de superação ao que era visto como atrasado, ultrapassado ou arcaico. No caso da Feira republicana, além dos grupos tradicionalmente marginalizados em todo o Estado Brasileiro, como negros, desocupados, jogadores, prostitutas, destacam-se as figuras específicas do sertanejo e, em particular, do vaqueiro. Esse materializava no presente um passado que deveria ser extirpado da memória feirense.

A segunda fase desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1960 é reconhecida como sendo de completa reestruturação urbanística. Os espaços ganharam nova dinâmica e uma funcionalidade moderna, característica do urbanismo implantado pelos governantes do período:

O urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legítimas da ordem urbana, uma organização científica da cidade, colocando cada coisa em seu lugar e em cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado e os perigos do vazio por outro.⁵⁹

Entre esses anos, as mudanças no quadro urbanístico e no território como um todo foram visíveis. Perceberam-se um crescimento na fronteira do município e uma redistribuição espacial das pessoas. A consequência disso foi o crescimento do perímetro urbano e o aparecimento de novos núcleos de povoamento. Para tanto, foram necessários vários investimentos de cunho infraestrutural, tais como: alargamento de ruas, melhoria no saneamento e na iluminação pública, construção de praças e jardins, etc.:

Percorrendo-lhe o âmagos poupa-se o cuidado dos seus dirigentes, sente-se o calor progressista das iniciativas, demonstrada em prol da sua beleza urbanística. Jardim florido, com um sorriso perfumado das praças elegantes. Ruas de aspectos modernos. Artérias sadias, como a aristocrática e lindíssima Avenida Senhor dos Passos. Avinha-se que a

⁵⁸ Id., 2000, p. 32.

⁵⁹ PECHMAN, Robert. Os Excluídos da Rua: Ordem urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANE, Stella (Org.). *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

há de esforço em aparar-lhe physicamente as arestas dada à revelação do apurado senso esthético, profusamente distribuído.⁶⁰

Sendo assim, temos já no final da década de 1930 uma novíssima Feira de Santana, se as reformas urbanísticas do século XIX para o XX permitiram o rompimento com a Feira rural, sertaneja e, por isso, “atrasada”; agora – década de 1930 – a nova paisagem urbana diferenciava-se de um modelo de “cidade do silêncio e da melancolia”⁶¹. Tínhamos então sinteticamente no raiar da década de 1940 uma urbe redesenhada, caracterizada pelas: largas estradas, paisagem iluminada pelas lâmpadas elétricas e riscada por máquinas velozes e suas sirenes. Enfim, é a imagem de uma cidade que se quer metrópole ou, no mínimo, capital regional interiorana que vislumbrava com entusiasmo a movimentação comercial.

1.2- Imprensa Feirense e Companhia de Melhoramento: legitimadoras de uma nova urbe

Quando os supostos ideais de progresso, modernização e civilidade bateram à porta de Feira de Santana, encontrou por aqui, como em todo Brasil urbano, um grande aliado. Aliado não no financiamento ou no patrocínio das reformas como fez o comércio, mas na ação no campo do devir, na justificativa ideológica, no alicerce de um novo imaginário, que se queria urbanizado, assim reconhecemos a função dos Jornais e da imprensa no processo de modernização. Antes de ser um mero meio de comunicação, contentando-se em apenas descrever e informar as notícias do cotidiano, a imprensa constituiu-se como o principal instrumento difusor dos novos tempos, se autorreconhecendo enquanto um guia ou simplesmente um manual que aconselhava os comportamentos, atitudes e ações que os cidadãos deveriam seguir para, com isso, construir um novo dia a dia na modernidade.

É nesse sentido que deve ser percebida a decisão de declarar publicamente tal função, como fez o semanário Folha do Norte, de janeiro de 1913, ao afirmar que a missão da imprensa não é só censurar, mas principalmente orientar, traduzindo em fórmulas concisas as necessidades sociais e, quando justas, as aspirações populares. Seria necessário a esta orientação, porém, antes de mais

⁶⁰ Folha do Norte, 09/07/1934.

⁶¹ Expressão cunhada em vários poemas por Eurico Alves Boaventura, poeta e intelectual que vivenciou e interpretou essas transformações em Feira de Santana.

nada, identificar os elementos que seriam trabalhados na sociedade, os indicativos da incivilidade.⁶²

Mesmo construídos pela e para a classe dominante dirigente, haja vista os índices de analfabetismo existente no Brasil e, especificamente, em Feira de Santana nas camadas populares, os jornais feirenses⁶³ desenvolveram e buscaram uma nova noção de civilidade que se concatenasse com a cidade que estava sendo erigida. Dessa forma,

O jornal ocupava uma posição na sociedade feirense de porta-voz das novidades, o portal através do qual haveria o contato com o mundo exterior. Não é difícil imaginar a valorização desse papel nos jornais, principalmente pelo monopólio que os órgãos de imprensa detinham no período.⁶⁴

Portanto, nesse processo de urbanização, o progresso não deveria ser apenas decodificado pelas construções ou intervenções públicas materiais, *pari passu*, desejavam-se o desenvolvimento e a superação dos costumes antigos, matizando, dessa forma, um novo modo de agir, pensar e sentir nos indivíduos, importante para referendar os novos tempos.

A imprensa jornalística, assim, tida como a porta voz das “luzes” e como formadora de um novo ideal de civilidade e progresso, fora uma crítica implacável e um órgão responsável por auxiliar no controle das classes perigosas, as denunciadas pelos maus comportamentos. A cada artigo escrito e publicado nos semanários, particularmente no Folha do Norte – que tinha como articulistas indivíduos oriundos da elite econômica e letrada da urbe –, se contribuía para sedimentar na sociedade feirense uma imagem, diga-se de passagem, negativa e depreciativa em relação à Rua do Meio e os seus Becos, bem como dos seus frequentadores assíduos, especificamente aqueles que perambulavam após findar a luz do dia. Ao se referirem a essa rua, alguns adjetivos eram comumente utilizados: “A célebre Rua do Meio”⁶⁵; “O antro da perdição da Rua do Meio”⁶⁶. Vale acrescentar que, no recorte estipulado dessa pesquisa, principalmente na década de 1950, a Rua do Meio aparecia na Folha do Norte apenas na coluna

⁶² SILVA, Aldo. Op. Cit. P. 152.

⁶³ Feira de Santana, ao longo de sua História, contou com a circulação de inúmeros Jornais, muito embora a maioria deles tivesse uma existência efêmera e não mantivesse uma regularidade. Destacou-se: O feirense (1862); Correio de Notícias (1895); Gazeta do Povo (1890); O Propulsor (1898); Folha de feira (1932), O Coruja (1956); Tribuna Popular (1957) e o mais famoso deles o Folha do Norte, que circula desde 1909.

⁶⁴ OLIVEIRA, Clóvis. Op. Cit. P. 74.

⁶⁵ Folha do Norte, 12/01/1952.

⁶⁶ Folha do Norte, 01/11/1952.

intitulada “Coisas da Cidade”, uma espécie de noticiário popular que tinha o objetivo de criticar e combater as ocorrências citadinas.

Assim, temos a região como palco de crimes, fatos que no discurso jornalístico eram exacerbados, vistos como brutais e estúpidos, propiciando com isso a construção do ideário de proibição e maldição.

Feira de Santana tem vivido nestes últimos meses instantes de sobressaltos. Quase todas as noites moradores das ruas adjacentes a celebre Rua do meio, acordam assustados com tiros, gritos, correrias e algazaras que são mais incidentes provocados por elementos desconhecidos e conhecidos no local, na sua maioria desocupados que perturbam o sossego noturno.⁶⁷

Esses desocupados tinham nos becos e ruelas seus habitats e especificamente nos Bordéis⁶⁸, que se alastravam a partir da década de 1940, esconderijos. Para Railda Matos⁶⁹ (2000), o crescimento da prática prostitucional na Rua do Meio tem uma ligação direta com a implantação da antiga feira de gado, espaço que propiciava a bebedeira, bagunça e arruaça que aliadas à prostituição conformavam o baixo meretrício feirense.

Ao tomar conhecimento desse fenômeno – aumento dos bordéis – a imprensa buscava em suas páginas denunciá-lo, como pode ser percebido nas letras dos articulistas do Folha do Norte:

Quanto mais, Melhor: Desgraça pouca é bobagem. Inunda Feira, a Bahia e o Brasil inteiro de prostíbulos, de cassino, de estrumeira, de alcouce (...)⁷⁰
Os prostíbulos se abrem hora à hora, sem disfarce, sem receios, publicamente, como se isto aqui fosse o paraíso da incofessabilidade.⁷¹

Percebe-se que a imprensa utilizava, como recurso discursivo, a aliança entre a prostituição e o jogo⁷², duas das “instituições” consideradas inimigas do progresso.

⁶⁷ Folha do Norte, 01/11/1951.

⁶⁸ Conforme Espinheira (1984), os bordéis são organizações comerciais que proporcionam divertimento e lazer, promovendo uma associação entre o cliente e a prostituta que tende a minimizar o caráter de compra e venda dos serviços sexuais.

⁶⁹ MATOS, Railda. *Elas sonham acordadas em Santo Antonio dos Prazeres* – mulher em prostituição. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

⁷⁰ Folha do Norte, 22/08/1953.

⁷¹ Folha do Norte, 12/09/1953.

⁷² Pela Lei Federal nº2. 215 de 29/04/1946, o jogo de quaisquer espécies estava proibido em solo brasileiro.

Assim os jornalistas classificavam e distinguiam os indivíduos através de atribuições de valores e estigmas sociais culturalmente aceitos.

Dessa forma, a sociedade feirense via os seus órgãos de imprensa e o poder público municipal estabelecerem, entre 1940 e 1960, a Rua do Meio e adjacência como espaço maldito, perigoso e aconselhadamente proibido, particularmente no período noturno. Ali simbolizava o antro da periculosidade, como nos apresenta uma coluna de memória que busca descrever e analisar a cidade durante as décadas de 1940 e 1950:

Cidade que se fez, quase que sozinha, pelo esforço de seus habitantes, cujo trabalho e empenho estiveram sempre seguidos de longe, pelo poder público, a Feira de Santana, na década de 1940, era uma cidade de três ruas: a Rua da Direita, a Avenida Senhor dos Passos e a Rua do Meio (...). Na Marechal Deodoro praticamente não havia comércio, que se limitava apenas a praça dos Remédios (...). Da Praça dos Remédios em diante era zona, o mangue, a prostituição que se alastrava por todas as transversais. Uma senhora não passava na Rua Capitão França, Beco do Ginásio, Rua General Pedra, no Beco do Hotel Universal, no Beco da Esteira, no Bom e Barato e no Beco do Mocó este permanentemente fechado de intermináveis desordens, com facadas, tiros, garrafadas, cacetadas, desacatos, intervenção da polícia e baderna. O vício, aliás, dominava a cidade, que se recolhia cedo. Ainda hoje muito visitante fica espantado de não encontrar ninguém depois das 22 horas. É hábito velho, do tempo dos caberes, em pleno centro e do intenso movimento de todos os elementos saídos dos diversos antros, que tomavam as ruas todas as noites, com bebedeiras, agressões e pancadaria grossa.⁷³

Mesmo retratando outro período, Oliveira (2000) já nos apresenta que no processo de modernização e urbanização vivenciado pela urbe feirense, o discurso jornalístico revelava o quanto a cidade estava se tornando um espaço diferenciado, no qual havia ambiente onde a violência ocorria de maneira mais descontrolada. E, sem dúvida alguma, no período desse estudo, a Rua do meio era descrita e vista enquanto tal.

Pois bem, a cidade estava a cada dia aumentando a sua população e isso asseverava como consequências um redesenho do espaço urbano, no entanto, de uma maneira desorganizada. Sendo assim, os governantes deveriam fazer algo, ainda mais que o ideal de progresso estabelecido não admitia o descontrole e a desorganização do ambiente urbano. Destarte, a cidade deveria ser organizada por funcionalidade e, com isso, transparecer certo planejamento. É com esse objetivo que, em 1925, o poder público municipal cria a famosa Companhia de Melhoramento:

⁷³ Folha do Norte, 28/08/1976.

A Companhia não visava apenas “corrigir” os erros estéticos, ou de asseio público, mas também vigiar na cidade o modo de vida que fosse ligado aos seus dotes físicos, econômicos e sociais, para fazer de Feira de Santana uma importante cidade.⁷⁴

Percebe-se o quanto a Companhia de Melhoramento agia coadunada com o Código de Posturas em vigor, não seria um órgão que apenas iria se preocupar com as reformas urbanísticas, mas deveria atentar-se para o saneamento público e moral. Dessa forma, suas principais ações ocorriam nas ruas, lugares privilegiados de sociabilidades e interações, onde visivelmente poderia ser demonstrado o estágio de modernização que a Princesa do Sertão vivenciava.

Em termos de investimentos urbanísticos, podemos notar o quanto este crescera de maneira não linear. Vejamos os valores gastos em Obras, Asseio e Iluminação Pública, respectivamente. Tivemos em todo ano de 1940 a previsão de: 9: 610\$000; 4: 019\$500; 727\$600 e 575\$000⁷⁵; já em 1944, apenas no mês de Fevereiro: 5: 950\$500; 1:071\$200 e 1: 296\$200.⁷⁶ Esses dados demonstram o quanto havia a preocupação por parte da administração municipal em relação à imagem da cidade, e o quanto as obras, o asseio e a própria iluminação pública eram as grandes vedetes para o projeto de modernização que estava a todo vapor nessa década de 1940.

Entre 1930 e 1960, podemos encontrar alguns símbolos do ideal de progresso já consolidados: luz elétrica, ruas calçadas, bomba de abastecimento de água, fluxo de automóveis, praças embelezadas, limpeza pública. Além desses, nota-se o aparecimento, como já mencionado nesse capítulo, de instituições que tanto serviam para divulgar novos hábitos, quanto para representar o perfil dos sujeitos citadinos, assim ocorreu: a criação da Escola Normal de Feira de Santana; o aparecimento dos teatros⁷⁷, a abertura dos cinemas⁷⁸, a inauguração de cafés⁷⁹ e confeitarias⁸⁰.

Visto que Feira de Santana sofrera, desde os primeiros momentos da República, a ação de projetos que buscavam a todo custo sua modernização, admitimos somente que apenas na década de 1950 as respectivas imagens urbanas estavam completamente matizadas, não só na sua paisagem, mas também e, principalmente, na moral, hábitos e

⁷⁴ SANTOS, Cátia. Op. Cit. P. 25.

⁷⁵ Folha do Norte, 06/04/1940.

⁷⁶ Prestação de Contas do exercício de 1944. *Arquivo Público Municipal de Feira de Santana*, 1944.

⁷⁷ A cidade contava com o Cineteatro Santana, desde 1919 e inaugurou em 1946, o Cineteatro Iris.

⁷⁸ Além da tradição dos Cineteatros, Feira de Santana contou com cinema, destacamos o Cine Santanópolis, inaugurado em 1958.

⁷⁹ Mesmo com imagem controvertida, destacamos o Café Oriente, inaugurado em meados da década de 1950.

⁸⁰ Destacavam-se a Sorveteria e Confeitaria Marabá, e o O Sueto Bar.

costumes dos seus habitantes. Isso não implica dizer que as tensões e disputas encerraram-se e a que harmonia reinou no solo feirense. Pelo contrário, o ambiente urbano construído a partir desses projetos e de todos os seus símbolos decorrentes excluiu e estigmatizou aqueles que por ventura não se adaptassem ao modelo civilizado burguês. Justamente uma dessas áreas estigmatizadas e, por conseguinte, alguns grupos que faziam parte dela serão objetos dos próximos capítulos.

A Rua do Meio, os seus becos e ruelas não foram considerados malditos, perigosos e proibidos apenas em função dos seus espaços arruinados e deteriorados pela falta de investimentos, mas principalmente pelas práticas sociais, com destaque para a prostituição, a vadiagem e a jogatina. Os indivíduos que povoavam o cotidiano deste espaço eram considerados desclassificados, legião do povo sem importância que, através de sua existência, criavam fraturas no modelo de cidade, diversão, trabalho e família civilizada.

1.3- Cartografia do “Complexo da Rua do Meio”: sujeitos e sociabilidades

Nos dias atuais, ao percorrer as Ruas Marechal Deodoro da Fonseca, Sales Barbosa, Capitão França, Praça Fróes da Mota e os seus respectivos becos e ruelas, atual centro comercial de Feira de Santana, percebemos o quanto suas imagens reafirmam e denunciam que se trata de uma área popular. Lugares que se caracterizam como ponto de encontro, de interação social e comercial de grupos advindos dos quatro cantos do município e também de cidades circunvizinhas, trazendo para o espaço não apenas as suas mercadorias – mas também e principalmente – suas vivências, costumes, ideologias, cotidiano e hábitos. Destacam-se aí o comércio ambulante de todos os gêneros – das frutas e hortaliças ao vestuário; da alimentação ao artesanato, e também de produtos pirateados e contrabandeados de baixa tecnologia, como cd's, dvd's, relógios e brinquedos em geral, vindos de um suposto e talvez mítico Paraguai. Além de se caracterizarem no cotidiano urbano da Feira de Santana do presente como um dos espaços de maior interação social das camadas populares, esses espaços aparecem no imaginário feirense como sendo perigosos e malditos, onde alguns cuidados devem ser tomados num simples transitar, pois neles coabitam larápios, furtadores, lanceiros, marreteiros, pivetes, prostitutas, enfim “marginais” de todas as espécies, transformando com isso, o território num antro do “mal”.

Essas ruas fazem parte do que denominamos de “Complexo da Rua do Meio”⁸¹, um espaço social que, a partir da implantação do ideário de modernidade e progresso republicano, passou a representar no cotidiano da Princesa do Sertão o *lugar da diferença*. Um contraponto ao que era idealizado, materializando a insalubridade, a falta de higiene, os hábitos que deveriam ser superados, bem como a existência de sujeitos vistos como perigosos e danosos ao projeto citadino. Assim, nessa interconexão passado/presente, ontem/hoje, percebemos que:

A cidade mudada, tais espaços estão hoje irreconhecíveis, mas operam como “lugares de memória” às avessas. Por vezes, a carga simbólica pejorativa continua presente mesmo depois das intervenções que redesenham o local, a conferir uma depreciação do valor do solo urbano em tais áreas.⁸²

A abordagem, entretanto, não ficará restrita ao espaço propriamente dito, buscaremos estabelecer uma relação plausível entre ele e os sujeitos que o compunham. Dessa forma, jogadores, desocupados, vadios e contraventores de toda sorte ganharam notoriedade nas páginas dos Jornais ao estabelecer um vínculo com os famosos bordéis, bares, cafés alocados nos becos e ruelas que entrecortavam a Marechal Deodoro da Fonseca e a Sales Barbosa.

A experiência republicana na urbe feirense, como não poderia ser diferente, trouxe consigo o desejo do devir, a vontade da transformação. Feira de Santana, a partir do olhar da elite dominante – formada por fazendeiros, grandes comerciantes intelectuais e doutores –, deveria superar o passado, representado não apenas pela memória rural. As mudanças deveriam atingir numa mesma proporção as imagens urbanas e a paisagem citadina. Nessa dinâmica das mudanças, as imagens urbanas seriam intervenções concretas, ou seja, construções materiais na cidade, que causariam remodelação e trariam progresso ao cotidiano dos feirenses e também dos forasteiros e transeuntes que por aqui pousassem. Nota-se que há uma forte ligação entre o ideal de urbanização e o de civilidade.

Segundo Schimidt e Farret (1986), o Brasil tem uma peculiaridade nesses projetos em relação à Europa e aos Estados Unidos, aqui ele é viabilizado pelo Estado – força governamental – que tem a tutela de todo o processo. Em Feira de Santana não foi

⁸¹Compõem esse complexo as ruas: Marechal Deodoro da Fonseca, Sales Barbosa, os respectivos Becos: do Ginásio, do Mocó, da Energia, do Amor e do França e também as Praças do Comércio, João Pedreira e Bernadino Bahia.

⁸² PESAVENTO, Sandra. Lugares Malditos. *Revista Brasileira de História*, Vol. 19, nº 37, pág. 216.

diferente, como já foi indicado anteriormente. Dentre outros elementos que expressam a ação governamental, constatamos a importância da criação da Companhia de Melhoramento, responsável por normatizar e fiscalizar tal projeto. Se através dos dados acerca da urbanização podemos estabelecer a transformação na paisagem citadina, será através da imprensa que notaremos o quanto o projeto, em todas as suas facetas, conseguira atingir resultados insatisfatórios.

Portanto, de acordo com Cátia Santos (2004), o processo de urbanização que atingira a cidade, isso a partir da terceira década do século XX, tem três fases distintas e complementares: **primeira**, processo de cunho civilizador, momento marcado pela valorização do ambiente urbano presente em detrimento de um passado rural; **segunda**, requalificação e salvaguarda do desenho urbano funcional, destaca-se a prática da urbanização voltada para a criação de um ambiente que fosse ao mesmo tempo funcional e belo. Nesse ponto há uma preocupação em estabelecer a inter-relação entre elementos que ordenavam a vida citadina, tais como o comércio, acessibilidade e a salubridade; **terceira**, intervenção no comportamento e na postura das pessoas, estabelecida com o propósito de controlar, construindo práticas que comungassem com o ideal de urbanização que estava sendo legitimado. Enfim, o que era desejado e projetado seriam intervenções por meio das reformas na estrutura física, implementando com isso imagens que favorecessem o controle e a modificação dos costumes, hábitos e modo de comportamento dos habitantes das cidades, especialmente das camadas populares.⁸³

A última fase, que faz referência aos comportamentos e hábitos, principalmente daquela parcela da população considerada obstáculo para o processo de modernização e civilidade e que nesse contexto é tida enquanto “perigosa”, não passa incólume, pois esses grupos não recebem críticas e imposições de maneira passiva, proporcionando dessa forma momentos de tensões e conflitos. No entanto, as formas de resistências desses grupos muitas vezes foram postas na ilegalidade, como é explicitado no Código Penal de 1940 ou nas leis de Contravenções Penais de 1941. Assim, as penas e punições direcionadas a jogadores, desocupados, prostitutas, entre outros, serviriam pedagogicamente como exemplo para aqueles que se colocassem como empecilho ao que se estava sendo construído.

⁸³ SANTOS, Cátia. Op. Cit. p. 13.

Mesmo a cidade, a partir da década de 1930, contando com um perímetro urbano que aumentava a cada ano, destacando-se como o município do interior baiano mais urbanizado, os investimentos em torno das melhorias infraestruturais e a transformação urbanística e imagética atingiram seu esplendor, inicialmente, no que denominamos centro da cidade. Para Castells (2000), esse espaço representa o núcleo lúdico, concentração de lugares de diversão e de ócio, implantação espacial das luzes da cidade e a sublimação do ambiente urbano propriamente dito, através de toda uma gama de opções possíveis e da valorização de uma disponibilidade de consumo no sentido mais lato.

O Centro na urbe feirense, no período estudado, diferentemente das construções urbanísticas das grandes cidades brasileiras, funcionava num regime misto, ou seja, seria ao mesmo tempo Zona Comercial, Industrial ou Fabril, e Residencial, característica essa que é modificada com a implantação do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (1968) e do Código de Urbanismo e Obra (1969), no governo do prefeito João Durval Carneiro. Esses documentos adotaram uma nova divisão territorial, demarcando a cidade em setores e configurando, assim uma, nova espacialidade:

Art. 24: Setor SC1: Setor comercial limitado pelos logradouros: Rua Senhor dos Passos, Praça João pedreira, Rua Sales Barbosa e Praça Bernardino Bahia.⁸⁴

Este setor formava uma quadra central que, ao longo da história urbana de Feira de Santana, destacou-se pelas práticas comerciais. No entanto, anos anteriores à adoção do código de urbanismo, o setor paulatinamente deixara de ser uma zona mista – comercial/residencial – para tornar-se estritamente comercial, como nos atesta o artigo 21 do código:

Nos setores comerciais somente serão permitidos edificações que não atentem ao caráter da mesma e que tenha uso conforme, tais como o comércio em geral e serviço de uso público: lavanderia, sapataria, artesanato, associação culturais recreativa, casa de diversões, casas de hospedaria, edificações de escritório, ambulatórios, consultórios ou clínicas médicas e odontológicas e templos religiosos⁸⁵

Porém, a preocupação em organizar esse plano central da urbe iniciou-se tempos antes. Se num momento inicial, nas quatro décadas do século XX, as práticas

⁸⁴ Código de Urbanismo e Obra, lei nº 629 de 04/07/1969, BMAS.

⁸⁵ Id., 1969.

urbanísticas tiveram a preocupação em estabelecer uma plurifuncionalidade dessa região, dotando-lhe além da infraestrutura que propiciasse a realização de sua faceta comercial, buscou-se estabelecer construções voltadas para a estética, onde a idealização do belo ganhava terreno:

Art. 79: Todos os edifícios destinados a theatros, cinemas, reuniões publicas, etc, adoptarão (sic) os moldes modernos aconselhados pela hygiene, esthetica e segurança.⁸⁶

Essa área embelezou-se principalmente devido aos investimentos em iluminação, limpeza pública, reformas e ampliação de praças, tornando o lugar valorizado em termos imobiliários, o metro quadrado mais cobiçado da cidade. Ruas como a Senhor dos Passos e a Marechal Deodoro tornaram-se alocação dos grandes e belíssimos palacetes das famílias mais ilustres da Princesa do Sertão, destacando-se, dentre outros, as mansões do farmacêutico Arthur Fróes da Mota e do Coronel Tertuliano Carneiro, localizadas na Rua Senhor dos Passos⁸⁷, inauguradas ainda na década de 1920; e o palacete do intendente Bernardino Bahia, posteriormente sendo de propriedade do prefeito Newton Falcão, localizado na esquina da Rua Senhor dos Passos com a Praça Bernardino Bahia⁸⁸.

No entanto, no transcorrer da década de 1940, e nas seguintes, ocorreu uma reviravolta no que tange a preocupação da municipalidade com toda essa área central, a Feira teve um grande crescimento populacional e comercial, que lhe conferiu *status* de metrópole regional. Assim a modernização e a velocidade das transações comerciais alavancaram o município a rol de destaque no interior baiano. Segundo o censo de 1960, o município tinha uma população de 141.773 habitantes, desse total, 61.612 residiam na cidade propriamente dita⁸⁹. O aumento do fluxo populacional inter-relacionado com o comércio local propiciou uma gradual desvalorização dessa região enquanto locus residencial, paulatinamente as famílias da elite deslocavam-se do centro da cidade, agora um espaço de movimento intenso, de barulho intermitente e de circulação cotidiana de transeuntes das camadas populares advindos de uma diversidade de lugares. Seria a consagração da cidade como a capital “cosmopolita sertaneja”.

⁸⁶ FEIRA DE SANTANA, *Código de Posturas*. Secção VI, art.79, 1937.

⁸⁷ Nos dias de hoje são, respectivamente: Secretaria de Educação de Feira de Santana e uma construção no antigo estacionamento do Solar Santana.

⁸⁸ Atualmente serve de ponto comercial para as Lojas Marisa e C&A.

⁸⁹ Folha do Norte, 28/01/1961.

Torna-se perceptível a migração da elite de forma voluntária, como pode ser observado na coluna o “Indicador”, uma espécie de classificados do semanário Folha do Norte:

Casa à venda na Marechal Deodoro nº 06⁹⁰
 Vende-se a casa de nº 12, para comércio à Rua Marechal Deodoro⁹¹
 Casa à venda: vende-se a casa de nº4 à Rua Marechal Deodoro, ótimo ponto comercial.⁹²

E para onde estaria indo essa camada abastada da sociedade feirense? Na mesma coluna temos indícios:

Terrenos na Avenida Getúlio Vargas: Venda de lotes que compreende o prolongamento da avenida imediatamente depois do Ponto Central⁹³
 Vendem-se ótimos terrenos para construção na Avenida Getúlio Vargas⁹⁴

Sendo assim, o centro tradicional, já entre as décadas de 1950 e 1960, restringia-se quase que essencialmente às atividades mercantis. Com a saída da elite para outros pontos da urbe, ocorreram conseqüentemente o crescimento das áreas urbanizadas e um aumento significativo do perímetro urbano. Desta maneira, outros espaços passaram a serem alvos de investimentos por parte do poder público local. Essa dinâmica urbanística é tratada num editorial da Folha do Norte denominado “O Suburbano”:

As cidades crescem na agonia dos homens pobres que à procura do socêgo (sic) e de dias melhores, deixou os centros urbanos. O suburbano chegou ao local quando tudo era deserto. Restavam ainda próximo a seus casebres, bonitas jaqueiras como vivas reminiscência florindo e frutificando (...). Depois as terras aos poucos foram se fragmentando, se dividindo em lotes. O fidalgo do centro comercial cansado do frenesi e do lufa-lúfa cotidiano pensa numa outra casa e se lembra do subúrbio.⁹⁵

A urbe crescera e se transformara, a população cada dia era mais numerosa, o centro conseqüentemente era o espaço que mais sentira essas mudanças. Paulatinamente o comércio tornava-se hegemônico.

⁹⁰ Folha do Norte, 12/08/1950.

⁹¹ Folha do Norte, 26/05/1951.

⁹² Folha do Norte, 27/04/1956.

⁹³ Jornal Folha do Norte, 07/07/1952.

⁹⁴ Jornal Folha do Norte, 17/07/1954.

⁹⁵ Jornal Folha do Norte, 31/10/1953.

1.4- A Rua é do Povo: a invenção de um cotidiano

O processo de modernização e transformação urbanísticas tivera como uma de suas consequências imediatas a produção de novos espaços que, numa lógica de valorização ou desvalorização, imposta pelas práticas sociais, constroem novos padrões de imagens. Segundo Raffestim (2000), esses espaços produzidos devem ser reconhecidos enquanto um campo de possibilidades que a partir do uso e ações dos sujeitos transformam-no em território. Conforme Feldman (1989), o espaço urbano não se organiza ao acaso, mas faz parte de um processo econômico – expansão do capital – e social – hábitos e costumes urbanos - que o especifica e o determina em cada momento da organização da sociedade. Por outro lado, o uso desses espaços, já transformados em território por parte dos vários grupos que o compõem, gera múltiplas ordenações, fato que lhe caracteriza antes de qualquer coisa pelo sentido diferenciado em sua manipulação.

A produção do espaço urbano construído se realiza pela tutela da elite dominante, que procura eleger padrões que segregam, expulsando ou separando os elementos sociais, mas, por outro lado as massas – grupos subalternos – criam e recriam seus espaços.⁹⁶

Dentre tantos espaços componentes desse processo de urbanização, as ruas, com certeza, têm uma importância em especial. Principalmente, por aparecer enquanto um ambiente dinâmico e diverso, onde sua plurifuncionalidade é marcada pelo trânsito e pelas relações das pessoas em seu entorno. De acordo com Souza (1997):

A rua é uma das imagens mais fortes e concretas da cidade, espaço plurifuncional, onde os mais variados fatos ocorrem, do comércio à circulação; do ponto de encontro ao local de desfile. Enfim o espaço da coletividade.⁹⁷

No desenrolar da modernização, as artérias citadinas tornam-se alvos de melhoramentos, especialmente por se apresentarem como o território mais importante e o responsável pelas novas formas de sociabilidades. Em relação ao século XIX, ocorreu uma mudança significativa: se outrora a rua era vista com espaço das classes tidas como

⁹⁶ SANTOS, Cátia. Op. Cit. P. 10.

⁹⁷ SOUZA, Célia Ferraz. Construindo o espaço da representação ou urbanismo da representação. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra (Org.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. Pág. 117.

perigosas, lócus a ser evitado pelas famílias ditas de bem, impedindo com isso a contaminação moral; agora ela é representada como o território de controle dos discursos e práticas modernizantes. Para isso, tornaram-se necessários investimentos, os mais comuns, em quaisquer cidades brasileiras, foram os alargamentos, melhoria na iluminação e limpeza pública. Tudo isso sempre em busca da dita higienização e da tão sonhada salubridade⁹⁸.

Em Feira de Santana, as ruas ganharam tratamento especial, nota-se isso em algumas disposições do mesmo Código de Posturas de 1937:

Das Vias públicas em geral: As novas ruas, avenidas e praças que se abrirem na zona urbana, obedecerão às seguintes disposições: a) as ruas e avenidas serão rectas(sic), sempre que possível não terão menos de 11 metro e 20 de largura.⁹⁹

A preocupação é estendida também aos logradouros já existentes:

Do leito das vias públicas: as ruas, avenidas e praças serão calçadas a paralelepípedo ou pedras irregulares, segundo a importância do local e serão arrueladas tendo uma inclinação de cinco por cento do eixo para os lados.¹⁰⁰

Esses novos espaços de sociabilidades respeitavam as tradições do município, pois as vias públicas tanto serviam para o lazer e para o encontro informal, quanto para a comercialização, o fechamento de acordos e negócios por parte de quem desenvolvia a economia feirense. No entanto, por mais que a administração municipal, respaldada pela elite, quisesse controlar o funcionamento das ruas, esta seria antes de tudo do povo, daqueles considerados incautos, incivilizados. Mesmo as legislações agindo coercitivamente, ali o povo congregava seus gostos, afinidades e hábitos, como pode ser notado no relato do poeta Eurico Alves:

O nome de muita rua é dado pelo povo. E a rua é sua. O povo a estima ou a odeia. Dá-lhe o nome correto, o nome que vê que lhe calha bem. Ficam os títulos oficiais para o luxo dos jornais e os silencio dos

⁹⁸Ver: SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande. 1920-1945*. Campinas: Unicamp, 2001. (Tese de Doutorado).; BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical- a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

⁹⁹FEIRA DE SANTANA, *Código de Posturas*. Título III, Capítulo I, 1937.

¹⁰⁰FEIRA DE SANTANA, *Código de Posturas*. Secção 1, Artigo único, 1937.

discursos na câmara municipal. Só. E lá se vinham canto escuro, Beco da esteira, salto do bode, Beco do Mocó. Baixa da Égua, Pedra do Descanso, Muchila, Calumbi, Fiado, Rua da Tranca, Rua do Bom e Barato.¹⁰¹

Dessa forma, as camadas menos favorecidas mantinham suas tradições, pelo menos entre seus pares, independentemente do progresso que chegava e da busca incessante em transformar a urbe numa metrópole interiorana.

1.5- “Complexo da Rua do Meio”: trajetória de um território singular

Esse processo de tornar a região central um espaço essencialmente comercial já era visível aos feirenses e visitantes nos finais da década de 1950. Para perceber essa inflexão resolvemos nos debruçar sobre os reclames dos semanários, esses são valiosos concatenadores de desejos e demarcadores de itinerários cartográficos nas construções cidadinas. Dito de outra maneira, através dessas propagandas podemos reconhecer ao mesmo tempo tanto as imposições de um projeto citadino que, produzido por urbanistas, buscou reorganizar os espaços por função, estabelecendo regras e leis muitas vezes fixas, quanto as astúcias subversivas dos caminhanes. Partindo desse pressuposto, reconhecemos tal qual Certeau que o “Complexo da Rua do Meio” seria um lugar praticado por aqueles heróis ordinários que constituíam seu próprio cotidiano. Esclarecido isso, vamos caminhar narrando, estabelecendo uma trajetória comum daquelas décadas.

A Rua do Meio propriamente dita era formada por duas partes, a rua de cima e a de baixo, respectivamente, na atualidade Rua Marechal Deodoro da Fonseca e a Rua Sales Barbosa. Conformada por residências e lojas comerciais, pela organização espacial feirense, a parte de cima era onde ficariam alocadas as residências, principalmente daquelas famílias mais abastadas. Para ser mais preciso, estas foram construídas no extremo da urbe, fazendo limite com o Asilo Nossa Senhora de Lurdes ao sul, e ao norte com o Beco do Mocó. Essa região até meados da década de 1930 era denominada Rua Manuel Vitorino.

Nesse trecho, destacamos também a criação do primeiro estádio do esporte bretão na Feira de Santana, denominado de Estádio Leolino Ramos. Segundo o memorialista Antonio do Lajedinho, seria uma construção de primeira categoria e

¹⁰¹ BOAVENTURA, Eurico Alves. Op. cit. p. 87.

ocupava todo quarteirão da referida artéria, fazendo fronteira com o Palacete do Coronel Tertuliano Almeida, e no outro extremo, com o Beco do Asilo. Seus muros desembocavam também na Avenida Senhor dos Passos e na Rua Marechal Deodoro. Ali até finais dos anos 30, jogadores de fama local, como os goleiros Cristo e IoIô – futuro delegado da cidade – e o atacante Tuta, desfilavam seus talentos, sem contar aqueles de fama estadual como os atacantes Nova e Seabrinha, que jogavam na seleção baiana. Conforme Oliveira (2011), a criação desse espaço de lazer estava respaldada pelo discurso progressista de engrandecimento da terra de Santana, já que o futebol era visto como um agente de civilidade.

Nessa região de residências, dentre algumas, destacaremos a não muito suntuosa, mas extremamente próspera do ponto de vista cultural: a casa da família Pitombo. Na primeira geração tivemos três varões: Juventino, primeiro dentista com formação acadêmica na cidade; Carlos, comerciante de secos e molhados estabelecido na Rua da Direita, próximo ao Cine Teatro Santana; e Joaquim, o mais novo dos irmãos, pequeno comerciante estabelecido nessas plagas, casado com Julieta da Silva Pitombo e que teve duas filhas – Dete e Diva – e três filhos: Arlindo, poeta, professor de História e gestor do Colégio Estadual, além de contabilista, um dos primeiros a ter escritório na cidade; Waldir, médico ginecologista e obstetra – o primeiro da urbe –, que posteriormente casou-se com Maria Luiza da Silva, única filha de Arnold Silva e Dival Pitombo, odontólogo de profissão, mantendo a tradição do tio, intelectual, professor e poeta, além de ter exercido outras atividades, dentre os quais diretor do Museu Regional, membro da Academia feirense de Letras e colunista da Folha do Norte.



Foto 1 – Família Pitombo – Arquivo Raimundo Gama

Justamente Dival Pitombo, o mais moço, herdou a residência da família, vivendo por lá até meados da década de 1950. Graças a sua posição na sociedade feirense, transformou sua moradia num verdadeiro centro difusor de cultura. Incontáveis jantares, cafés e almoços foram oferecidos para a intelectualidade local naquelas dependências, decidia-se desde a escrita de um poema até o lançamento de livros, exposições e palestras. Além dessa intelectualidade autóctone, jantares foram oferecidos a artistas renomados, como no caso do encontro entre Jorge Amado e Jean Paul-Sartre e suas respectivas companheiras.



Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre com Zélia Gattai e Jorg Amado (meio encoberto) e as famílias Verane (André, Laurette

Foto 2 – Arquivo José Francisco Brandão de Freitas

Fazia parte da vizinhança também, a casa da Família Carneiro, cujo patriarca Cosme Carneiro, proprietário rural, era irmão do famoso Padre Tertuliano Carneiro. Casa grande, modelo fazenda colonial, proporcional ao número de descendentes, destacava-se pela quantidade de janelas, todas viradas para a rua.



Residência de Cosme Carneiro, na rua Marechal Deodoro. (Arquivo Hugo Navarro Silva)

Foto 3 – Família Carneiro - Arquivo Hugo Navarro Silva

Caminhando mais alguns metros, nos deparamos com a grande chácara do casal Dionísio e Maria Medrado da Costa, casa com grande fachada branca e portão azul, muito arborizada, o pomar realçava na paisagem, nada devia em beleza às grandes chácaras da rua do ABC¹⁰².

Deixemos a área residencial e direcionemos nossas atenções para o comércio. Caminhamos com passos firmes em direção à Praça da Bandeira. De pronto chegamos à Loja A Cearense – esquina com o Beco do Mocê¹⁰³ - de propriedade de Antonio Nilzo Alves Bandin, destinada à venda de artigos domésticos de qualidade incontestada. Encontravam-se em seus estoques, louças, vidros e alumínio em várias formas e

¹⁰² Atual Avenida Sampaio. Caracterizava-se por ter inúmeras chácaras, as mais belas do município.

¹⁰³ Região de comércio popular que, além da venda de caças e raízes, se destacava nas noites pelos regabofes promovidos por alguns prostíbulo ali alocados, principalmente o Bar Bola Cheia e seu famoso jogo de sinuca e cenas de bebedeira. Segundo testemunhos, nunca fechava, mantendo-se aberto por horas a fio.

objetos. Dificilmente não se achariam nas salas de refeições ou cozinhas das famílias ricas feirenses, objetos advindos daquela loja. Próximo à mesma loja, já adentrando no Beco, encontramos a Fábrica Iracema, responsável por produzir caramelos, bombons, balas recheadas e também doces finos para festas ou simplesmente para sobremesas daqueles que tivessem bom gosto e, claro, pudessem pagar. Além disso, a fábrica era revendedora de pastilhas e chicletes, guloseimas muito vendidas para uma juventude antenada com os modismos do cinema, por isso era muito comum estudantes saírem de seus colégios e se apertarem no balcão em busca principalmente dos chicletes. Ah! Como algumas mascadas era ativadoras de uma nova sociabilidade, talvez um dos atos mais transgressores da época.



Foto 4: Jornal O Coruja – 15/10/1956.

Continuando nossa caminhada, na mesma calçada encontramos uma série de lojas responsáveis por dar conta das necessidades dos donos de automóveis, aquelas máquinas velozes que cortavam diariamente as artérias da urbe, já fazendo naturalmente parte da paisagem citadina. Inclusive a quantidade destes meios de transporte era grande

motivo de preocupação por parte dos gestores. Isso pode nos ser atestado na reportagem “Ruas ou Pistas?”:

A falta de policiamento, por parte da polícia de trânsito, entre nós é notório. Abusos que vão deste o ruído excessivo nas horas destinadas ao silêncio, estacionamento de automóveis, caminhões e caminhonetes, em frente as pensões, incomodando os moradores das residências vizinhas, até as tropelias de veículos dirigidos por criaturas sem qualquer respeito pela vida do próximo, que transformam as nossas extensas e largas avenidas em verdadeiras pistas de corrida.¹⁰⁴

Estatisticamente, tanto sob ponto de vista qualitativo como quantitativo, o transporte a motor em Feira de Santana crescia rapidamente. Segundo Rollie Poppino (1968), em 1950, de acordo com os números da prefeitura, a cidade tinha: 175 automóveis; 17 ônibus, 33 vagões na Estrada de ferro e 348 caminhões. Esses últimos, em maior número, se deve principalmente ao desenvolvimento comercial e ao entroncamento rodoviário estabelecido nessa terra. O mesmo pesquisador registrou mais de 40 estabelecimentos voltados para o mercado automobilístico, desses, alguns alocados na Marechal. Caminhando em sentido Norte, nos aparece a “Autopeça de Carlito Erundilho”, especializada em automóveis de passeio, com peças para quase todas as montadoras, sendo as mais procuradas as da marca *Ford*, *Willis* e a *GeneralMotors*.

¹⁰⁴ Jornal Folha do Norte, 09/12/1950.

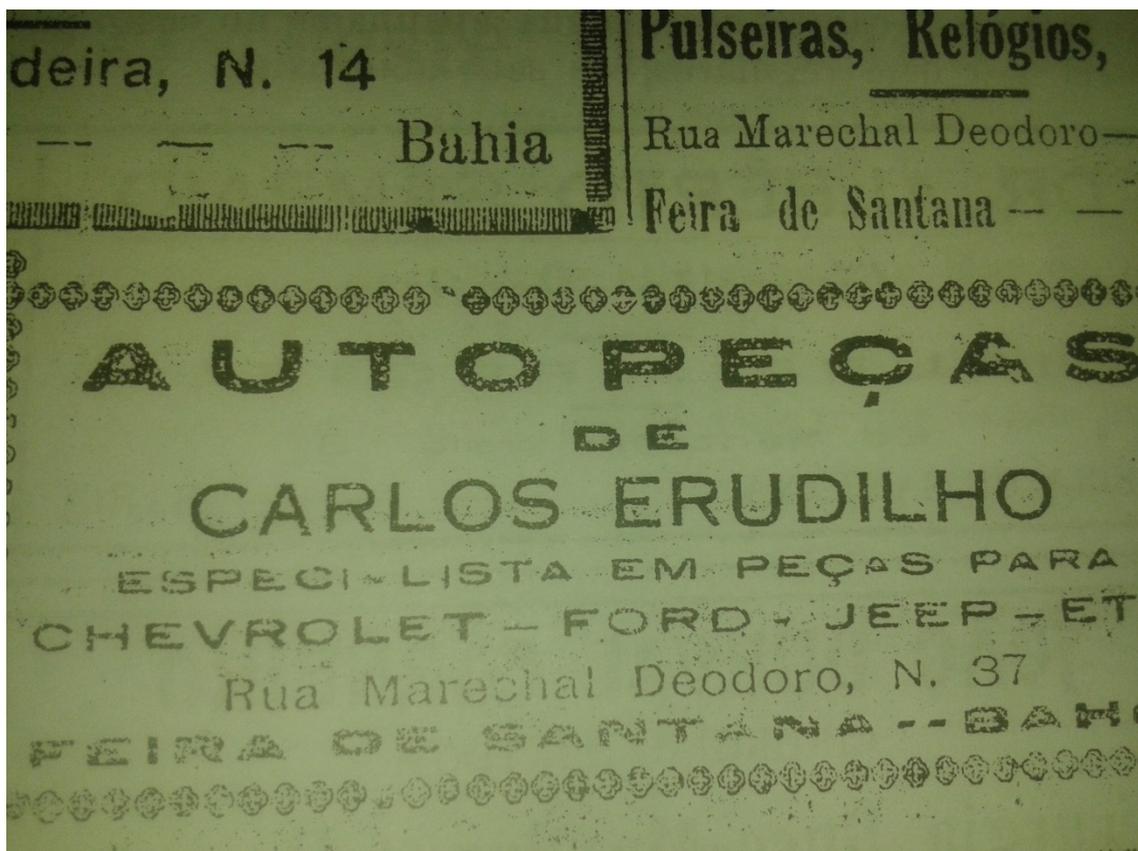


Foto 5 - Jornal O Coruja – 27/08/1955

Quase em frente, mas na calçada oposta, tínhamos a “A Casa das Borrachas”, especializada em pneus para os variados tipos de veículos motorizados. Vizinho a essa, encontrávamos também a “Reformadora de Pneus King”, talvez a mais antiga do ramo, além da revenda, notabilizava-se por reformar pneus de caminhões, atendia além do público feirense, gente de todo sertão.

Reformadora de Pneus "KING" Ltda.

Segurança — Perfeição — Rapidez

Transforme o seu pneu velho em um novo,
e rede com segurança

UA MARECHAL DEODORO, — FEIRA DE SANTANA

Foto 6 - Jornal O Coruja - 27/08/1955.

te quase 50 % foram desclassificadas a partir do ano de 1910.

taque londrino, p
«how to live in society» a

Amigo Automobilista

Atenção

Não façam as suas compras sem antes verificar os preços

A Casa das Borrachas

Completo sortimento de pneus novos, usados e Tyresolados
Borrachas e lonas beneficiadas p. sapateiros, Oleos e lubrifican

Não jogue fora sua bateria velha! Leve a A CASA DAS
BORRACHAS e troque a por uma nova com garantia de 6 me

Rua Marechal Deodoro, 49 a 53 -- Fone 168

Feira de Santana — — — — — Bat

Foto 7 - Jornal Folha do Norte - 22/11/1955

Nesse trecho, encontrávamos ainda o grande Armazém Falcão e Filhos, administrado pelos irmãos Zezé e Ioiô Falcão, com grande sortimento, variedade de secos e molhados, inclusive até materiais de construção faziam parte do estoque. Pela diversidade atendia clientes de todas as camadas sociais.

Paramos nossa caminhada. E agora? Para onde destinar nossos olhares? Uma dúvida se faz presente, se o comércio de Feira de Santana crescia já de muito tempo, como estaria o mercado de serviços? Ao observar a quantidade de estabelecimentos destinados ao setor, reconhecemos que esse estaria crescendo na mesma proporção. Assim, avistamos em direção à Praça da Bandeira, o Cartório de “Sílio Soledade”, num momento onde a preocupação de estabelecer contrato escrito, algo comum na sociedade civilizada, superava os contratos de boca. O cartório de “Seo Sílio” estava sempre com grande movimento, ali se podiam lavrar escrituras, estabelecer contrato de compra e venda, enfim, registrar tudo no fiel modelo das normas jurídicas do país.

Se a propaganda é a alma do negócio, tínhamos na região o Serviço de Publicidade Regional Constelação, de propriedade de Clarival Souza e sob a responsabilidade do locutor e radialista Joel Magno. Órgão publicitário de grande divulgação pela cidade, além de ter um excelente sistema de som, caixas instaladas em alguns postes das ruas centrais, contava com outros locutores, com virtude em animação de festas ou inauguração de obras públicas.

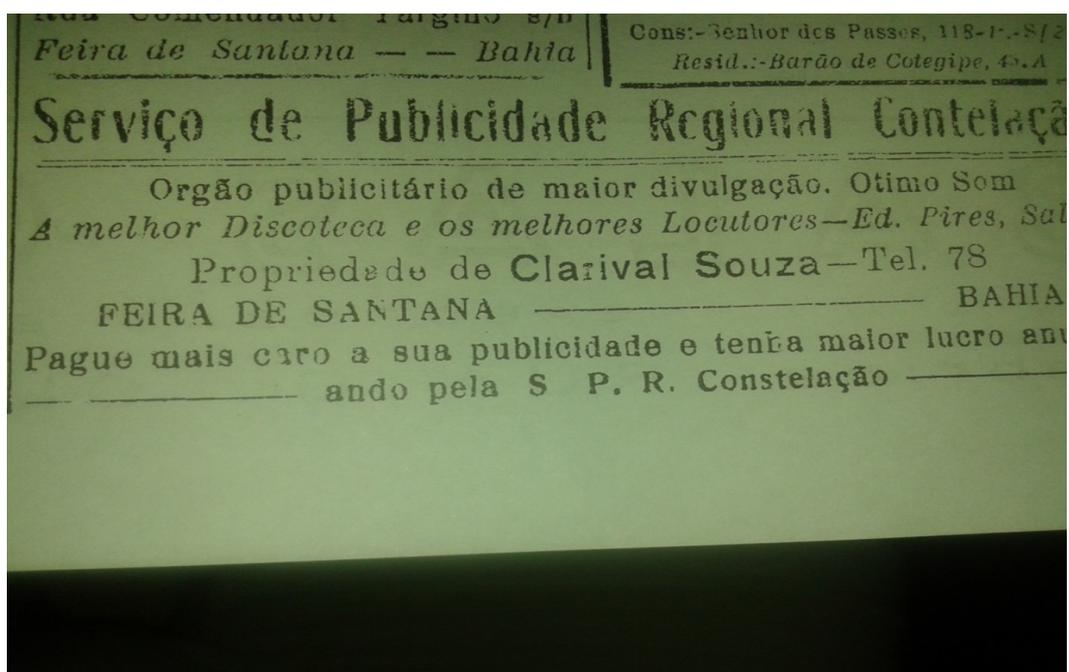


Foto 8 - Jornal Folha do Norte – 22/11/1954

As escolas profissionalizantes também tinham espaço na Rua do Meio, caso alguma senhorita tivesse interesse em aprender a arte do corte e da costura, na altura do número 110, com fachada chamativa iríamos encontrar a Casa de Costuras Santa Rita, aos cuidados da modista Leonor dos Reis, profunda conhecedora dos finos tecidos e dos mais sofisticados cortes.

Sem perceber, chegamos ao limite da Rua Marechal Deodoro: de um lado a Praça do Comércio, do outro a Praça João Pedreira. Por onde seguir? A caminhada foi rápida, deixamos para trás, sem reparar, a Loja de Marinho da Mortuária, a Sapataria Mocassim, o Hotel Gruta Baiana, dentre outros estabelecimentos. Estamos na esquina, em frente às Casas Pernambucanas, loja que desde a década de 1930 se encontrava instalada na cidade, trazendo para o mercado feirense os principais tecidos de algodão, importado. Esse mesmo estabelecimento contava com capital de fora, sendo um dos poucos comércios com esse *status*.

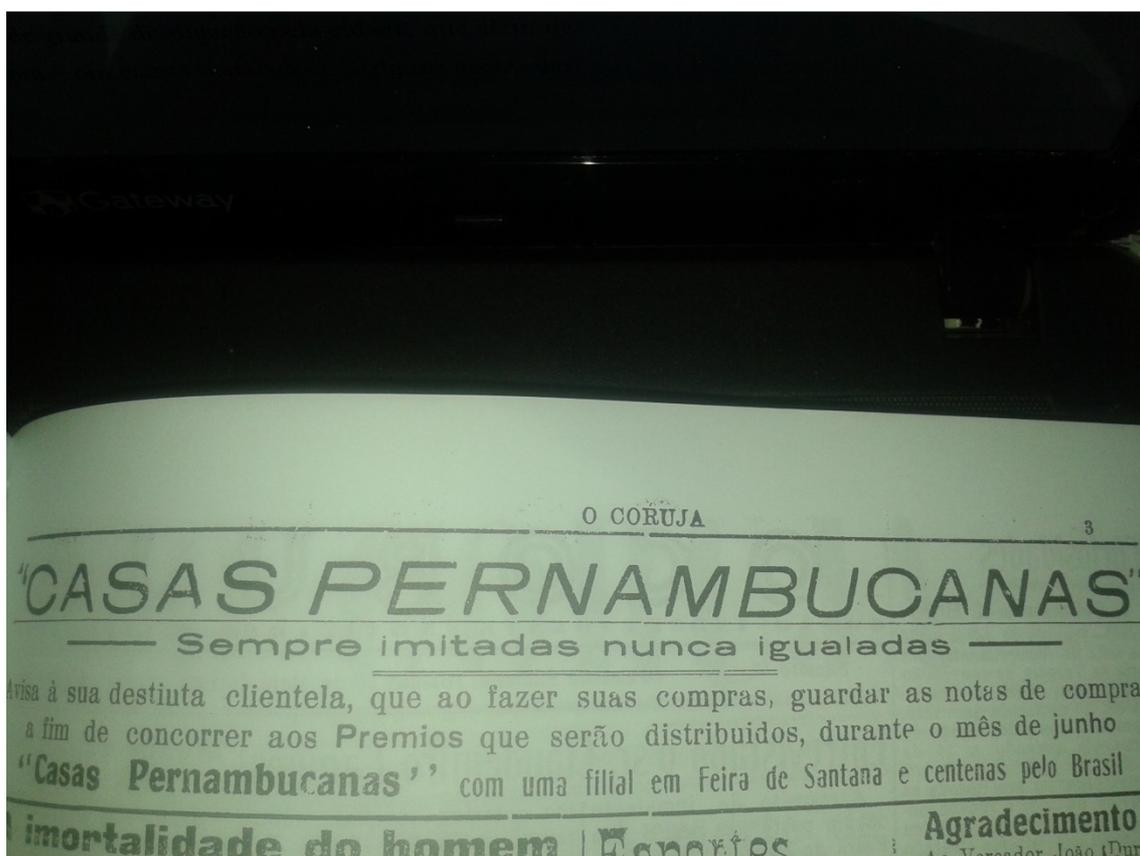


Foto 9 - Jornal O Coruja, 10/06/1956.

Em 1960 fundiu-se com a loja "A Paulistana", diversificando suas mercadorias. De apenas vendedora de tecidos, tornou-se revendedora de eletrodomésticos e móveis. Ainda não decidimos, por onde caminhar? Seguir a rota pela Praça da Bandeira ou subir um pouco para a Praça João Pedreira? Parece-nos mais atrativa a primeira opção.

Caminhamos, encontramos o antigo prédio do Banco da Bahia, que se mudara para a Rua Sales Barbosa, havia ainda o letreiro como identificador do passado daquele imóvel, ao seu lado a loja “A Elegante”, voltada para o público feminino com boa capacidade econômica. Além dos trajes de gala, direcionados para grandes cerimônias, encontrávamos vestidos e acessórios “chics” para compor o *look* das damas da sociedade.



a João Pedreira. (Arquivo Hugo Navarro Silva)

Foto 10 - Praça da Bandeira – Arquivo Raimundo Gama

Caminhando mais um pouco encontramos a Casa Sarkis, cujo proprietário era Alfredo Sarkis. Loja especializada em Sedas, era considerada por muitos o maior empório de retalhos da região, muito bem afreguesada, tendo como clientes jovens damas da sociedade, como era o caso de Yeda Barradas Carneiro, Glorinha Bahia, Hildete Galeão e Maria Luiza Silva. Seguindo o trajeto em direção à Rua Conselheiro Franco, notamos a presença da Loja Dantas, pertencente a Hesyclio Dantas Carneiro, com sua grande variedade costumeira de chapéus e gravatas para homens elegantes, sem contar o seu mais novo investimento no setor de perfumaria e miudezas. Mais alguns passos, chegamos ao estabelecimento de Cícero Carvalho, denominado “Marrocos”,

novidades tecnológicas de todas as espécies, primeira concorrente da Loja Pires. Podíamos encontrar rádios, relógios, máquinas de costura e, inclusive, geladeiras. Loja de luxo para um público endinheirado e cada vez mais consumista.

*Jóias, Relógios, Pulseiras de Fantasias
de fabricação alemã
Pelos melhores preços da praça
Rua Conselheiro Franco, n. 334*

MARROCOS
CICERO CARVALHO

**Rádios, Discos, Jóias,
Relógios, Geladeiras,
Máquinas de Costura "VIGORELLI"
ARTIGOS DE LUXO**

*Telegrama— Marrocos — Caixa Postal—78 — Telefone 219
Praça da Bandeira, 62 — Feira de Santana — Estado da Bahia*

AS COMETA

Foto 11 - Jornal O Coruja - 22/11/1956

Poucos metros à frente, tínhamos a “Casa das Ferragens”, sortida com todo tipo de ferramentas para quaisquer construções ou reformas, além delas fazia também parte de seus produtos vidros, espelhos e tintas. Resolvemos atravessar a calçada, encontramos com uma grande fachada a “Casa da Louça”, administrada por Hermógenes Sant’Anna e concorrente direta da loja “A cearense”, mas diferentemente desta, se destacava por receber público de todas as camadas sociais, principalmente por trabalhar também com peças de qualidade mais inferior e preços mais justos e baixos. No momento em que os atos de civilidade adentravam a cozinha, a louça e o vidro seriam as matérias-primas mais utilizadas no fabrico de pratos, canecos, xícaras. Pois, além da questão estética, pesava a favor a perspectiva de higienização, esses materiais facilitavam a lavagem e secagem, um verdadeiro avanço em comparação ao alumínio, até então usado em larga escala, sobretudo pelas classes populares.



Foto 12 - Casa da Louça, Praça da Bandeira – Arquivo Raimundo Gama

Resolvemos retomar no sentido do Mercado Municipal. Deparamo-nos com a “Loja Lápis de Ouro”, destacada pela grande variedade de miudezas, com atenção especial para artigos de papelaria e escritório, muito visitada, algo comum para uma sociedade que valorizava a escrita como forma de linguagem mais condizente para os negócios, em particular, e para o comportamento que se queria instaurar, no geral.

Mais alguns minutos de caminhada, resolvemos entrar na Rua Sales Barbosa, artéria marcada por uma variedade de lojas comerciais, desde as mais caras e *chics*, até aquelas mais populares, como os Armazéns. A primeira loja que nos chama atenção é “A Majestosa”, como o próprio *slogan* de sua propaganda garante: “A casa que calça a Feira elegante”. Encontramos em seu estoque os famosos calçados Pelegrinni, Polar, Fox, todos seguindo as tendências da moda europeia. Mesmo optando por essa qualidade, esta loja diferenciava-se de alguns concorrentes devido aos preços e às condições de pagamento.



Foto 13 - Jornal Folha do Norte, 27/08/1950.

Vizinho à sapataria, encontramos a “Seda Moderna”, de propriedade do empresário Alfredo Serkis, reconhecida por Rollie Poppino (1968) como a maior loja de tecidos com capital local no comércio feirense. Ali, poderiam ser encontrados os chamados tecidos finos: sedas, lãs, linho e algodão, quase sempre vindos do Rio de Janeiro ou São Paulo.

O CORUJA

4

Sensacional venda de tecidos, durante trinta dias na

SÊDA MODERNA

Grande estoque de tecidos finos e grossos, recebeu agora das principais Fábricas do Norte.

Verifique êsses preços baixíssimos:

Morim Marisa, bom artigo	metro	12,00	Toalha rosto cotoniere	cada	16,00
Algodãozinho Leão	•	10,00	Percal lisa Oton	metro	20,00
Levantine estampadas	•	12,00	Brim fantasia, bom artigo	•	16,00
Opalas lisas e estampadas	•	15,00	Algodão enfeitado Agua Azul	•	26,00
Sêdas lisas	•	15,00	Colcha Matarazzo, solteiro	cada	130,00
Cambraia e Linete estampado	•	15,00	Colcha branca, solteiro	•	100,00
Lumiere Matarazzo, todas as cores	•	20,00	Brim de linho puro, perca	metro	450,00
Vira-linbo, bom artigo	•	20,00			

Foto 14 - Jornal O Coruja - 14/05/1957.

No início da rua encontrávamos também a Loja São Paulo, completa de artigos para homens – chapéu panamá, camisas esporte e calças de brins; artigos para mesa – cobertores, colchas e toalhas – e artigos para senhoras e senhoritas – *lingerie*, sedas estampadas e cetins. No mesmo lado da rua encontramos uma loja voltada para todas as classes, talvez a mais visitada nos dias da grande feira, no que concerne à venda de calçados, estamos falando da “A Cinderela”. Em seus reclames sempre aparecem a variedade de produtos e o destaque maior para os preços baixos.

O CORUJA

Cinderela

Calçados para cavalheiros, senhoras e crianças

CINDERELA

vende hoje o artigo de amanhã pelo preço de ontem

Rua Sales Barbosa, n. 156 - Feira

<p>Sociais</p> <p>FALECIMENTOS</p> <p>Em sua residência à rua Honorato Bonfim, nesta cidade, faleceu, às 24,30 horas da madrugada do dia 5 de março, d. Amélia Candida de Souza, genitora do sr. A...</p>	<p>ESPORTES</p> <p>FUTEBOL</p> <p>Torneio Início de 1957</p> <p>PROGRAMA:</p> <p>A's 13 horas, Desfile.</p> <p>A's 13/45, 1º jogo--E. C. Ipiranga x Fluminense--Ta...</p>	<p>“O CORUJA”</p> <p>Semanário independente, noticioso e literário</p> <p>EXPEDIENTE</p> <p>DIRETOR-REDATOR</p> <p>José Luiz Navarro da Silva</p> <p>DIRETOR-SECRETÁRIO</p> <p>Juvenaldo Correia Lopes</p> <p>Rua Sales Barbosa, 156 - tel. 9...</p>
---	---	--

Foto 15 - Jornal O Coruja - 24/03/1956

Aqueles que não compravam em barracas, tivera essa possibilidade. Adiantaremos nossa caminhada, de longe avistamos e vamos ao encontro do maior

símbolo do capital e representante ímpar do desenvolvimento material da terra de Sant'Ana, o Banco da Bahia, antes alocado na Praça da Bandeira – vizinho às Casas Pernambucanas. No começo da década de 1950, passou a funcionar na antiga sede do Banco do Brasil. Além dessa casa bancária, Feira de Santana se alegrava em contar com mais outras três: Banco Econômico, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, uma singularidade divulgada aos quatro cantos pela elite embevecida pelo ideário de progresso.

Após essa boa caminhada cartográfica, precisamos recuperar o fôlego. Essa parte inicial da artéria se mostra ideal, pois encontramos alguns bares, esses sempre lotados nos dias da grande feira livre semanal. Podíamos escolher entre uma gelada Cerveja Brahma ou um refrescante refrigerante Fratelli Vita. Além das bebidas, caso a fome apertasse, eram oferecidas comidas caseiras, principalmente aqueles pratos típicos sertanejos – galinhada, sarapatel, ensopado de carneiro, feijoada ou, ainda, maniçoba. O local de melhor atendimento seria no “Bar Meu Cantinho”; caso quisesse algo mais agitado poderia se encaminhar para o Bar Fortaleza. Se precisasse de um lugar mais moderno, onde houvesse uma maior variedade de bebidas e um cardápio mais pomposo, poderia se dirigir para o “O chopinho”.

Caminho mais alguns metros e avisto a Praça Bernadino Bahia. Não é mais aquele parque suntuoso. Pelo contrário, observava-se explicitamente o desgaste de seus bancos e calçamentos, a iluminação cada vez mais precária, nem sinal do catavento de outrora que durante muito tempo marcou a paisagem. Da esquina da praça, avista-se a bela casa do político e comerciante João Marinho Falcão, extremamente arborizada e situada dentro de um grande terreno, uma das mais belas da Avenida Senhor dos Passos. Em relação ao comércio, percebia-se com suas três grandes portas abertas a “Casa do Fazendeiro”, mais antiga e sortida no ramo dos produtos agropecuário. A presença desse tipo de estabelecimento denuncia, dentre tantas possibilidades, a manutenção de uma Feira de Santana ainda flertando com a ruralidade de seus costumes e economia. Caminhamos mais depressa, o anoitecer não tarda a chegar.

Na região posterior à praça, encontramos também lojas destinadas à alimentação cotidiana, especialmente o café da manhã ou jantar. Estamos falando do pão e, quando possível, de outros quitutes à base de milho ou trigo. A dúvida seria onde adentrar, na “Padaria da Fé”, com sua especialidade no famoso pão de açúcar e no pão vara. Caminhando mais um pouco, encontrávamos a “Padaria União”. Esta valia a pena para aqueles interessados nos biscoitos amanteigados, vendidos sempre a granel.

O crepúsculo do dia chegou, não mais mansamente, a noite caiu, as estrelas e a lua tornam-se a iluminação natural, ainda com uma força desmedida. Estamos na região fronteira da interdição na Feira que se queria moderna. Para acalantar nossa alma, recorreremos mais uma vez às letras brilhantes de Eurico Alves:

Entrei a rua do meio, temperatura mais quente. Rua estreita e central. Meia noite (...). Um psiu e uma risada cor de meladinha nos despertam (...). Continuamos pela rua indiscreta, portas meio aberta. Psiu! (...) vamos entrar para jogar. Já é tarde e por isso retiram os anteparos das janelas que riem para rua amorosa. Pouca gente hoje, alguns chofeus, sapateiros, pedreiros, desocupados e alguns que nunca vi. Um ambiente de festa e cantoria.¹⁰⁵

Chegamos enfim na Rua do Meio de baixo, região mais temida e negativada pelo discurso do progresso. Em pleno centro da cidade, local mais visível e de grande movimento comercial, sem contar que nas adjacências encontrava-se a moradia de algumas famílias tradicionais. Estava ali armado o “antro da perdição”, comungando o seu cotidiano. Não eram apenas os prostíbulo que incomodavam, mas também uma gama de práticas que girava em torno do território como um todo. Assim, prostituição, jogatina, bebedeira e vadiagem eram pedras comportamentais que atrapalhavam a sedimentação do discurso de modernização. Coragem! Vamos caminhar mais um pouco, é importante completar o percurso da narrativa do “Complexo da Rua do Meio”.

Adentremos de vez no mundo da contravenção feirense, os metros que se seguem após o Beco do França, em sentido à Praça Froes da Mota, pelo menos até o raiar dos anos 1960, seriam zona de atuação de todos os sujeitos “amaldiçoados”. Já na esquina, nos deparamos com o frontispício do Cassino Irajá, não mais com aquele *glamour* dos primeiros meses de sua inauguração, mas ainda majestoso, bem ao gosto do criador Oscar Marques. Ali, bebida, jogatina e mulheres garantiam o deleite de uma fração da sociedade masculina de Feira de Santana e microrregião. Sem nos movimentar, avistamos o “entra e sai” na casa de Maria “Gateza”, homens vindos do subúrbio feirense – biscateiros, desempregados – aproveitam a boa prosa da proprietária, regada a uma igual cachaça, ou uma partida de dominó ou baralho, enquanto não chegava a costumeira companhia de algumas das “meninas”.

Mas vamos caminhar, aproveitar que a presença de policiadores e guardas noturnos é uma constância. A figura destes estabelece uma ordem fundante no território,

¹⁰⁵ BOAVENTURA, Eurico Alves. Op. cit. p. 55 a 57.

baseada numa interação com os sujeitos ali alocados, isso definido consuetudinariamente no cotidiano. As regras são claras, para marcar a existência nesse espaço, qualquer sujeito que se mova em torno dessa sociabilidade deve saber delas, transformando-as quase num ritual. Dentre algumas, talvez a mais cara fosse: antes de cair na alcova de alguma das mensalinas e se esbaldar no amor tão duradouro quanto à efemeridade do orgasmo masculino, seria premente degustar alguma bebida, jogar algumas rodadas de sinuca ou apostar num talão do bicho. Esse “*happy hour*” ocorria geralmente nos bares e cafés ali localizados. O mais famoso deles, sem sombra de dúvidas, seria o “Oriente”, localizado no final da rua, próximo ao Beco General Pedra, mais conhecido como “Pinga Pus”. A “baiuca Oriente”¹⁰⁶, como era qualificada normalmente pelos articulistas dos semanários feirenses, destacava sua presença indesejável, dentre tantas coisas, pelo seu estridente alto falante, tocando sempre artistas populares do calibre de Waldick Soriano, Dalva de Oliveira, Ângela Maria e Orlando Silva, e cujos aparelho e discos foram comprados provavelmente nas Lojas Marques e Filhos, lá pelas bandas da Praça João Pedreira. As cantorias, gritos, algazarras e tropelias dos fins de noite juntavam-se à altura do som, sendo assim uma constante que atrapalhava o sono dos justos, daqueles que buscavam o repouso de morfeu.

Marques & Filho
 Bicicletas, Rádios, Discos, Refrigeradores,
 Radiolas, Fogões Liquigás, etc.
 Especialistas em Máquinas de Costura
 Peças e acessórios
 Revendedores exclusivos das BALANÇAS FILIZOLA
 PRAÇA JOAO PEDREIRA, N. 13-FEIRA DE SANTANA

II Congresso de Imprensa do Interior
 Continuação da 1ª página

fins e objetivos, glórias e vicissitudes.	6 - Ética profissional do jornalista do interior. Criação de entidades de classe. Ordem dos Jornalistas do Brasil.
2 - Dificuldades do exercício do jornalismo do Interior da Bahia.	Contribuição especiais de im-

¹⁰⁶ Jornal Folha do Norte, 22/05/1955.

Foto 16 - Jornal O Coruja – 05/03/1957.

Ah! Essa Rua do Meio não era fácil, ali se trabalhava divertindo e se divertia trabalhando, o que seria de Feira de Santana sem a sua rua torta, sem os sujeitos que de toda sorte discordavam do que era estipulado e, ao subverter a dita ordem, estabelecia um novo território, comumente mais aprazível, pelo menos por alguns momentos, para suas escolhas.

Seguiremos nossa caminhada, a região continua sendo zona de interesse, agora vamos nos deter nas práticas da jogatina, com especial atenção para o afamado Jogo do Bicho. Que apareçam os sujeitos, com enredos e trajetórias. A sorte está lançada.

2- Sorte ou azar? O jogo da contravenção à resistência

Idos de 1992, ainda garoto, menos de 10 anos de idade, acordo com um sonho lembrado da noite anterior. Antes de escovar os dentes e fazer a primeira refeição do dia, fico apreensivo à espera da minha mãe se levantar. A razão da inquietude é contar o que me ocorrera no sonho. Alguns minutos de apreensão, e ela abre a porta do quarto:

– Mãe, sonhei conversando com meus primos lá na “roça” e no meio do papo um animal escapou do curral e correu atrás da gente. Mas os bichos não conseguiram pegar ninguém, eu mesmo escapei por que subir naquele pé de tamarindo.

Minha mãe escutando aquele falatório, mas com a atenção voltada para a labuta diária, que só estava começando, água e leite fervendo, responde meio de supetão:

– Vai à venda de Rogério, conta essa história para ele, dizem que decifra sonhos, depois você joga no Bicho.

Tomei o café com a maior rapidez possível, pedi alguns cruzeiros e corri como costumaz as crianças traquinas e curiosas. Rapidamente chego ao ponto do Jogo e com toda presteza narro o sonho para Rogério. Sapiente na arte da dedução onírica, ele retruca:

– E aí, menino, vai jogar o que: Milhar, Centena, Dezena ou Grupo? Na cabeça ou do primeiro ao quinto?

Sem saber indaguei: qual o mais fácil de ganhar? Obtenho a resposta que grupo e dezena são mais fáceis de tirar a sorte grande, no entanto, os valores são proporcionalmente baixos.

Entre a maior possibilidade do ganhar e o maior valor do prêmio, fiquei com a primeira opção, a contragosto, diga-se de passagem, do bicheiro. Com a sua consultoria, joguei meus poucos cruzeiros entre grupos e dezenas. Não sei até hoje o porquê dele ter me indicado jogar no Burro¹⁰⁷, Cabra, Cobra e Vaca, escolhendo respectivamente uma dezena de cada grupo. Jogo feito. Volto para casa com a “*poule*” na mão e com o pensamento positivo da sorte entrecortando meus pensamentos. Passei a manhã entre a TV e as brincadeiras, mas o pensamento volta e meia em minha “fezinha”.

Grupos	Dezenas	Grupos	Dezenas
1-avestruz	01-02-03-04	14-gato	53-54-55-56
2-águia	05-06-07-08	15-jacaré	57-58-59-60

¹⁰⁷Ver o Quadro abaixo

3-burro	09-10-11-12	16-leão	61-62-63-64
4-borboleta	13-14-15-16	17-macaco	65-66-67-68
5-cachorro	17-18-19-20	18-porco	69-70-71-72
6-cabra	21-22-23-24	19-pavão	73-73-75-76
7-carneiro	25-26-27-28	20-peru	77-78-79-80
8-camelo	29-30-31-32	21-touro	81-82-83-84
9-cobra	33-34-35-36	22-tigre	85-86-87-88
10-coelho	37-38-39-40	23-urso	89-90-91-92
11-cavalo	41-42-43-44	24-veado	93-94-95-96
12-elefante	45-46-47-48	25-vaca	97-98-99-00
13-galo	49-50-51-52		

Após o almoço, resolvo voltar à banca para conferir o resultado. Para minha surpresa, havia ganhado, tanto no grupo quanto na dezena. Fui sortudo no burro e respectivamente na dezena 10. O valor que ganhei, confesso que não sei precisar, mas de uma coisa tenho certeza, fora no mínimo três vezes o valor apostado e, o mais importante, me garantiu guloseimas por um período de pelo menos duas semanas.

Salvo os exageros e esquecimentos da memória – lá se vão mais de 20 anos – foi assim que tive meu primeiro contato com esse mundo fascinante, prazeroso, controverso e provocante do jogo do bicho. Dali em diante, mesmo sendo uma criança, joguei mais algumas vezes, sem obter o mesmo êxito. Afastei-me, mas a presença da loteria tipicamente brasileira fazia parte de meu cotidiano. Quantos amigos comentavam que haviam jogado? Quantos bares, barbearias e esquinas frequentei e ali estava uma banca ou um cambista com seu talão, ofertando a sorte do dia? É dessa forma que o jogo, a jogatina, a sorte e o azar fazem parte da jornada nacional, sendo vivenciado em toda nossa diversidade, independente de classe, cor, gênero, geração e até religião.

No entanto, é válido acrescentar que, mesmo fazendo parte de uma dada realidade histórica, segue-se junto ao jogo toda uma construção moralizante que de alguma forma serve para macular e negativizar a sua existência. Ainda mais ao se articular com o discurso jurídico, com destaque para a implantação da Lei de Contravenções Penais promulgada no Brasil em 1941 e a lei federal nº 2.215 de 1946, que juntas conformaram um teor de ilegalidade e controle da prática.

Para Johan Huizinga, em seu clássico *Homo Ludens* (1938), que buscou estudar o caráter lúdico de todas as relações culturais desenvolvidas ao longo da história, é através do jogo e pelo jogo que toda e qualquer civilização surge e se desenvolve. Em sua perspectiva:

No jogo existem algumas coisas “em jogo” que transcendem as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa. Não se explica nada chamando instinto ao princípio ativo que constitui a essência do jogo; chamar-lhe espírito ou vontade seria demasiado. Seja qual for a maneira como o considera, o simples fato de o jogo encerrar um sentido, implica a presença de um elemento não material em sua própria essência¹⁰⁸.

Muito embora partindo de uma análise discursiva e filosófica, o autor evidencia o lugar do jogo nas relações sociais e culturais, enfatizando-o de uma maneira ampla e assumidamente presente. Sua definição se apresenta como uma contraposição às análises cognitivas, psicologizantes e biológicas acerca do ato de jogar. Em suma, para Huizinga, o jogo só poderá ser explicado como elemento da cultura. Dessa relação, assenta-se a linguagem, os mitos, os ritos, a educação, etc. Considerando essa concepção, nossa atenção se voltará para uma definição mais estrita. Interessa-nos o jogo na forma da jogatina, uma prática lúdica que proporciona experiências subversivas aos ditames valorativos de uma sociedade à qual pertence, ou simplesmente uma válvula de escape para extravagar as emoções latentes. Tomaremos o jogo então como:

uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e de espaço, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e de alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana¹⁰⁹.

Desse conceito depreendem-se algumas características que são recorrentes do ato de jogar, dentre essas, destaca-se como: uma atividade livre, mas consciente, tida como “não séria” e que está inscrita na vida habitual e cotidiana, sendo capaz de absorver o sujeito jogador de uma maneira intensa e total.

Ao compreender a prática do jogar, devem ser levados em consideração os limites espaciais e temporais específicos. Como parte integrante da cultura, o jogo e a sua derivação – a jogatina – como também as experiências dos jogadores são dotadas de uma historicidade¹¹⁰. Assim, buscaremos dar conta, aqui, do jogo enquanto fenômeno ocorrido e localizado na Feira de Santana, entre as décadas de 1940-1960,

¹⁰⁸HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1996. P. 4.

¹⁰⁹Id., 1996, p. 33.

¹¹⁰Não há evidências que afirmem com segurança quando o homem passou a praticar o jogo. Porém, vestígios mostram que o homem paleolítico usava o astrálagado, osso do pé de algum animal, como uma forma de dado. Jogava-se para cair em várias posições. A partir daí é possível acompanhar o ato de jogar nas demais fases da humanidade. Para ver sobre a História do jogo: PADILLA, Ricardo. *O Jogo uma Paixão*. Porto Alegre: Só Livros, 1995.

particularmente no “Complexo da Rua do Meio”. Momento de grandes transformações na cotidianidade brasileira, no geral, e na feirense, em particular, com destaque para a modernização dos costumes e do comportamento, do crescimento das taxas de urbanização, bem como da consolidação de uma nova etapa do capitalismo e de um modelo de trabalho implantado no período Getulista.

Na Feira de Santana moderna se jogava de tudo: carteadado, dominó, bingo roleta, víspara. Os espaços eram os mais diversificados possíveis, como nos mostra a coluna “De Auditú” do semanário “O Coruja”:

Enquanto as autoridades dizem combater o jogo, joga-se a valer na cidade não é somente, o bicho feito nas barbearias, quitandas, nos pontos de ônibus e nos abrigos. Não é jogo nas espeluncas dos subúrbios. É o jogo grande, dos salões, das casas senhoriais, é o jogo de muitos cruzeiros, o jogo do granfino. Certas sociedades que se dizem recreativa abrigam nas sombras o jogo (...)¹¹¹

Além de denunciar os locais mais comuns da jogatina, a reportagem trata de esclarecer que a prática não ficaria restrita apenas às camadas populares, mas que uma fração das elites também se aproximava calorosamente. Se os considerados *pobres, desordeiros, vadios* utilizavam as *vendas, bares, cafés e o mercado municipal*, situados no entorno da célebre Rua do Meio, a elite se resguardava “em certas sociedades que se diziam recreativas”. Pela análise e cruzamentos das fontes, esses espaços eram as sedes das filarmônicas feirenses: 25 de Março, Vitória e Euterpe, situadas na Rua da Direita¹¹². Não podemos deixar de explicitar que a inauguração, nos finais da década de 1940, do Cassino Irajá¹¹³ foi de grande valia, pois ali alocava-se uma parcela abastada da população que jogava livremente, mas que buscava uma cômoda privacidade.

De toda a variedade de jogos, optamos por analisar o “Jogo do Bicho”. Dentre tantos fatores, a escolha se deve pela repercussão que essa modalidade tivera ao longo do período que propomos estudar, sendo alvo da repulsa jurídica e da defenestração moral da imprensa. Sem contar que no “Complexo da Rua do Meio” localizavam-se grandes pontos de venda dessa loteria.

Dos finais do século XIX à primeira metade do século XX, observamos o aparecimento e a divulgação de uma série de modalidade de jogos e atividades lúdicas.

¹¹¹ Jornal O Coruja, 12/11/1955.

¹¹² Atual Conselheiro Franco, centro comercial de Feira de Santana.

¹¹³ Espaço de sociabilidade noturna da elite feirense, onde música, jogo e prostituição se articulavam. Tendo como proprietário Oscar Marques, vulgo Tabaréu.

Seja a jogatina típica de Azar, sejam aquelas que emanavam sentimentos coletivos, percebia-se facilmente o alistamento voluntário de membros da sociedade a essas práticas que transbordavam emoções. Preocupada com essa explosão, a *Pastoral Coletiva*, entidade civil e religiosa ligada ao Episcopado da província Eclesiástica de São Paulo, lançou para toda nação, em 25/11/1942, uma cartilha que buscava denunciar e alertar a sociedade brasileira para o perigo dos jogos. Conforme esse documento, os jogos seriam divididos em três classes: Jogos de Engenho, Jogos Mistos e Jogos de Azar. Por definição, a primeira seria uma modalidade realizada levando em consideração as qualidades intelectuais ou a força corporal de cada um dos jogadores, podendo ser ele coletivo ou individual. Nessa, elementos como valor, destreza, força e inteligência seriam preponderantes, faria parte desse grupo *o Xadrez e o Futebol*. A segunda seria aquela onde ocorreria a articulação entre a engenhosidade pessoal e um elemento estranho, ao qual se dá o nome de sorte, destacam-se ao praticar essa modalidade, a sagacidade, o raciocínio e o senso de oportunidade. São exemplos dessa: *o dominó, o baralho e o ludo*. A terceira, respectivamente, releva-se por em nada contribuir para o engenho individual, além de ser realizado ao bel prazer da sorte e seus fortuitos lances, derivam apenas das paixões efêmeras e não valorativas ao espírito humano. Fazem parte: *o Jogo do Bicho, o Bingo e a Roleta*.

Nota-se que, nessa divisão, o caráter ético-religioso articula-se com os valores socioculturais da sociedade em questão. Na primeira modalidade, onde se incluiria o futebol, valorizam-se as virtudes e inclusive é indicada enquanto lazer e divertimento, pois:

Faz-se como simples passatempo, ordinariamente no âmbito das próprias famílias, entre pessoas conhecidas e mesmo nível social, sem nenhum interesse pecuniário, ou limitado às posses normais dos que nele tomam parte. Semelhantes jogos, praticados com as devidas reservas, em si nada teria de censurável se não roubasse aos parceiros um tempo preciosos que poderiam empregar em outras atividades mais úteis e elevadas como a conversação, a leitura e o estudo¹¹⁴

Compreende-se que nesse momento – ano de 1942 – o esporte ludopédio¹¹⁵ se configurava como elemento da identidade nacional e transformava-se na prática

¹¹⁴Cartilha da Pastoral Coletiva. *O Jogo, a Dignidade, a Família e a Defesa do Brasil*, 1942. p. 8 e 9.

¹¹⁵ Até a década de 1930, havia perseguição e controle por parte das elites dirigentes da prática do futebol pelas camadas populares. Ver: HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte: O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.; SANTOS, Henrique Sena dos.

esportiva mais popular em nosso solo. Já em relação aos jogos de azar, a atitude é diametralmente oposta:

São de todos nocivos, porquanto substituem à razão, as paixões arrastam os homens menos capazes de se dominar, seduzem as massas ignorantes e permitem a atuação dos exploradores da boa fé e da ambição alheia (...) nenhuma qualidade desenvolve no jogador, pelo contrário, mina-lhe a saúde, enfraquece o caráter, embrutece-lhe a consciência tornando-o inábil e inapto para o trabalho e arrojando-o no caudal dos vencidos da vida.¹¹⁶

A prática dos jogos de azar, quando do lançamento da cartilha, já se encontrava enquadrada pelo Decreto-lei 3688/41 do Código Penal Brasileiro, relativo às Contravenções e atrelado à Delegacia de Jogos e Costumes. Fica claro, se não textualmente, mas por todas as informações que circularam à época, que a definição de Jogos de Azar tinha no Jogo do Bicho o seu epicentro. Atribuía-se a este, paixão, lascívia, sentimentos incontroláveis que se estruturavam contrariamente a uma sociedade que tinha na racionalidade, no controle dos desejos seus pilares civilizatórios, agindo diretamente no modo de agir, pensar, sentir e comportar-se dos cidadãos. Para Ricardo Padilha (1995), ao analisar os aspectos psicologizantes e sociais da jogatina, a paixão é umas das características mais destacáveis no jogador, ela é a expressão de um deslocamento de conflito, estando:

Presente na excitação que desperta o jogo por dinheiro, uma excitação bem próxima da sexual. Ganhar corresponde ao orgasmo e matar, liquidar o adversário; perder é o castigo. Em suma jogar é a alegria, tristeza, fortuna, paixão, miséria, se perder, a emoção valeu a pena. Perdi tudo, mas ganhei a emoção¹¹⁷

Conforme o mesmo autor, existem três tipos de jogadores: *oSocial*, *o Profissional* e *o Compulsivo*. A primeira categoria busca na jogatina apenas diversão, distração. Assim, o ato de jogar serve com uma descarga das tensões do trabalho e da vida familiar. Já o profissional e o compulsivo são considerados estados patológicos, sendo o último mais perigoso e danoso para sociedade e para o próprio jogador, transformando o jogo numa paixão que faz a vida girar ao seu redor. Além disso, esse

“*Pugnas Renhidas*”: Futebol, Cultura e Sociedade em Salvador, 1901-1924. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana: UEFS, 2012.

¹¹⁶Cartilha da Pastoral Coletiva. Op. Cit.p. 8-10.

¹¹⁷ PADILLA, Ricardo. *O Jogo uma Paixão*. Porto Alegre: Só Livros, 1995. P. 71

tipo de jogador correlaciona a jogatina com o alcoolismo e o tabagismo, e, no caso da temporalidade dessa pesquisa, com a vadiagem, aversão ao trabalho, pelo menos aos olhos daqueles agentes embevecidos de arroubos modernizantes e civilizatórios. Assim, tem-se a visão do jogo enquanto vício, degradação moral e social dos sujeitos. Para refletirmos, vejamos o editorial “A Volta do Bicho”, lançado pelo “Coruja” em 21/01/1956:

Como a terrível cabeça de monstro que mil vezes cortada, mil vezes renasce, ressurgir na cidade o jogo (...). Ressurge, revive, alimentado e fortalecido das mesmas intenções criminosas de sempre, impulsionado dos mesmos motivos inconfessáveis, uma calamidade que surge estampada no seio da sociedade (...). Somos contra o jogo, só por só, onde e sob qual aspecto se apresente. Combatemos o jogo vício, o jogo degradação, ruínas dos indivíduos, insegurança dos lares (...)¹¹⁸

Por mais que o jogo fosse considerado uma instituição sócio-recreativa¹¹⁹ e marcado por uma ramificação, isso talvez seja a especificidade que contribuiu para a sua perpetuação. O vício e a compulsão ou o simples ato de jogar são colocados no campo do individual, das escolhas pessoais. Mas, mesmo assim, o Estado mantenedor da harmonia social, teria por obrigação tutelar e proteger esses indivíduos. Dessa forma, a grande estratégia seria combatê-lo legal, moral e juridicamente, empreendendo uma verdadeira “Cruzada” contra sua prática. De acordo com Antonio Benatte (2002), as estratégias de controle e, em alguns momentos, de extirpação dos Jogos de Azar, ao longo da primeira metade do século XX, faziam parte de um projeto maior, cristalizavam-se sob o ponto de vista de um projeto hegemônico de sociedade. Assim,

para as elites do progresso a necessidade de moralização dos costumes populares justificava a intervenção do estado no espaço público, resguardando para os cidadãos, as liberdades individuais na esfera da vida privada¹²⁰.

Os jogos aparecem então como um contraponto ao que era idealizado no projeto de civilização, trabalho e família da ordem burguesa, que tinham as urbes enquanto palco para divulgação e consolidação desses ideais. Enfim, a presença do jogador e sua atitude de especular com o acaso representavam fraturas e um atentado ao modelo social

¹¹⁸ Jornal O Coruja, 21/01/1956.

¹¹⁹ Instituição no sentido de comportar um conjunto de regras e procedimentos específicos, reconhecidos e algumas vezes aceitos e sancionados pela sociedade à qual pertence.

¹²⁰ BENATTE, Antonio Paulo. *Dos Jogos que especulam com o Acaso: Contribuição a História do Jogo de Azar no Brasil (1890-1950)*. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2002. P. 40

que se buscava estabelecer e instituir. Numa gramática social, *jogo, azar, sorte, paixão, emoção* aparecem como antônimos das palavras que eram cotidianamente enunciadas como ordem, progresso, educação, razão e trabalho.

Conforme o mesmo Benatte (2005), nesse momento de consolidação de uma nova sociedade baseada em valores burgueses e organizada sob a égide do capitalismo, numa lógica que transforma tudo e todos em mercadoria¹²¹, efetivando um caráter econômico em todas as relações humanas, seja ela no mundo do trabalho, em particular, ou no mundo social, no geral, o jogo de azar se coloca como antieconômico, por canalizar energia e tempo para fora do domínio produtivo efetivo. Esse desperdício gratuito e voluntário se apresenta como atentado aos imperativos do Capital. Conclui-se, então, que:

A mentalidade contábil do mercado capitalista, associado ao energitismo, voltado para a produção e reprodução do valor, informa historicamente toda uma moral econômica que as receitas superam as despesas; que os benefícios superam os custos; que a produção supere a destruição. Essa moral, evidentemente, não deixa espaço para o excesso da dissipação pura, perda representada pelos gastos improdutos. Daí a *sui generis* condenação ao jogo, entre outras práticas culturais arquetípicas.¹²²

Nessa concepção, os Jogos de Azar e, mais especificamente, o Jogo do Bicho se colocavam enquanto práticas lúdicas subversivas a um processo civilizatório dominante. Por conseguinte, a paixão e a excitação que despertavam, principalmente nas classes populares, eram vistas como pulsões primitivas, formas “descivilizadas” dos costumes. Teríamos então algumas disputas no campo dos costumes e comportamentos: *Lúdico X Controle; Emoção X Razão; Tédio x Excitação; Prazer X Trabalho*. Para Elias e Dunning (1992), as sociedades modernas ou aquelas em processo de modernização marcavam-se pela moderação das emoções e pelo controle dos instintos e paixões:

Explosões incontroladas ou incontroláveis de forte excitação coletiva tornam-se menos frequentes. Os indivíduos que agem de forma bastante excitada sujeitam-se a serem conduzidos a um hospital ou à prisão. A organização social do controle da excitação individual, no sentido de conter excitações apaixonadas em público e até no privado, tornou-se mais forte e mais efetiva.¹²³

¹²¹ Conforme Marx: A desvalorização do mundo humano/social cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e aos sujeitos enquanto mercadorias, justamente na proporção em que produz mercadoria em geral.

¹²² BENATTE, Antonio. Op. Cit. P. 28

¹²³ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992. P. 101-102.

Tudo isso nos leva a crer que o projeto burguês nas urbes modernas relegou ao papel de coadjuvante, pelo menos no discurso oficial e legalizante, as experiências de divertimento, prazer, paixão e excitação, nas quais estaria incluso a jogatina, em especial as praticadas pelos pobres e camadas populares. Mais que isso:

As paixões, o lúdico, os afetos intensos, o dionisíaco da vida, foram considerados um “desvio” patológico imoral e criminoso. Os códigos de conduta civilizados (racionais, normais) marcados pela regulação e auto-regulação dos hábitos e comportamentos tornaram-se um imperativo para ação individual na vida cotidiana¹²⁴

Além da tentativa de controle, teremos a cada momento que a consolidação das novas normas atinja estágios mais avançados, uma mudança na estrutura comportamental da sociedade. Nesse processo, um dos fundamentos principais são a desvalorização e depreciação do jogo.

2.1- Por uma História do Jogo

Como já expressado, o jogo do Bicho fora, de todas as práticas lúdicas, a mais perseguida, mas na mesma proporção a mais jogada e divulgada. A loteria do Bicho surgiu no Rio de Janeiro em finais do século XIX, precisamente no ano de 1893. A criação é creditada ao mineiro João Baptista Vianna Drummond, um homem das letras e muito bem relacionado com o imperador D. Pedro II, dado a isso fora por muito tempo diretor geral da Companhia Arquitetônica Imperial – instituição responsável por dotar o país de melhorias infraestruturais – além disso, em agosto de 1888, recebeu com honras imperiais o título de Barão de Drummond.

O surgimento da loteria se dá a partir do momento que o Jardim Zoológico, fundado em 1873, numa área de 300.000 metros quadrados no Bairro de Vila Isabel, onde Drummond criava animais e ministrava aulas de zoologia, passou a viver uma crise financeira, principalmente pelo fim do repasse da subvenção imperial – 10 contos de réis. Na iminência de fechar o espaço, o Barão aceitou a sugestão de um amigo mexicano – Manoel Ismael Zevada – que pelas plagas do centro da cidade maravilhosa bancava uma loteria, denominada Jogo das Flores. Munido dessa ideia, passou a cobrar mil réis para o visitante ter acesso ao Zôo, que lhe daria direito também a um bilhete com o desenho de um animal. Ao final da tarde, uma placa suspensa na entrada

¹²⁴BENNATE, Antonio. Op. Cit.P.28.

desvelava o bicho do dia. Aquele agraciado pela sorte ganhava o prêmio único de 20 mil réis. A notícia se espalhou pela cidade e rapidamente a loteria se tornou um sucesso, sendo vendido pelos cambistas nos quatro cantos da capital federal. Conforme Câmara Cascudo (1984), os 25 bichos que compunham o jogo eram disputados de maneira avassaladora pelas ruas do Rio de Janeiro, assim:

O jogo agradou uma multidão que ia ao zoológico exclusivamente para comprar os bilhetes e esperar a sorte. Espalhou-se pelo povo tornando-se um hábito. Anos depois o Barão não mais possuía o monopólio, proibindo o jogo no zoológico. Mas centenas de banqueiros vendiam as “*poules*” com os números referentes aos 25 bichos dádiosos. Descambou-se o jogo do bicho por todo território nacional, avassaladoramente, como uma inundação. Os jornais publicavam palpites e houve até mesmo um jornal diário dedicado à nova ciência que decifra sonho e ajuda nos palpites para acertar no bicho¹²⁵

Em pouco mais de três anos o Jogo do Bicho tornou-se a loteria “extraoficial” mais vendida. Esse protagonismo propiciou algumas mudanças, dentre elas: instauraram-se as primeiras perseguições desenvolvidas pelo Estado através de investigação feita por uma polícia que mais tarde iria se conformar como uma indesejável parceira; nesse período, o Barão de Drummond encerrou a prática da jogatina em Santa Isabel e, devido à projeção urbana que ganhara, houve a necessidade de atrelar o jogo ao formato da Loteria Federal. Assim, por conversão foram escolhidos quatro números para cada bicho. Ressalta-se que até os dias de hoje segue-se esse formato.

O crescimento do jogo é latente, além dos cambistas, verdadeiros mercadores da sorte e da fortuna, que circulavam pelas ruas e becos, do centro ao subúrbio, surgem as Casas do Bicho, espaços destinados diretamente para o jogo. Surgem também as variações dos jogos, além da extração da loteria federal, passaram a existir também as extrações tidas como “clandestinas”, que eram bancadas por particulares. É nesse momento que aparecem as primeiras medidas de “profissionalização” do mercado do jogo. Conforme Simone Soares (1993), os Jornais do Brasil e o Correio da Manhã, os maiores em circulação no Rio de Janeiro, não resistem ao fortalecimento do Bicho e passam a publicar os resultados das extrações, sem contar o aparecimento de

¹²⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. P. 411.

seções¹²⁶ específicas, destinadas aos palpites: *Roda da Fortuna*, *Bicharada da Joaquina*, *Charadística*. A diversidade também sobressaiu, além do jogo tradicional, em apenas uma “*poule*”, o apostador poderia colocar sua sorte no: *Antigo*, *Moderno*, *Rio*, *Salteado*. Todas essas eram variações sorteadas com dia e localidades diferentes.

O sucesso não ficou restrito ao território carioca, ao longo do século XX o jogo do bicho foi exportado para todo o Brasil. Em relação à Bahia, não temos como precisar a chegada exata. Porém, seguindo indícios da pesquisa do sociólogo Jair Nascimento Santos¹²⁷ sobre a formação da “Paratodos Bahia”¹²⁸, as primeiras referências dessa Loteria ocorre no Jornal “A Tarde” de julho de 1913, que tratava da perseguição e repressão. Isso nos leva a crer que se um veículo de comunicação faz uma reportagem denunciando uma prática, significa que ela já estaria causando incômodo, e sua presença provavelmente não seria tão recente.

Como destacamos, o Jogo do Bicho sofreu algumas transformações em sua forma de jogar. No período que propomos analisar (1940-1960), o jogo já havia se modernizado completamente. Do antigo, com as placas em alusão aos bichos, não restava mais quase nada, talvez apenas a ordem dos 25 bichos. O jogo também não se resumia mais a dezenas, atrelado à Loteria Federal, ficara mais complexo.

Numa “*poule*”, o jogador teria possibilidade de lançar a sorte em 21 modalidades diferentes, sendo que cada uma delas pagaria prêmios diferentes, conforme aposta feita. Na Figura 1 e Figura 2 podemos observar uma estrutura recorrente desse documento/contrato, desde o momento de sua modernização. Mesmo separado por 60 anos de diferença, notamos que em ambas “*poules*” se mantêm: *a data da aposta*, algo importante para garantir a autenticidade do jogo, isso é de inteira responsabilidade do apontador; *o talão sempre é organizado em duas vias*, separado pelo papel carbono, a via original é mantida e enviada para a Banca, enquanto a cópia seria a comprovação do jogo e garantia, pelo menos em tese, do recebimento do prêmio ou simples conferência do apostador. Das 21 formas de apostas possíveis: *Grupo*, *Dezena*, *Centena e Milhar*, geralmente as mais jogadas. Mas podemos citar também: *duque*, *terno de duque*, *terno de dezena*, *duque e terno de duque invertido*, *milhar invertido e repetição*, *cabeça de Poule*, *do 1º ao 5º*. Dessas modalidades, as apostas relacionadas ao milhar se

¹²⁶ Em nossa pesquisa não encontramos a publicação de nenhuma extração nos Jornais Feirenses.

¹²⁷ SANTOS, Jair Nascimento. *Paratodos Bahia: uma organização no Jogo do Bicho*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1995.

¹²⁸ Organização dos principais Banqueiros do Jogo do Bicho baiano, com o objetivo de organizar e regulamentar as regras do jogo.

caracterizam por pagar a maior quantia de dinheiro como prêmio. Na tabela de apostas, podendo variar de acordo com a Banca, teríamos: o Milhar pagando 4000 mil vezes o valor apostado; centena, 600 vezes; dezena, 60 vezes; e grupo, 18 vezes.

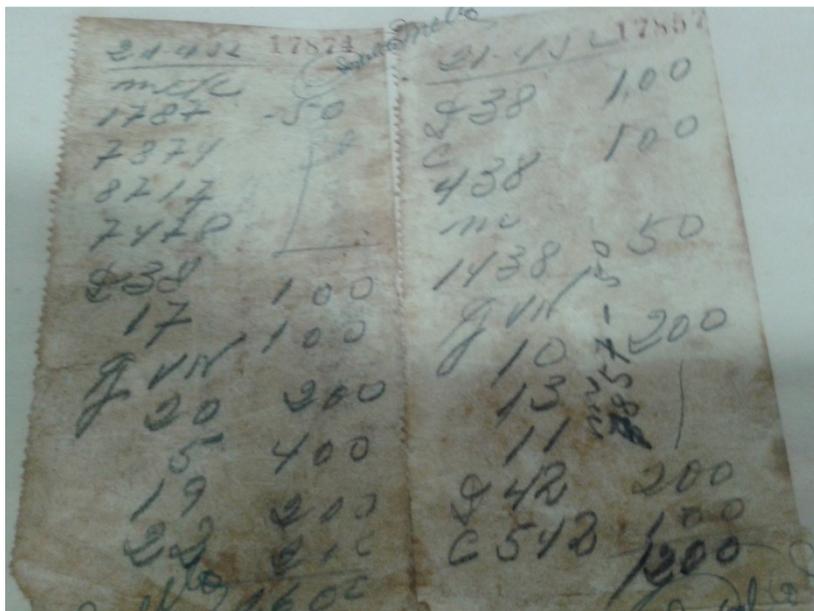


Foto 17 - Poule da Banca de Jogo de Pedro Falcão Vieira, em 21/04/1952.

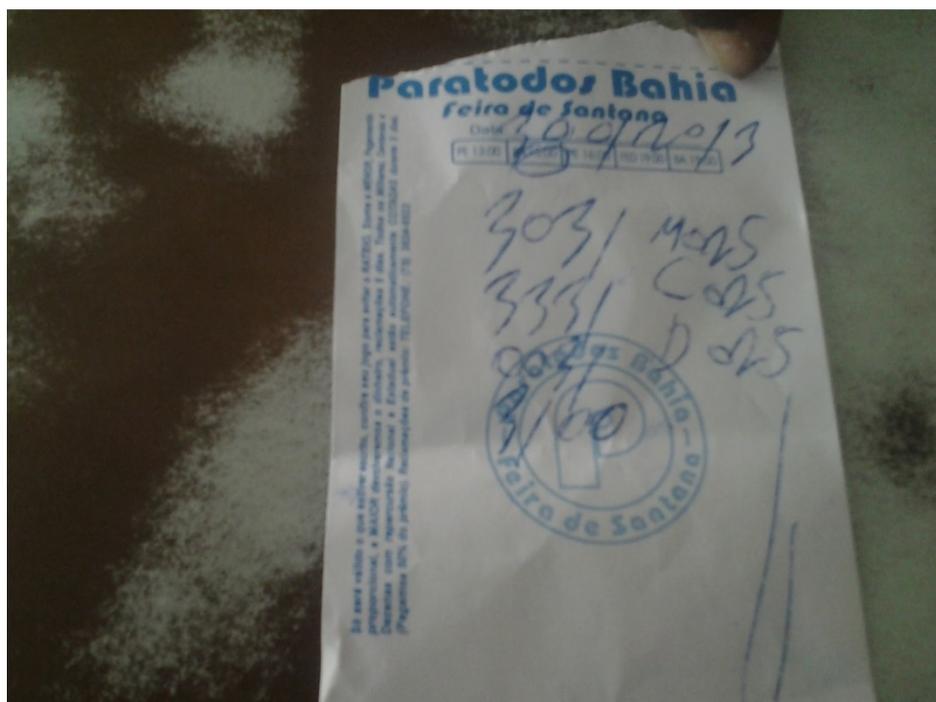


Foto 18 - Poule Paratodos Bahia atualmente, 30/01/2013.

2.2- Por dentro da arte do Jogar

Ao fazer o jogo, em quaisquer que fossem as modalidades, iniciava-se ali uma relação de “honestidade” entre as três partes envolvidas: jogador/cambista/banqueiro. A

“*poule*” representaria um possível contrato e um prova material ao que fora jogado. A importância desta tornava-se inclusive *slogan* para algumas bancas, era comum vir escrito na capa dos talões a frase: “Vale o escrito”, regra universal e quase sempre respeitada. No entanto, por se tratar de Contravenção, ou seja, por trilhar os caminhos e aventuras da ilegalidade, a relação estabelecia-se consuetudinariamente, conformando-se no cotidiano. Para Felipe Magalhães (2005):

A relação de confiança estabelecida entre jogador e bicheiro se dá numa via de mão dupla (...). Esse aspecto é muito claro para as duas partes. As regras que organizam a relação entre bicheiro e o apostador são tácitas, elas são construídas a partir do contato diário no mundo da contravenção. Sem agentes jurídicos para regular, alguns critério são adotados pelas duas partes. Assim sendo, o elo fundamental desta corrente é a ideia de honestidade¹²⁹

Se alguma das partes não cumprisse o que fora estabelecido, a relação seria desfeita e possivelmente poderia causar uma repercussão negativa no meio. Uma vez descredenciado, dificilmente recuperaria a imagem anterior. Em Feira de Santana, isso pode ser notado no Inquérito Policial, iniciado em 23/05/1952, pelo Delegado Osvaldo Bastos Mello, ao prender em flagrante, próximo ao Mercado Municipal, na esquina com a Praça João Pedreira, sob acusação de prática de Jogos de Azar, dois supostos cambistas: Antonio Junqueira da Silva, solteiro, 28 anos, de instrução primária incompleta, condição econômica precária e que, por isso, resolveu se aventurar na prática ilegal do jogo de bicho; e Antonio Barreto de Freitas, nascido em Feira, 42 anos, sem instrução formal, mas que sabe ler e escrever, condição econômica baixa. Durante o interrogatório preliminar na Delegacia, ambos assumiram a prática da jogatina e diziam trabalhar para o famoso banqueiro Pedro Falcão Vieira.

No desenrolar do inquérito, o delegado reuniu provas contundentes que indiciavam o banqueiro, principalmente ao interrogar duas testemunhas: 1º - Antonio Pereira dos Santos, brasileiro, maior de idade, casado, instrução primária completa, morador de Santa Barbara que, numa visita ao centro comercial da urbe, resolvera, num dia de segunda-feira, ou seja, dia da feira semanal, fazer uma fezinha no bicho, escolhendo como cambista um tal de Zequinha, da Banca de Pedro Falcão, que fazia ponto em frente à Loja Garapinha. Declarou que jogara Cr\$ 39,00 no turno da manhã, ao procurar saber o resultado, descobrira que naquele dia 21/04/1952 – feriado nacional

¹²⁹MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou Leva*. Do vale o impresso ao vale o Escrito: Uma História Social do Bicho no Rio de Janeiro (1890-1960). (Tese de Doutorado). Rio Janeiro: UFRJ. P.140.

– não correu a loteria e assim tivera a sensação de ter sido enganado, pois ao procurar alguns membros da Banca, obteve a negativa quanto à devolução da quantia apostada. 2º - José Ramos de Cerqueira, maior, casado, sabedor da leitura e escrita, de economia regular, fora testemunha ocular da prisão dos dois cambistas e, além disso, havia feito uma aposta no dia 03/05/1952 e, conforme o sorteio, acertara o milhar – 1787 – ganhando a quantia de CR\$ 25.000,00. Declarou ter feito jogo no talão de Raimundo. Ao tomar ciência do resultado, procurou a sede da banca e descobriu que sofrera um golpe, pois havia sido retirado do Talão jogado a “*poule*” premiada, fato esse que tornava pela regra seu jogo invalidado. Durante o depoimento, além de tecer comentários desabonadores contra a o banqueiro Pedro Falcão, denunciou a nova sede de arrecadação da banca, agora instalada na Avenida Getúlio Vargas. No parecer do Delegado, explicita-se que além do jogo do bicho ser uma contravenção, algo passível de punição, a Banca do Senhor Pedro Falcão lançava mão de alguns expedientes para não pagar os referidos prêmios, qualificando-a enquanto desonesta, assim declara:

Entre os males sociais, o jogo de bicho, destaca-se como um fator preponderante. Assume papel saliente nos malefícios que espalha (...). A sociedade contaminada por semelhante vírus, despe-se de sua dignidade, abstrai-se de seus deveres para viver eternamente estigmatizada pela mais dura das provocações, pela mais negra de todas as misérias (...). Fizemos uma estatística, vimos que pais de famílias que na ânsia de aumentar os parcos rendimentos, atiram as magras economias no Jogo do Bicho (...). Levados pela esperança de serem favorecidos com um prêmio alimentam a melancólica ilusão. Aí cresce o desespero do pobre miserável, por que aí está o Banqueiro Filantrópico, ao suprimir a segunda via da Poule premiada. Sem contar outras inúmeras bandalheiras e truques.¹³⁰

Com esse tipo de golpe, a banca e seus bicheiros ficavam marcados, e, assim, o jogador optava por fazer apostas com quem tinha credibilidade. Está aí uma aparente contradição. Verifica-se, num ambiente de contravenção, a honestidade como um valor diferenciado e valorizado. Além da citada, outras ações podem transparecer a quebra de confiança e honestidade, como o jogador que fazia a “fezinha” fiado e posteriormente se negava a pagar ou ainda o cambista que recebia o prêmio e não repassava ao jogador.

Quando o jogo do bicho atingiu sua plenitude funcional, caracterizando-se por uma estrutura definida e hierarquizada – tinha-se como atores protagonistas apenas o Banqueiro e Bicheiro, também denominado de Cambista – estrutura comum em todo

¹³⁰ Processo-Crime: Estante: 2; Cx: 55; Doc: 956 – CEDOC/UEFS.

país. No entanto, surgiu em torno da Loteria uma série de ofícios que seriam responsáveis por organizar seu funcionamento. Essa especialização poderia caracterizar a banca enquanto uma empresa capitalista, cujo fim primeiro seria o lucro. Apresentava-se uma equação básica, quanto maior volume de apostas e menos prêmios a serem pagos, estaria o negócio fluindo positivamente, sendo esse o ideal de todo banqueiro. Aparentemente, aos olhos de quem estivesse de fora, apenas existiam esses dois atores; Banqueiro, proprietário, responsável por manter e bancar a jogatina; e o Cambista, aquele que seria o intermediário entre a banca e o jogador, cabendo-lhe a atribuição de preencher as apostas. No entanto, uma instituição organizada e profissional não poderia restringir-se a essas figuras. Assim, conforme a localidade e a banca, teríamos também o *gerente*, o *conferente* e o *vigia*. Respectivamente, o **primeiro** teria a função de recolher o dinheiro apostado diariamente e pagar os prêmios aos possíveis ganhadores, além disso, tinha atribuições logísticas, como o pagamento e a contratação de funcionários. Este seria o “braço direito” do banqueiro, podendo posteriormente montar uma banca, associado a seu “padrinho”; o **segundo** teria a responsabilidade de receber e conferir as “*poules*”, entregar uma lista das apostas sorteadas – ressalta-se que, numa época que inexistia a informática, seriam seus olhos e atenção que validariam as apostas; o **terceiro** aparece primordialmente no momento em que o jogo sofre as maiores perseguições, teria a incumbência de vigiar tanto a sede das bancas, quanto os pontos espalhados pelas ruas, avisando quando da presença dos indesejáveis, em outras palavras, da Polícia, com sua faceta inibidora e perseguidora.

Em Feira de Santana, além dessas possíveis funções, encontramos a presença dos denominados arrecadadores, cambistas experientes que circulavam principalmente de bicicletas, arrecadando os talões. Seriam eles o elo entre os cambistas e a Banca propriamente dita. Isso pode ser demonstrado no processo-crime aberto no dia 03/12/1949, no qual, por volta da 13h30min, foi preso na Rua do Meio, pelos policiadores Altino Santos, Adir Meirelles e Eusébio Ribeiro, o cambista Agnelo Fonseca Dórea, baiano, 44 anos de idade, domina a leitura e a escrita, solteiro, ourives. Conforme o testemunho do primeiro policial, o acusado estava saindo de uma porta, com a mão no bolso e aspecto desconfiado. Em seguida, entrou na casa de uma mundana, prontamente seguido por outro indivíduo que circulava nos arredores. Ao ser surpreendido, estava com uma sacola de talões de bicho e com uma “*poule*” na mão com um jogo por fazer. Diante das evidências fora preso em flagrante. Lavrado a prisão, em depoimento ao Delegado Capitão Antonio Rodrigues de Sousa, o réu assumiu que

fazia jogo e indicou que tinha talões de duas Bancas: Banca da Sorte e Monte de Ouro, pertencentes respectivamente a Mario “Cabeça Branca” e Antônio Machado. Ambas situadas nas imediações da Rua do Meio. Disse, ainda, que todos os dias o arrecadador lhe procurava, sempre utilizando bicicleta para buscar o jogo¹³¹.

Percebe-se que o arrecadador abastecia o cambista com os talões e também recolhia o dinheiro das apostas. O seu lugar seria estratégico, pois ajudava a não colocar em evidência o alto escalão da jogatina. Vale ressaltar que, em todos os processos-crime aos quais tivemos acesso, não encontramos prisão em flagrante dos responsáveis por bancar a loteria. A presença destes nas Delegacias deveu-se a outros crimes, por ventura, cometidos ou pedidos formais feitos por delegados ou magistrados para que prestassem esclarecimentos.

Acrescenta-se que os termos usados para substantivar aqueles que construíam o cotidiano do Jogo do Bicho podem causar algumas confusões, particularmente os de *bicheiro* e *banqueiro*. Segundo Simone Soares (1993), no Rio de Janeiro:

O termo bicheiro possui uma conotação descritiva para os detentores do poder do jogo do bicho, mas que os próprios preferiam serem denominados de banqueiros ou corretores zoológicos. A tradição popular, no entanto, consagrou a palavra bicheiro (...). Os indivíduos que anotam os palpites dos jogadores nas poules também possuíam designação diferente nos jargões do Jogo do Bicho, como apontadores, escreventes, aranhas, burocratas ou cambistas. Desses, o mais usado e conhecido é o último.¹³²

Na urbe feirense, levando em consideração as fontes analisadas, processos-crime e Jornais, o termo designativo para o chefe-mor das operações seria Banqueiro ou “Tubarão do Bicho”. Já aquele que fazia o jogo alcunhava-se de cambista ou bicheiro. Ao longo de todo o “complexo da Rua do Meio”, o jogo corria solto – salvo em momentos de perseguições incisivas. Em termos espaciais, os principais pontos estavam localizados na parte denominada Rua do Meio do Alto, zona que compreendia a extensão da Rua Sales Barbosa, particularmente a área que se seguia ao Beco do França¹³³, seja no sentido da Praça Froés da Mota, seja transversalmente em direção à Rua Direita, ou no lado inverso, ao se deslocar para a Avenida Senhor dos Passos.

¹³¹ Processo-Crime: E:2; CX:42; Doc: 707. CEDOC/UEFS.

¹³² SOARES, Simone Simões. *O Jogo do Bicho: a saga de um fato Social Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. P.17.

¹³³ Atualmente o Beco do França é denominado Rua Capitão França, interliga a Rua Conselheiro Franco à Avenida Senhor dos Passos.

Segundo Magalhães (2005), ao buscar construir um ponto, os cambistas tinham preferências pelas esquinas. Nelas estavam sempre de passagem os maiores números de transeuntes, potenciais jogadores. A esquina também seria estratégica por outros motivos, assim, os pontos de bicho nelas surgem:

como metáfora do próprio jogo, estando entre a ordem e a desordem, na tensa fronteira entre estes dois mundos, os cambistas poderiam, ora estar de um lado, ora do outro. A localização geográfica facilitaria a visão e a fuga”¹³⁴



Foto 19 - Mercado Municipal de Feira de Santana, década de 1920.

Dessa forma, teríamos o jogo se desenvolvendo no “Complexo da Rua do Meio” e em uma de suas esquinas, entre a Rua Sales Barbosa e a Praça João Pedreira, tínhamos o Mercado Municipal, local de grande ocorrência de pessoas e de grande disputa entre os pontos de bicho. Em relação a isso, o semanário “O Coruja”, através da reportagem “Com Vistas o Sr. Secretário de Segurança Pública”, faz algumas considerações:

O jogo essa calamidade pública, esse câncer social, tem em Feira de Santana um campo profícuo. E enquanto o tempo passa, se alastra, mais livre se torna (...). De nada serve a polícia que não policia por ver desrespeitada a lei, por quem deveria fazê-la ser cumprida. E o jogo continua nas barbearias, nos pontos de ônibus, nos bares e principalmente nas bancas do Mercado Municipal, que se transformam em bancas receptoras, afrontando a prefeitura, por se tratar de um de nossos patrimônios (...)¹³⁵

¹³⁴MAGALHÃES, Felipe. Op. Cit. P.169.

¹³⁵ Jornal O Coruja, 16/12/1956.

Justamente no Mercado Municipal, prédio público que simbolizava a história do comércio, que tanto orgulhava o feirense e, em especial, a elite dirigente, o jogo campeava livremente, sendo inclusive ali, um de seus pontos mais privilegiados. Quando a “cruzada” contra o jogo estabeleceu-se, o Mercado Municipal tornou-se um dos principais alvos. Muitas prisões em flagrantes foram feitas em suas dependências, como nos assevera o Inquérito Policial, iniciado após a prisão de Eloi Pinto da Silva, conduzido à delegacia pelo policial Lourenço Francisco da Silva, no dia 21/10/1949, a partir da denúncia do Delegado Capitão Antonio Rodrigues da Silva. Diz em síntese: o delegado Capitão Antonio Rodrigues da Silva, “por não ser ainda conhecido na cidade, diga-se a sua imagem, fingiu-se ser apostador e se dirigiu a Eloi Pinto da Silva que estava com talão e três ‘poules’ em mãos”¹³⁶. Ao ser levado para a delegacia, ao longo do interrogatório, o acusado negou ser apontador de jogo, ao afirmar “que se colocava enquanto apostador, sendo que as três *poules* que estavam em suas mãos, pertencia a ele, e as outras duas a seu filho José Pinto, que também comercializava ali no Mercado”¹³⁷. Após ouvir algumas testemunhas, o Inquérito foi finalizado e remetido à justiça. Por não assumir a autoria dos jogos, mesmo tendo sido supostamente flagrantado pelo delegado, Eloi prestou depoimento e fora solto, sem necessidade de Habeas Corpus, apenas se responsabilizando em prestar esclarecimento quando necessário. No entanto, a pedido do Juiz Jorge Farias Góes, alegando falta de provas, arquivou-se o processo.

Outro processo-crime explicita o quanto o Mercado Municipal era usado para a prática da jogatina, seja em momentos de liberdade absoluta ou de perseguições explícitas. Vejamos: foi preso em 16/01/1950, pelo Delegado Capitão Antônio Rodrigues da Silva, através de uma portaria regulamentadora, Manoel Machado Pedreira¹³⁸, maior, casado, pequeno comerciante, natural de Muritiba, condição econômica mediana, sob acusação de bancar o jogo do bicho no Mercado Municipal e adjacências, com destaque para as esquinas da Praça João Pedreira e Praça do Comércio.

Ao logo da construção do Inquérito policial, as autoridades arrolaram vários sujeitos, com o objetivo de provar a responsabilidade do réu na organização da contravenção. Dos interrogados, todos eram indivíduos que vivenciavam aquele

¹³⁶ Processo-crime, E:2 ; Cx: 45; Doc: 762-CEDOC/UEFS.

¹³⁷ Processo-crime, E:2 ; Cx: 45; Doc: 762-CEDOC/UEFS.

¹³⁸ Processo-crime, E:1 ; Cx: 03; Doc: 58-CEDOC/UEFS.

território comercial, e a maioria eram reconhecidos barraqueiros do próprio mercado, como foi o caso de Pedro Pinto Santos, casado, maior, de instrução primária incompleta, condição econômica baixa. Pivô das investigações, ele servira de intermediário entre jogador e cambista, nesse caso uma empregada doméstica da Pensão Recife e Mario Francisco Coelho, dono de barraca, estratégia pertinente e criativa, num momento de perseguição à loteria do bicho. Nessa “burocratização” da jogatina, atitude de autodefesa, teria papel estratégico um tal de Vavá – não encontrado para depor – que assumia a função de arrecadador das apostas. Para uma maior segurança, segundo o cambista, aquele recebia os talões em locais variados, sendo o mais comum na Praça da Matriz. Ao final do processo, o réu foi absolvido, pois além de se sentir perseguido por motivações político-partidárias, por parte dos policiadores e delegado, algo que denunciou aos magistrados, comprovou-se que houve um engano em relação ao sobrenome “Machado”. De fato, existia um banqueiro com essa mesma assinatura familiar, que por sinal seria seu amigo de longa data, no entanto, batizado como Mario, e não como Manoel.

Infere-se que o Mercado Municipal e seu entorno eram aprazíveis para o desenvolvimento da jogatina por uma série de fatores. O primeiro que destacamos é a grande circulação de pessoas, fato que ajudava no crescimento das apostas, isso principalmente nas segundas, marcadamente o dia da grande feira. A sua estrutura física, com barracas e boxes, além das variadas portas que davam sempre em direção a esquinas - com destaque para aquelas que encaminhavam para as Praças João Pedreira e do Comércio e para as Ruas do Meio e Benjamin Constant - permitia a livre circulação de cambistas de diversas bancas em momentos de liberdade e “autorização” da jogatina, bem como ajudava a burlar, seja facilitando fuga ou escamoteando talões e “*poules*”, em épocas de perseguições deliberadas..

2.3- A “cruzada” contra o jogo

Desde os primeiros momentos de sua criação e divulgação, o jogo do bicho sofrera perseguições, ora de uma maneira mais branda, ora de forma mais ostensiva. A depender do gestor público, fosse ele Governador ou Prefeito, dos magistrados, Juiz ou Promotor; ou ainda do Chefe de polícia local, o jogo se colocava como “aberto” ou

“fechado”¹³⁹. Quando aberto, os cambistas agiam livremente em seus pontos fixos – barbearias, bares, cafés, mercados municipais – ou perambulando em locais de grande movimento, sendo assistido pela polícia e, inclusive, coabitando espaços comuns. Já quando, por medidas coercitivas, o jogo fechava-se, o cuidado devia ser retomado, os pontos fixos geralmente desapareciam, ficando a cargo dos cambistas volantes¹⁴⁰ a procura por apostadores. Possivelmente, os rendimentos da organização caíam, tanto pela diminuição do número de jogadores, quanto pela necessidade de pagar um maior volume de propina para alguns “agentes da lei” fazerem vistas grossas. Essa situação é denunciada pela reportagem da Folha do Norte, justamente num momento em que a loteria do Bicho sofria suposta perseguição:

Informações seguras adiantam que em todas as cidades onde o jogo campeia e não se verifica repressão policial, por que o jogo é explorado com a aquiescência das autoridades locais que cobram de 50 a 500 cruzeiros diários e até mais por aquelas atividades ilegais, conforme o volume do movimento do Bicho. Tais fatos são fáceis de serem apurados¹⁴¹.

Mesmo com essa parcimônia dos policiadores, alguns cuidados deveriam ser tomados, como: *utilização de lugares estratégicos para a entrega do jogo aos arrecadadores, quando não era o próprio cambista que entregava seu talão na banca; criação de uma listagem pré-estabelecida com a clientela fiel, era muito comum o cambista ir à casa deste, pegar o jogo que estava previamente feito.*

Sem dúvida alguma, na Princesa do Sertão a cruzada contra o jogo foi intensificada a partir da instauração da Lei de Contravenções Penais, em 1941, e da Lei 2215/46, que proibiam quaisquer espécies de jogos em solo brasileiro. Além desses fatores estruturais nacionais e amparada pelas normas jurídicas, a conjuntura da política local também contribuiu de uma maneira destacável. De acordo com a gestão do prefeito e a articulação política estabelecida entre este e os “tubarões do jogo”, a jogatina campeava livremente ou não. Conforme aos periódicos, “O Coruja” e a “Folha do Norte”, representantes de uma fração das elites locais, que se intitulavam modernas e agenciadoras do progresso, devia-se buscar uma nova noção de civilidade que se harmonizasse com a cidade que estava sendo erigida. Portanto, nesse processo de

¹³⁹ Expressão usada entre banqueiros e cambistas para sintetizar o contexto de funcionamento da jogatina em relação à perseguição.

¹⁴⁰ Uso essa nomenclatura para diferenciar esses dos cambistas de ponto fixo. Geralmente caminhando ou de bicicleta circulavam por todo entorno do “Complexo da Rua do Meio”.

¹⁴¹ Jornal Folha do Norte, 08/12/1951.

reorganização ou até mesmo de refundação de Feira de Santana, o progresso não deveria apenas ser decodificado pelas construções ou intervenções públicas materiais. *Pari passu* a isso, deveria ocorrer o desenvolvimento e a superação dos costumes e também dos vícios antigos, aí incluir-se-ia o Jogo do Bicho. Enfim, deveriam matizar-se novos modos, novos costumes, novos comportamentos, principalmente nas camadas populares. Isso seria idealizado para guiar e firmar novos tempos. Nesse projeto, a imprensa teria papel de destaque, como nos mostra a reportagem “O Coruja contra o Jogo”:

Dizem que quem se faz redentor, torna-se crucificado. Mas não seria tão sublime, tão humano, que alguém tomasse para si, a tarefa digna, o trabalho honrado, desinteressado, nobre e engrandecedor, que é o de afastar o pântano do jogo e do crime (...). Desde quando essa praga social tem sido apontada, acusada e desmascarada toda semana por nós, através dessas pequenas colunas de jornalzinho de moços, pequeno em seu formato, porém grande em seu idealismo (...). Não ficaremos calados, falaremos, clamaremos, fiquem certos senhores pais de família, cidadãos da Feira de Santana, apelaremos nesse momento para as últimas reservas morais desta terra, já que as autoridades dormem ou estão cegas (porque não querem ver), Feira de Santana será um dia, livre do jogo por que nós, que somos jovens e não queremos para nossos filhos uma cidade que impera o vandalismo e o crime (...) Lutamos, lutaremos de frente erguida porque não temos partido político e quando fundamos esse jornal foi com final propósito de fazermos da IMPRENSA LIVRE e se nós formos crucificados, entraremos para a posteridade, teremos a glória de redentores¹⁴²

A reportagem é elucidativa quanto ao papel da imprensa: denunciar, combater empecilhos e anunciar o que seria necessário para a cidade viver novos rumos. Quanto à ideia de “imprensa livre” em letras garrafais, devemos fazer uma ressalva: o semanário em questão surgiu nas dependências do Colégio Santanópolis, especificamente em seu Grêmio Cultural Áureo Filho – homenagem ao fundador da instituição. Conforme Rafael Lins (2011)¹⁴³, a “mocidade estudantil” que ali se formou, dentre eles Alberto Oliveira, João Durval, José Luis Navarro e Hugo Navarro, ajudou a fundar a seção local da União Democrática Nacional (UDN), partido de cunho liberal conservador, que disputou entre as décadas de 1940-1960¹⁴⁴ a liderança dos projetos modernizantes para a urbe. Os dois últimos, José Luis Navarro e Hugo Navarro, fizeram parte da fundação de

¹⁴² Jornal O Coruja, 22/07/1956. Grifo do articulista

¹⁴³ LINS, Rafael Quintela. *Uma “democracia” para os “Senhores da Cidade”*: Eleições, Poder e Direção Política em Feira de Santana (1947-1958). (Monografia). Feira de Santana: UEFS.

¹⁴⁴ De acordo com Rafael Lins, entre essas décadas a UDN conseguiu eleger apenas dois prefeitos em Feira de Santana: João Marinho Falcão (1955-1959) e Arnold Silva (1960-1962).

“O coruja” e eram sobrinhos de Arnold Silva, político feirense desde a República Velha, grande articulador da UDN e sócio-fundador e articulista de destaque da Folha do Norte, órgão da imprensa de grande circulação no município. No momento dessa reportagem, o prefeito era João Marinho Falcão (1955-1959), aliado político tanto da Folha do Norte, quanto de “O Coruja”. No entanto, tentando demonstrar liberdade editorial, a reportagem utilizou-se da retórica jornalística, marcando território da independência. Sem contar que as críticas direcionadas às autoridades que “dormem” ou que “estão cegas” foram encaminhadas à Câmara de Vereadores, composta em sua maioria por políticos do PTB/PSD¹⁴⁵, oposição à UDN.

Nessa querela político-partidária dos “donos do poder” e que tinha os semanários como porta-vozes, observamos um acontecimento que sintetiza a rivalidade entre eles. No dia 10/10/1952, em plena sala de Audiência, o juiz Jorge Farias Góes foi desacatado, de uma maneira grosseira, pelo Delegado de Polícia Osvaldo Mello. A causa do agravo estava relacionada à apuração de arbitrariedades contra uma mulher, que acusara o delegado e seus policiadores de humilhação, extorsão e violência física, sob pretexto de reprimir a contravenção do jogo quando, na verdade, estes mesmos representantes da segurança apoiavam e estimulavam a jogatina. A Folha do Norte, em sua edição do dia posterior, publicou em primeira página: “Jogo do Bicho, escândalo que gera escândalo”:

O jogo do bicho, cancro social, instituiu na Feira, em monopólio partidário, vive sob escancarada proteção da polícia. Da polícia e da desmoralizada situação política infelizmente dominante nesta desgraçada terra. Andamos certamente a clamar no deserto. Mas ninguém se iluda. A Feira é um município que se arruína e desagrega um município em decadência. Decadência territorial, decadência econômica, decadência política e principalmente decadência moral (...)¹⁴⁶

Depreende-se com essa reportagem a explícita relação entre o jogo do bicho e a política partidária. Ao referir-se à política, o articulista, particulariza no que tange as disputas partidárias que eram latentes em solo feirense entre as décadas de 1940-1960. Para Lins (2011), a busca pelo poder político no município, nesse dito intervalo

¹⁴⁵ Ver Lista de vereadores em www.camaradefeiradesantana.ba.gov.br/vereadores/relaçãodosvereadoresda3a-legislatura.

¹⁴⁶ Jornal Folha do Norte, 11/10/1959.

democrático, salvo algumas interações e articulações conjunturais, baseou-se na disputa UDN x PSD¹⁴⁷.

Para esclarecer ainda mais a relação de disputa entre os “donos do poder” e o jogo do bicho, trazemos à tona uma nova reportagem da Folha do Norte, do dia 01/11/1952, menos de um mês do acontecimento contra o Magistrado. Mais uma vez em primeira página e em letras garrafais, denominada “Desacato ao Juiz da Vara crime: Documento impressionante a denúncia do Promotor Requião”:

É um documento impressionante a denúncia oferecida pelo 2º promotor público da comarca. O ilustre Dr. Osvaldo Pinheiro Requião, contra a autoridade que empenhada em assegurar o monopólio do jogo do bicho para o banqueiro protegido da situação política dominante no município, chegou ao extremo de desacatar o íntegro e impoluto Juiz de Direito da vara do Crime¹⁴⁸

Quem seria esse banqueiro protegido pela situação política? Antes de desvendar o “mistério”, devemos adiantar algumas informações: Feira de Santana era governada pelo professor e tabelião Almáchio Alves Boaventura¹⁴⁹ (1951-1955), membro do PSD, que detinha maioria na Câmara de Vereadores – 8 num total de 12 – e contava também com o apoio do Governo Estadual, na gestão de Regis Pacheco. Isso nos leva a crer que o então Delegado Osvaldo Melo seria de filiação situacionista e inclusive fora nomeado por esse grupo governante.

O documento ao qual se refere a reportagem, qualificado enquanto “impressionante”, tratava-se do Sumário de Processo Criminal¹⁵⁰, construído pelo Promotor Osvaldo Requião. Nesse mesmo documento, encontramos o esclarecimento de quem seria o famoso banqueiro protegido. Vejamos:

(...) E o resultado do protecionismo do delegado aí está ao passo que o pobre, o miserável, o pária social, sofre todos os dias uma nova sangria na minguada fêria advinda de um “batente” desatinado e se

¹⁴⁷ Disputavam esse poder pela UDN: Arnold Silva, Áureo Filho, Carlos Bahia, João Marinho Falcão, João Durval Carneiro, Hugo Navarro Silva, Godofredo Filho, entre outros. Já do lado do PSD, tínhamos: Eduardo Fróes da Motta, Carlos Valadares, Francisco Barbosa Caribé, Mario Borges de Souza, Colbert Martins da Silva, Theódulo Bastos de Carvalho, Francisco José Pinto. Pelo PTB, representavam: Hamilton Cohin, Aguinaldo Soares Boaventura, Claudeniro Campos Suzarte.

¹⁴⁸ Jornal Folha do Norte, 01/11/1952.

¹⁴⁹ Prefeito entre os anos de 1951-1955 sofreu, ao longo de sua gestão, críticas de diversas ordens, tanto da Folha do Norte, quanto do “O Coruja”. Isso pode ser explicado por ser ele considerado o grande adversário político de Arnold Silva. Para responder a essas críticas, fundou durante sua gestão o semanário “Diário da Feira”.

¹⁵⁰ A partir do cruzamento de dados entre a reportagem da Folha do Norte e o Inventário de Processos-crime do CEDOC/UEFS, encontramos esse documento. Alocado em: E:4; Cx: 120; Doc: 2416.

encouraçam os cúmplices da Empresa Santana, o Sr. Oscar Tabaréu, descuidoso e tãful, afronta a Democracia, que o tolera, com inconfessável e insultosa abastança que os fados e a Delegacia de Polícia lhe possibilitam (...)

Assim temos Oscar Marques, mais conhecido como Oscar Tabaréu, proprietário do Cassino Irajá e de Banca de Jogo, o grande articulador e beneficiário da relação jogo do bicho/política partidária. O seu enlace com os “donos do poder”, da fração PSD/PTB, chega ao limite que em 1959 este sujeito assume vaga no legislativo municipal, destaca-se ainda na vida pública no decorrer da década de 1960, sendo eleito para três mandatos na Assembleia Estadual.

O mesmo Processo-crime nos indica qual a área de atuação do Senhor Oscar Marques:

Manejando armas muito mais formidáveis, já que o explorador do antro da perdição da “Rua do Meio” foi sempre senhor das traças e expedientes de fundibulário (haja visto ter conseguido construir e manter até hoje sem oposição política ou constrangimento, um cassino ao lado de uma igreja) logrou ajeitar-se nas simpatias do Sr. Bastos Melo e da noite para o dia, tornou-se o galo do terreiro e o leão, tigre e o elefante de uma nova floresta (...) esperneou o outro, gritou, rugiu, cafangou, chegou mesmo a queixar-se a justiça contra o “esbulho” em vão, porém. Quem iria contestar a líquida, a inofismável, a olímpica vitória de Oscar Tabaréu, se o bicho dele era pego até mesmo em plena rua, debaixo da sombra amiga e cúmplice das árvores da Praça da Bandeira? (...) ¹⁵¹

A logística de suas práticas contraventoras decorria por todo o “Complexo da Rua do Meio”, os principais pontos de jogo do bicho, inclusive a sua fortaleza ¹⁵², sempre instalado na extensão da rua Sales Barbosa. Como nos afirma o inquérito policial aberto em 18/06/1955 contra Anízio Thomé de Jesus ¹⁵³, 30 anos, lavrador, casado religiosamente, instrução primária, conhecido cambista que fora preso e levado à cadeia pública pelos policiais Oscar Ribeiro e Martiniano Pereira quando praticava sua atividade no subúrbio do Sobradinho. Em seu depoimento inicial confirma fazer jogo, mesmo tendo ciência que a prática seria crime, ainda mais que no momento a jogatina sofria perseguição severa no solo feirense, devido a uma portaria redigida e assinada

¹⁵¹ Processo-Crime: E:4; Cx: 120; Doc: 2416 CEDOC/UEFS.

¹⁵² Termo utilizado para designar o local onde seriam arrecadados e entregues os Talões do Bicho e muitas vezes serviriam de local para o próprio sorteio. Lembramos ser uma expressão carioca e não encontramos equivalente para Feira de Santana.

¹⁵³ Processo-crime E:4; Cx: 109; Doc: 2270. CEDOC/UEFS.

pelo Delegado João Chrysostomo dos Passos Filho. O acusado justifica que essa seria a única forma de ganhar o sustento, pois a falta de chuva na região inviabilizava exercer o seu tradicional ofício. Diz ainda: “que dias de semana faz jogo para Augusto Santos e dias de quarta e sábado para Oscar Marques e que no momento que fora preso estava com talões de Oscar Tabareu”¹⁵⁴. Em relação à banca deste, a entrega dos talões seria feita “na Rua Sales Barbosa, nº 52, numa casa que funcionava um salão, alugado a um sujeito de prenome José”¹⁵⁵. Os indícios nos levam a acreditar que havia periodicamente as trocas desses espaços, mesmo se mantendo na mesma região, evitando dessa forma a ideia de serem vigiados.

No que concerne ao funcionamento do Cassino, Oscar Marques era proprietário do Cassino Irajá, importante casa de divertimento que funcionava vizinho à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Além do espaço destinado para a jogatina variada – carteadado, dominó, roleta, bingo – existiam pelo menos dois outros ambientes direcionados a outras formas de lazer, tipicamente masculino e principalmente noturno: salão de danças, no qual algumas mulheres – contratadas pelo cassino – concediam danças e permitiam o flerte e a conquista, podendo chegar ao deleite sexual, essa encenação sempre acompanhada de música ao vivo, tocada pela famosa banda de Jazz¹⁵⁶, ritmo, então, do momento. Dois processos-crime nos ajudam na descrição do Cassino. No primeiro, o proprietário foi réu, ao ser acusado de espancar em via pública João José de Brito¹⁵⁷ em frente ao seu estabelecimento, tendo como motivação o convite deste a uma mulher de prenome Neuza para uma dança no salão, e essa se negou com a justificativa de ser amásia de Oscar Marques. Não satisfeito, a “futura” vítima xingou-a, chegando ao exagero de puxá-la pelo braço. Dias após esse acontecimento, ocorreu a agressão. Ao longo do processo várias testemunhas foram chamadas, a maioria delas empregados do Cassino, principalmente: *garçons, músicos, conferentes de roletas e dançarinas*. Assim, supomos que, além dos já falados, salão de jogos e dança, teríamos também o Bar. Esse estabelecimento ao longo da década de 1950 era considerado um dos mais apreciados pelos homens da Feira, particularmente aqueles das camadas abastadas. Devido ao grande movimento do Cassino, somado à renda oriunda da Banca

¹⁵⁴ Processo-crime E:4; Cx: 109; Doc: 2270. CEDOC/UEFS.

¹⁵⁵ Conforme Lançamento do Imposto Predial da cidade. Exercício de 1950 e 1953, essa residência pertencia cartorialmente a Francisco Veloso. Ver Livro de lançamento Predial – Arquivo Público de Feira de Santana.

¹⁵⁶ Processo-crime: E: 2; CX: 52; Doc: 868. CEDOC/UEFS.

¹⁵⁷ Processo-crime: E: 1; CX: 08; Doc: 157. CEDOC/UEFS.

do Bicho, Oscar Tabaréu tornou-se um homem de posses, mesmo tendo um passado de dificuldade financeira, como nos atesta essa reportagem:

Homem que há pouco mais de um ano sofrera penhora em bens de seu famigerado Cassino, por não ter com que pagar dívidas ativas municipais de alguns cruzeiros, agora se pavoneia quotidianamente na sua elegante e preciosa limusine, adquirida à custa da fome e da penúria dos filhos e das mulheres de homens do povo (...)¹⁵⁸

Após o acontecimento do agravo ao Juiz feito por seu aliado, o Delegado Osvaldo Mello, e a aproximação cada vez mais estreita com uma fração da elite feirense, a riqueza de Oscar Tabaréu aumentou consideravelmente, basta observar a quantidade de imóveis¹⁵⁹, levando em consideração apenas aqueles oficialmente registrados em seu nome, e os seus investimentos no comércio regional como revendedor exclusivo da Cervejaria Brahma, além dos investimentos na área de comunicação ao estabelecer a Rádio Cultura na cidade, entre outros negócios.

No “mercado” do Jogo do Bicho feirense, Oscar Marques tinha como grande rival e concorrente Pedro Falcão Vieira, este demonstrava ganhos de proporção parecida na prática dos Jogos de Azar. A disputa pelos pontos e talões entre eles era notoriamente comentada nas ruas e repercutida nas páginas dos semanários. Muito embora, devido à rivalidade política, o nome de “Tabaréu” estivesse sempre mais em evidência. Em torno desses dois grandes “tubarões”, articulavam outros “peixes menores”, como nos esclarece a reportagem “Novamente o Jogo”:

As autoridades policiais têm encontrado, com toda certeza, grandes dificuldades na luta contra o jogo, por que na verdade, não pudera exterminá-lo em nossa terra. Reconhecemos essa dificuldade, mesmo porque o jogo se mascara, muda de local, encolhe-se para ressurgir. A reportagem de “O coruja” no propósito de auxiliar as autoridades encarregadas de combater o jogo está fazendo o levantamento de todas as casas de tabolagem das cidades, bancas de bicho, meia-meias, etc que publicaremos com o nome dos proprietários (...). Podemos adiantar que há jogo grosso, aberto, franqueado ao público, no centro da cidade, em ruas movimentadíssimas e cerca de seis banqueiros de bicho, furtam o povo despreocupadamente.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Jornal Folha do Norte, 01/11/1952.

¹⁵⁹ Lançamento do Imposto Predial, ano 1955 e 1959. Arquivo Público de Feira de Santana.

¹⁶⁰ Jornal “O Coruja”, 08/07/1956.

Podemos constatar que no momento da reportagem, o hebdomadário dava uma trégua nas críticas à administração municipal e, mais especificamente, à polícia, inclusive se colocando à disposição para ajudar no que fosse possível. Isso se deveu, em princípio, à articulação política local, justamente por contar nesse com o prefeito João Marinho Falcão, aliado do grupo editorial.

Em relação à “cerca de seis banqueiros de bicho” que agiam na cidade, as fontes nos deram subsídio para detectarmos os nomes deles. Contando os dois mais populares e afamados, tínhamos: **Augusto Santos** “Mão Queimada”¹⁶¹, que teve seu nome repercutido e denunciado à Justiça a partir da prisão em flagrante, no dia 25/10/1949, do cambista Cosme Pereira do Vale sob acusação de fazer jogo de bicho, na Rua Sales Barbosa, nº 79, especificamente na Barbearia de Zeferino. Cosme, baiano, 54 anos, casado, oito filhos, condição financeira baixa, instrução primária, declarou em depoimento para o Delegado Capitão Antonio Rodrigues de Sousa que, pelo fato de estar “sem emprego e ter uma família para sustentar, resolveu aceitar o convite de Augusto para apontar jogo de bicho”, confirmou ainda que no momento da prisão completava seu quinto dia de trabalho. Essa prisão colocou Augusto no rol de banqueiro, até aquele instante tinha-se a informação que ele era “arrecador do bicho” de Oscar Marques. Para esclarecer a denúncia, o delegado intima para interrogatório, no dia 27/10/1949, o próprio banqueiro. Em depoimento, Augusto Santos, baiano, 42 anos, casado, seis filhos, pequeno negociante, instrução primária e pobre, conhecido por seus pares como “Mão Queimada”, reconheceu que durante um curto espaço de tempo resolveu bancar o jogo, devido anuência de policiadores e delegados, agindo em parceria com outros banqueiros, sendo eles Oscar Marques, Mario Machado e Elias de Tal. No entanto, quando da chegada do então delegado, resolveu parar com a contravenção. Afirmou também: “Os cambistas são capazes de muitas estripulias e às vezes fazem jogo por sua conta, professam como se banqueiros fossem, ao ponto de desaparecer da cidade, quando acontece de alguém ser premiado”. Esse depoimento é esclarecedor por alguns motivos: primeiro, por apresentar efetivamente o nome de três grandes “tubarões do jogo”, e também por afirmar que havia uma relação próxima entre estes, fato que autorizava a Augusto Santos citá-los sem cerimônia alguma; segundo, por reconhecer que durante a gestão do Delegado Capitão Antonio Rodrigues de Sousa, entre outubro de 1949 e Janeiro de 1950, o jogo do bicho fora perseguido e alguns dos

¹⁶¹ Processo-crime: E:4; CX: 109; Doc:2270. CEDOC/UEFS.

principais atores denunciados e processados; terceiro, porque, com a última fala, fica explícita a tentativa por parte dos chefes em transferir a responsabilidade da jogatina para os cambistas, haja vista que a própria justiça de alguma maneira seria condescendente com esses sujeitos, por conceber que seus respectivos envolvimento deviam-se quase que exclusivamente à falta de condição financeira e à aliciação escancarada de homens ambiciosos que, em busca de lucro e prestígio econômico, não tinham escrúpulos de envolver terceiros em suas práticas criminosas.

Outro banqueiro-mor que teve seu nome revelado no decorrer da pesquisa fora o proprietário do Bar e Pensão Recife, localizado no “Complexo Rua do Meio”. Sua atuação no Jogo do Bicho era deveras conhecida, no entanto, o seu nome vai constar pela primeira vez nos anais jurídicos quando da prisão de João Ribeiro dos Santos, vulgo Juvenal, baiano, casado, dois filhos, pequeno comerciante, instrução básica, pobre economicamente, que em depoimento confirmou não apontar mais jogo naquele momento da prisão – 26/11/1949 – haja vista que não houve flagrante – sem prova material que o condene – mas deixou claro que cerca de dois meses antes, por força da necessidade, exerceu essa função, trabalhando para **Elias Martins**. Afirmou, ainda, que ao saber da proibição do jogo nas terras de Santana resolveu abandonar a prática e voltar a trabalhar de maneira “honesta”. Diante dessas declarações, o delegado intimou a presença deste para prestar esclarecimento. Dessa forma, dois dias depois, Elias Recife – como era conhecido – declarou: “não aceitar a culpa de ser banqueiro, que já havia parado com a contravenção, pelo menos desde a chegada do famoso delegado”. Mesmo esse Inquérito sendo arquivado, o seu nome tornou-se recorrente, como um dos Banqueiros mais atuantes nas imediações da Rua do Meio e no Mercado Municipal.

Mais um processo-crime que nos ajuda a conhecer os “tubarões do bicho feirense” fica por conta da prisão de Agnelo Dórea, no dia 26/11/1949, baiano, 40 anos, casado, oito filhos, instrução primária, pobre economicamente e ourives de profissão. Agnelo Dórea reconheceu na hora da prisão ser bicheiro, por falta de recurso, e explica o motivo por que entrou na contravenção: “tinha necessidade¹⁶² do sustento e que aceitou o convite de Mario de tal, banqueiro estabelecido em Feira de Santana e que utilizava a pensão Universal como sede do seu bicho, para apontar o jogo, tendo como renda 20% de toda aposta do talão”. O Juiz Candido Colombo Cerqueira, ao acatar o inquérito, convocou para interrogatório no dia 07/12/1949 tanto o cambista, quanto o

¹⁶²Processo-crime: E: 2; CX: 42; Doc: 707. CEDOC/UEFS.

Banqueiro. No entanto, o último não apareceu para esclarecer a acusação. Nessa fase sumariante, Agnelo Dórea, além de confirmar o depoimento anterior, trouxe à tona um novo esclarecimento em formato de denúncia: “Existem duas bancas que funcionam juntas, a da Sorte e a Monte de Ouro e os donos são respectivamente **Mario Machado** e **Antônio Machado**”¹⁶³. Por informações anteriores, era público em Feira de Santana que o segundo seria uma espécie de homem de confiança do primeiro, sem contar o grau de parentesco, provavelmente eram irmãos.

Qual seria o motivo então dessa divisão entre bancas? Mais uma vez o discurso do cambista nos dá indícios. No momento da prisão em flagrante, além dos talões que indicavam a nomenclatura das bancas, foi encontrado um saco que trazia a inscrição 46. Ele afirma: “sempre que iria entregar o jogo na mão do arrecador ou na própria sede, teria que colocar os talões naquele saco e que após conferência lhe era devolvido”. Provavelmente a numeração serviria para melhor organizar a conferência e a arrecadação do jogo, além de ajudar no controle da contabilidade, fato que demonstra o grau de organização do comércio da jogatina. A numeração também representa a quantidade de cambistas que apontavam o jogo para a banca. Se Agnelo Dórea usava o número 46, imaginemos que, no mínimo, existiriam outros 45 apontadores. Explicitam-se aí o tamanho e o raio de ação da organização contraventora. Devido a isso, o grande crescimento, que Mario Machado “Cabeça Branca” resolveu dividir sua Banca da Sorte em duas, denominando a outra parte de Banca Monte de Ouro, sob o comando de Antonio Machado. Este provavelmente seria o sexto nome do panteão do bicho feirense.

Em busca dos pontos e de cambistas que significariam uma maior rede de relações e, conseqüentemente, uma maior capacidade financeira, Pedro Falcão e Oscar Marques se utilizavam de diversos expedientes. Estes iam desde o aumento na percentagem de comissão por talão para os bons cambistas, passando pela bonificação nas premiações, em caso de acerto para os jogadores, chegando às articulações políticas e policiais para que suas bancas mantivessem os volumes de apostas. O embate entre eles fora testemunhado em alguns episódios, incluindo aquele do “Desacato ao Juiz”, como nos anuncia o documento do Promotor Osvaldo Requião:

(...) O jogo campeia livremente nessa cidade e estende seus lúbricos tentáculos até os mais remotos esconsos dos distritos, vilas, povoados e arraiais do município, vampirizando o produto do trabalho rude e mortificante de populações empobrecidas e miseráveis carreando para

¹⁶³Processo-crime: E: 2; CX: 42; Doc: 707. CEDOC/UEFS

os cofres da ambição insaciável dos senhores Oscar Marques e Pedro Falcão e outros parceiros da maior desgraça que se abateu sobre a generosa terra de Rui Barbosa¹⁶⁴.

Esse trecho do documento deixa clara a liderança da contravenção do Bicho em torno dos dois banqueiros-mor. Isso pode ser percebido em relação aos sorteios diários da Loteria, pois mesmo a urbe tendo mais de 5 Bancas, apenas os dois seriam responsáveis por isso. Infere-se, assim, que durante o recorte da pesquisa, e mais detidamente na década de 1950, existiam em Feira de Santana duas grandes organizações, cada um dos tubarões capitaneando a sua.

Continuando o texto anterior:

Nos bastidores, a princípio tibia e quase inexpressiva e, após, a toda força travou-se uma luta – à outrance – sem quartel (...) a gloriosa luta pela sobrevivência como banqueiro de bicho! Oscar Marques X Pedro Falcão! (...) Ainda não de todo descouraçado tornou Falcão o exemplo de Rockefeller na pugna contra a Shell: Rockefeller baixara o preço do petróleo, Pedro Falcão aumentou o do pagamento do milhar... aí a coisa se tomou nova feição. Oscar Tabaréu não iria consentir no *status quo* do adversário e começou o segundo round. Animado com espetacular “upper cut” do primeiro, o favorito dos deuses, dos Bórgias e do Senhor Delegado, quis ir mais longe e foi: conseguiu que se iniciasse perseguição tenaz, indórmite, sem tréguas contra os bicheiros de Pedro Falcão. Encarregou-se a Delegacia do “affaire”. Se não era gente de Tabaréu, cadeia com ela!¹⁶⁵

Como já fora dito, na primeira metade da década de 1950 há uma clara vantagem para Oscar Marques nessa pugna, isso graças à benção do delegado e de alguns policiadores, somado ao apoio de membros da elite. Assim, seu jogo campeava mais livremente.

Na segunda metade da referida década, o cenário de poder sofrera algumas mudanças, dentre as quais as eleições seguidas de dois candidatos da UDN – João Marinho Falcão e Arnold Silva – para o executivo local, propiciando um novo olhar acerca da jogatina. Nesse novo contexto, as leis de contravenções penais passaram a fazer parte da ordem do dia. Fomentadas pelo discurso e ideais modernizantes e de progresso defendido por esses “novos” agentes administrativos, ocasionando de alguma forma perseguições mais incisivas aos cambistas do Bicho, com especial atenção aos atrelados a Oscar Marques, que já se apresentava enquanto oposição partidária. A

¹⁶⁴ Processo-Crime: E: 4; CX: 120; Doc: 2416. CEDOC/UEFS.

¹⁶⁵ Processo-Crime: E: 4; CX: 120; Doc: 2416. CEDOC/UEFS.

reportagem de “O Coruja”, cujo título é “Presos por assalto a mão armada ou porque tentaram prender cambista?”, nos subsidia nessa compreensão:

Dois soldados da polícia foram presos esta semana, Durval Ribeiro dos Santos, o famigerado soldado Durval e Faustino do Nascimento, mais conhecido como Índio. É verdade que os referidos soldados assaltaram a mão armada um cambista do Senhor Oscar Marques e que os mesmos foram engaiolados imediatamente, por ter o bicheiro Oscar solicitado providências (...)¹⁶⁶

Fica explícito que nesse momento “Tabaréu” já não detinha o poder e o controle da delegacia e dos policiadores, como outrora, a exemplo da época do seu confrade, o Delegado Osvaldo Melo. Essa atitude dos policiais pode ser tomada enquanto uma latência, nem que seja mínima, de oposição ao banqueiro-mor. Uma dúvida paira no ar, eles estavam a mando de quem, ao fazer essa averiguação? A interrogação torna-se maior quando levamos em consideração que a perseguição foi feita fora do horário de “plantão policial”, inclusive um deles estava licenciado de suas funções. Outra dúvida aparece, a quem Oscar Marques recorreu, pedindo providências e exigindo a prisão destes agentes que ousaram atentar contra seu poder estabelecido? Será que ele procurou o delegado João Chrysostomo dos Passos Filho, exigindo uma retratação ou foi direto ao Magistrado Viana Castro? Ou seu pedido se direcionou para além dos limites do município, ressoando na capital?

A esses questionamentos não conseguimos responder plenamente, o que podemos confirmar é que os dois policiais foram presos e acusados de roubo a documentos, mesmo que esses fossem talões de jogos. As fontes também nos explicitam que fora necessária a interferência do advogado Jorge Watt, requerente do *Habeas Corpus*, em defesa dos dois pacientes. Diz em síntese o pedido: “Vergonhoso inquérito, instaurado a troco de renda do jogo do bicho, pela vaidade de um incorrigenea banqueiro, chamado Oscar Tabaréu, e decidirão da procedência da ilegalidade destas prisões”¹⁶⁷. Duas linhas de defesa foram desenvolvidas pelo bacharel, primeira: demonstrar o quão digna fora a atitude dos policiadores em combater com veemência o jogo e, em particular, o grande banqueiro; e a segunda: que, dada essa atitude, um “ardil” fora armado, tentando com isso inverter a ordem da causa justa. A prisão ocorreu em 21/07/1956, e em 26/07/1956, apenas cinco dias do ocorrido, fato raro para a justiça

¹⁶⁶ Jornal O Coruja, 15/07/1956.

¹⁶⁷ Processo-crime: E;3; CX:70; Doc: 1113. CEDOC/UEFS.

brasileira, o magistrado julgou procedente o *Habeas Corpus*, liberando o alvará de soltura. A escolha do advogado Jorge Watt para a defesa dos acusados, pode ajudar-nos a desvendar alguns daqueles questionamentos anteriores. Este seria Edil do legislativo feirense e colunista da Folha do Norte, portanto, a sua escolha teria clara intencionalidade política. Dessa forma, podemos estabelecer que os políciadores estariam a serviço do grupo político que assumira o poder no executivo municipal e que, por várias situações, tinham Oscar Tabaréu como opositor, assim a defesa jurídica dos acusados faria parte do plano, caso algo desse errado.

2.4- Entre a Ilegalidade e a Imoralidade: assim se faz o jogo

As perseguições que se seguiram em solo feirense não tiveram apenas motivações de cunho político-partidário, o seu cerne também estaria ligado à adoção de leis que buscavam a proibição e o controle dos jogos de azar, em geral, e do bicho, em particular. Dentre tantas leis que evidenciaram o caráter da jogatina no Brasil, três decretos, todos lançados durante a década de 1940, corroboraram para demonstrar a posição do Estado, pelo menos sob o ponto de vista da oficialidade e da ilegalidade dessas atividades. Tivemos então, em 03/10/1941, o primeiro deles, o decreto-lei 3368/41, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, que instaurava a Lei de Contravenções Penais. É no artigo 58 que é feita menção ao jogo, indicando que, daquela data em diante, proíbe-se: *Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do Bicho ou praticar qualquer ato relativo à sua realização e exploração*¹⁶⁸. Na corrente da implantação dessa lei, desenvolveu-se a criação das Delegacias especializadas em Jogos e Costumes, e também houve um fortalecimento dos Códigos de Posturas.

O segundo decreto-lei fora o 6259/44, que tinha a abrangência de dispor e regulamentar o serviço de loterias no país. Conforme seus artigos, caberiam à União e ao Estado a exploração ou atribuição a terceiros, bem como a fiscalização do funcionamento das loterias:

Art. 1º: O serviço de loteria federal ou estadual, executar-se-á em todo território do país, de acordo com as disposições do presente decreto-lei¹⁶⁹

¹⁶⁸BRASIL. Lei nº 3688/4. Artigo 58 – *Lei de Contravenção Penal*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em 19/02/2013.

¹⁶⁹BRASIL. Lei nº 6259/44 – Artigo 1 – *Lei sobre Loterias*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/1937-1946/del6259.htm>. Acesso em: 19/02/2013.

Art. 2º: Os governos da União e dos Estados poderão atribuir à exploração do Serviço de Loteria a concessionária de comprovada idoneidade moral e financeira¹⁷⁰

Percebe-se, particularmente no segundo artigo, a preocupação em normatizar e legalizar o jogo, direcionando estes para pessoas ditas idôneas. Na Bahia, após essa lei, criou-se a Loteria da Bahia (LOTEBA), com sorteios uma vez por semana. Em Feira de Santana havia uma filial dessa casa de jogos, que vendia as loterias legalizadas, como nos mostra a seção de Classificados da Folha do Norte:

Estado lotérico: habilite-se nas agências do estado lotérico e durma tranqüilo quanto ao recebimento dos prêmios que obtiver. FAZ UM MILIONÁRIO POR DIA – Filial Praça João Pedreira, nº 5 – Centro¹⁷¹

O artigo 58 dessa mesma lei consolidou, de uma vez por todas, a “cruzada” contra o jogo. Vejamos:

Art.58 – Proibido realizar o denominado “jogo do bicho” em que um dos participantes considerado comprador ou ponto, entrega certa quantia com a indicação de combinado algarismo ou nome de animais, a que corresponder números, ao outro participante considerado vendedor ou banqueiro, que se obriga mediante qualquer sorteio o pagamento de prêmios em dinheiro¹⁷².

Esse artigo se caracteriza pela definição e descrição plena do que seria a Loteria do Bicho, não abrindo brechas para concepções e interpretações outras.

Diferente dos outros dois decretos-lei, que foram publicados pelo então Presidente Getúlio Vargas no Estado Novo¹⁷³ (1937-1945), o decreto 9215/46 fora assinado por Eurico Gaspar Dutra, no período do intervalo democrático (1946-1964). Em suas diretrizes proíbe-se a prática ou exploração de jogos de Azar em todo território nacional. Um de seus artigos decreta:

¹⁷⁰BRASIL. Lei nº 6259/44 – Artigo 2 – *Lei sobre Loterias*. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/1937-1946/del6259.htm>. Acesso em: 19/02/2013.

¹⁷¹ Jornal Folha do Norte, 15/10/1950.

¹⁷²BRASIL. Lei nº 6259/44 – Artigo 58 – *Lei sobre Loterias*. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/1937-1946/del6259.htm>. Acesso em: 19/02/2013.

¹⁷³Fase do Governo Vargas que se caracterizou enquanto Regime totalitário, onde o Habeas Corpus fora suspenso e houve o fechamento dos Partidos Políticos. Essa fase marcou pela outorgação dos decretos-lei.

Art. 36: Ficam declaradas nulas e sem efeito todas as licenças, concessões ou autorizações dadas pelas autoridades federais, estaduais ou municipais, com fundamentos nas leis, ora revogadas, ou que, de qualquer forma continha autorização em contrário ao disposto no Artigo 50 e seus parágrafos das Contravenções Penais ¹⁷⁴

Por esse artigo ficam suspensas as concessões de Loterias, respaldando o Estado a manutenção daquelas oriundas diretamente de suas estruturas, como a Loteria Federal ou simplesmente “Federal”, sorteada na capital do país, com uma regularidade que variava entre dois ou três dias semanais. De acordo com Santos¹⁷⁵ (1995), a homologação dessa última lei pelo Presidente Dutra, a pedido da Primeira Dama, Dona Santinha, com a interferência direta da Igreja Católica, promoveu em algumas cidades brasileiras uma grande quebra em relação à jogatina de maneira geral, haja vista que muitos cassinos foram fechados e a perseguição aos Banqueiros do Bicho tornou-se cada vez mais intensa. Uma das consequências dessa maior intensidade na perseguição foi a relação dúbia e de prevaricação entre os agentes da lei e os agentes do jogo. Segundo o mesmo autor, esse contexto também motivou uma grande contradição: o jogo poderia ser moralmente aceito, por uma parcela da população, mas era legalmente condenável sob a ótica das leis. Daí surge também outra problemática, o que seria legal ou ilegal? Dessas contradições e questionamentos está a base para entender um conflito sociocultural que marca a história do Brasil urbano do século XX. Podemos reconhecer, com isso:

Uma contradição estabelecadora do conflito entre o legal e o ilegal e nessa situação, especificamente, fica a dúvida. Afinal, o que é ilegal? Segundo o dicionário Aurélio (1986) trata-se de algo conforme ou relativo à lei; regular; certo, que ordena, deriva para a legalidade que tem haver com a legitimidade¹⁷⁶.

Essa contradição e, como consequência, o conflito surgem basicamente de duas situações: a primeira, todas as espécies de jogos estavam proibidas pelas leis, amparadas por, além de uma concepção jurídica, justificativas de cunho ético e moralizante. Assim, como o estado mantenedor da harmonia social e defensor dos princípios virtuosos poderia financiar e organizar uma loteria federal? Atitude para lá de contestável.

¹⁷⁴BRASIL. *Decreto-lei 9215/46 – Artigo 3*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/del9215.htm>. Acesso em 19/02/2013.

¹⁷⁵ SANTOS, Jair Nascimento. Op. Cit. P. 15.

¹⁷⁶ Id, 1995, p.

Segunda, por mais que a lei estivesse amparada por convicções ético-judiciais globais e totalizantes, como nos mostra o preâmbulo do decreto:

Considerando que as legislações penais de todos os povos cultos contém preceitos tendentes a esse fim

Considerando que a tradição moral jurídica e religiosa do povo brasileiro é contrária à prática e a exploração de jogos de azar

Considerando que, das exceções abertas à lei geral, decorrem abusos nocivos a moral e aos bons costumes¹⁷⁷

No Brasil, o jogo espalhou-se e ganhou milhares/milhões de adeptos, diferentemente do que diz a segunda justificativa e mesmo caindo no campo da ilegalidade jurídica, do ponto de vista cultural tornou-se uma atividade legítima.

Para Soares (1993), isso se deve ao “*paradigma da ambiguidade*”, algo comum à história brasileira e que funciona numa espécie de dialética: “se a historiografia é mesclada de ambiguidade, ambíguo é, também, o caráter do povo brasileiro por utilizar o célebre jeitinho brasileiro para burlar as leis e se sair bem das situações proibitivas que se lhes apresentam no cotidiano”¹⁷⁸. Portanto, mesmo sendo proibido e reconhecido enquanto prática ilegal e uma contravenção penal – pelo menos desde 1941 – o brasileiro aceitava ou, no mínimo, tolerava e, mais importante, jogava. Assim, o jogo do bicho acabou cumprindo uma trajetória que o colocava numa fronteira contínua e prolongadamente tênue entre a legalidade e a ilegalidade, e por que não também entre a ordem e a desordem?

A prática, além de caminhar na ilegalidade, era vista como contrária à ideologia trabalhista fundada e difundida pelo Populismo Vargasista, no qual o Brasil ressentia seus efeitos. Para Ângela de Castro Gomes¹⁷⁹, o trabalho nesse período passou a ser ao mesmo tempo um direito e um dever do homem, uma espécie de tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização, uma obrigação para com a sociedade e o Estado¹⁸⁰. Estava aí configurada a ideologia do trabalho, uma contraposição a outros *modus vivendi*, com destaque para os fantasmas da vadiagem, jogatina e prostituição, enfim,

¹⁷⁷BRASIL. *Decreto-lei 9215/46*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/del9215.htm>. Acesso em 19/02/2013.

¹⁷⁸SOARES, Simone. Op. Cit. P. 112.

¹⁷⁹GOMES, Ângela Maria de Castro. A Construção do Homem Novo. In: OLIVEIRA, Lúcia; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. São Paulo: Zahar, 1982.

¹⁸⁰BRASIL. *Artigo 136 da Constituição do Estado Novo*, outorgada em 10/11/1937.

para tudo que contestasse a um sistema de trabalho. Essa ideologia consolidada, na década de 1940, tinha o objetivo de:

(...) detectar também todo um estado político-ideológico de combate à pobreza que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. O meio por excelência da superação dos graves problemas socioeconômicos do país – cujas causas mais profunda radicava-se no abandono da população – seria justamente o de assegurar a esta população uma forma digna de vida, o que significa em última instância, conduzi-la ao trabalho.¹⁸¹

Diante da lógica trabalhista do período, o jogo do bicho enquanto prática e o “Complexo da Rua do Meio” como espaço eram vistos como contrapontos ao idealizado e desejado imagética e socialmente. No caso do “Complexo”, este era reconhecido como lugar praticante de prazeres efêmeros e compulsíveis e, por conseguinte, sem valoração social, onde a bebedeira, a irresponsabilidade, a falta de respeito às leis e normas de bons costumes interagiam no mesmo cenário. No entanto, um olhar mais apurado e microscópico nos ajuda a afirmar que há controvérsias em relação a essa análise.

Para refutarmos, temos antes de qualquer coisa que respondermos “o que é trabalho?”. De uma maneira *genérica*, seriam quaisquer atividades física ou intelectual, realizada por seres humanos, cujo objetivo é fazer, transformar ou obter algo. Essa é uma definição livremente concebida pela humanidade. Por uma melhor compreensão torna-se imprescindível relacionar o conceito de trabalho ao de Capitalismo. Seguindo esse raciocínio, para Ricardo Antunes¹⁸², o sistema capitalista teria um caráter tridimensional que, além de contar com o capital e o estado, tem no trabalho a sua base de sustentação e reprodução, gerando como consequência uma classe trabalhadora que se adjetivará enquanto a “classe que vive do trabalho”, ou seja, aqueles que têm na venda de sua força de trabalho – mão de obra – o seu sustento.

Dessa forma, colocamos em questão, mesmo numa dita ilegalidade, o modo como bicheiros, cambistas, arrecadadores, conferentes tiravam seus sustentos e de suas famílias através da venda do jogo, é o que nos afirma os cambistas Antonio Junqueira da Silva e Antonio Barreto, presos em flagrante sob a acusação de envolvimento com a jogatina na Rua Sales Barbosa: a partir da dificuldade financeira para sustentar as suas

¹⁸¹GOMES, Ângela de Castro. Op. Cit. P. 152.

¹⁸² Ver: ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

respectivas famílias, aceitaram fazer o jogo, tendo como rendimento 20% de comissão das “*poules*” apontadas. Afirmaram, ainda, que mesmo se tratando de ilegalidade aos olhos da lei, foi a forma “honesta” que encontraram para ganhar o pão de cada dia.¹⁸³ Segundo Guimarães (2006), o não reconhecimento da atividade da Loteria do Bicho como trabalho, e dos sujeitos que o organiza enquanto trabalhador, deve-se menos ao caráter da ilegalidade jurídica, do que às imagens fixas e estigmatizadas atribuídas tanto à mão-de-obra do bicho, quanto aos empregados de fábrica, indústria ou comércio legal e convencional. Conclui-se:

Assim como os bicheiros foram atribuídos características de vagabundos, por outro lado os trabalhadores formais também foram dados aqueles estereótipos. A fábrica seria um de seus espaços principais, ali a ordem, a disciplina e a produção caminhavam associadas, sempre sob os olhos atentos de algum supervisor ou gerente.¹⁸⁴

Além de se enquadrar como mais um grupo “que vive do trabalho”, cambistas, arrecadadores, conferentes e a organização do Bicho em geral, se realizam através de outras características da concepção de trabalho no capitalismo, dentre elas a divisão social, haja vista as múltiplas funções pré-estabelecidas e a busca pelo lucro atrelado a um sistema de circulação do capital.

Nessa lógica, destacamos também a noção de tempo. Conforme E. P. Thompson¹⁸⁵, o advento da sociedade industrial moderna provocou novas formas de trabalho e, por isso, uma nova concepção de tempo. Se foi o tempo dos camponeses, organizado e estipulado pela duração das tarefas, e com uma clara notação natural – dia e noite e as estações do ano – estabelecendo nesse novo contexto a racionalização do tempo, controlado e legitimado pelo relógio, surgindo algumas perguntas normatizadoras: quando chegou? quando saiu? a que horas foi almoçar? Com essa transformação, tempo se torna dinheiro, materializando-se na luta de classes e no processo constituinte da mais-valia. Seguindo esse raciocínio, inferimos que, tal qual a empreendimentos capitalistas, as Bancas do Bicho teriam no tempo algo importante para o desenvolvimento do seu lucro. As extrações ocorriam geralmente duas vezes ao

¹⁸³ Processo-crime: E: 2; CX: 5; Doc: 956. CEDOC/UEFS.

¹⁸⁴ MAGALHÃES, Felipe. Op. Cit. P. 171

¹⁸⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*: estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

dia, uma local, sorteada nas fortalezas¹⁸⁶, e a outra que variava entre a Loteria Federal, Estadual ou a chamada Pernambuco, que respeitavam uma temporalidade prévia. Cambistas e arrecadadores tinham um limite de tempo para entregar os talões, pois antes dos sorteios deveriam passar por uma conferência, ato garantidor de que a “*poules*” estivessem aptas para o sorteio. Após o resultado das roletas “mágicas”, ocorria uma segunda conferência para estipular os prêmios dos possíveis ganhadores. Diante do exposto, podemos estabelecer que o jogo para uns seria diversão, vício, paixão, mas para outros tantos, seria trabalho, sustento, forma de ganhar a vida ou fazer fortuna.

A atividade do Jogo do Bicho no “Complexo da Rua do Meio” articulou-se com outras práticas vistas aos olhos dos agentes da modernização feirense enquanto malditas, perigosas e ilegais, denotando numa relação espaço/sujeito – metonímia social – como um antro da perdição. Assim, policiadores e vadios que serão estudados nas próximas páginas, criavam de alguma forma fraturas no modelo de cidade, diversão e trabalho que se buscava instituir, nem que seja discursivamente.

¹⁸⁶ Não conseguimos encontrar com exatidão a localidade das fortalezas de bicho em Feira de Santana. Os indícios nos levam a acreditar que se localizavam no “Complexo da Rua do Meio”. Dos seis bicheiros principais, acreditamos que apenas Oscar Marques e Pedro Falcão faziam os sorteios locais, os demais banqueiros se articulavam entre eles.

3- Policiadores e Vadios: conflitos e interação na Rua do Meio

Feira de Santana, noite quente, Rua do Meio, quatro conhecidos (Bangu, Padaria, Padre e Zequinha) conversam, riem e bebem, tudo na maior galhofa e exagero, algo muito comum para aqueles homens das camadas populares. Dentre tantas tascas e tavernas da região, estavam reunidos no conhecido e cada vez mais difamado “Bar Fortaleza”. Parecia um dia como qualquer outro, se não fosse a presença incomum da tropa do Delegado Nathan de Medeiros Pereira. Antes que houvesse tempo para fuga ou algum melindre, os soldados Elísio Cerqueira Campos, Francisco Xavier dos Santos e Juraci Silva Lima enquadraram os confrades e, após algumas perguntas de praxe, resolvem levar todos para a Delegacia Regional, com objetivo claro de lavrar a ocorrência. Eis que aparecem alguns questionamentos, dentre eles: O que faziam de errado aqueles sujeitos? Se foram levados para a Delegacia, quais crimes ou contravenções haviam cometido?

Antes de tentarmos responder as interrogações, vale a pena destinar nossa atenção para o território propriamente dito – o que chamamos de “Complexo da Rua do Meio”. Não tenho o objetivo de depurar – separar espaço dos sujeitos – mesmo porque reconheço, a partir das concepções de Certeau (1985), que espaço nada mais é do que um lugar praticado, no qual a apropriação, o consumo ou os atos de resistências são vivenciados tacitamente por aqueles – sujeitos ordinários – que conformam o cotidiano. Assim, temos um imbricamento “siamês” entre sujeitos e espaço, dessa relação constrói-se deliberadamente o que denominamos de metonímia social. No entanto, admitimos que a imagem atribuída a este território – aos olhos da imprensa, intelectuais e gestores – entre as décadas de 1940-1960, era carregada de valores negativos e depreciativos. Eram comumente utilizadas adjetivações discursivas que contribuía para instaurar uma realidade imagética¹⁸⁷ carregada de preconceitos e interdição do espaço, especialmente entre o crepúsculo e a aurora. Incontáveis vezes encontramos nas páginas dos semanários, as seguintes expressões: “A célebre Rua do Meio”¹⁸⁸; “O antro da perdição da Rua do Meio”¹⁸⁹; “A famigerada Rua do Meio”¹⁹⁰.

¹⁸⁷ SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra. *Imagário Urbano: os diversos olhares na Formação do Imagário Urbano*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1997.

¹⁸⁸ Jornal Folha do Norte, 12/01/1952.

¹⁸⁹ Jornal Folha do Norte, 01/11/1952.

¹⁹⁰ Jornal Folha do Norte, 13/07/1957.

Essas definições aparecem nas reportagens com objetivos tanto de denunciar as ocorrências policiais, quanto de admoestar, sob o ponto de vista pedagogizante de civilidade – umas das funções da imprensa – os cidadãos tidos de bem, que, por curiosidade ou por descontração de suas pulsões, buscavam regalo por aquelas plagas.

Voltando aos nossos personagens, o que estavam fazendo de errado? E qual crime fora cometido? Para o Delegado que lavrou o auto de prisão, os soldados prenderam:

Em flagrante delito, vadiando na Rua do Meio, os seguintes pacientes: Antonio Alves de Moraes (Bangu); José dos Reis (Padaria); Geraldo Faustino (Padre) e José Oliveira dos Santos (Zequinha). São provas contra suas condutas o fato de não ter profissões definidas e todos terem entradas na polícia.¹⁹¹

Aos olhos dos “homens da lei”, aqueles indivíduos, famosos por seus comportamentos transgressores, interagindo num espaço imageticamente interdito e amaldiçoado, numa Feira de Santana com arroubos civilizatórios, não estavam ali simplesmente colocando a conversa em dia ou apenas de passagem, estavam eles vadiando e, mais do que isso, confabulavam crimes de maiores danos sociais.

Em que estava amparado o Delegado para definir o comportamento desses pacientes – quase réus – como vadiagem? Juridicamente, sua interpretação apoderava-se do mesmo decreto-lei 3368/41, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, citado no capítulo anterior, que instaurava a Lei de Contravenções Penais. Afinal, o que seriam essas chamadas Contravenções? Em termos jurídicos, o seu artigo primeiro declara: “Aplicam-se as contravenções às regras gerais do código penal, sempre que a presente lei não disponha de modo diverso”¹⁹². Em outras palavras, seria contraventora toda prática considerada ilegal que tivesse ação ou omissão voluntária, precedida de dolo ou culpa e que não tivesse declaradamente estabelecida no Código Penal em vigor. Assim, dentre tantas práticas comuns no território nacional, tornou-se contravenção: embriaguez, vadiagem, mendicância, dirigir sem habilitação, sujar vias públicas, perturbação da ordem e outras.

¹⁹¹Processo-crime – Estante 3; Caixa 64; Documento 1199

¹⁹² BRASIL. Lei nº 3688/41 – Artigo 1: *Lei de Contravenções Penais*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/del3688.htm> . Acesso em 19/02/2013.

Já sob o ponto de vista jurídico-sociológico, de acordo com Silva¹⁹³, as contravenções devem ser tomadas enquanto crimes-anãos, ou seja, aqueles de pouca potencialidade em lesar os interesses da sociedade, por isso suas sanções são menos severas que os crimes propriamente ditos. Dessa forma, para os contraventores, as penas principais seriam a prisão simples e multa. Portanto:

No Brasil a palavra contravenção traz uma ideia de ilicitude de menor importância que crimes, assim, é comum as pessoas dizerem: “é só contravenção” ou seja, a população ameniza ainda mais o que a lei pretende amenizar, nessa esteira, incute nas pessoas a ideia de que a contravenção não teria muita importância para nossa ordem jurídica¹⁹⁴

Nesse caso em questão, estava sendo observado o capítulo VII – Das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes, em seu Artigo 59:

Entrega-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meio bastante de subsistência ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita.
Pena: Prisão simples, de quinze dias a três meses.
Parágrafo Único: A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastante de subsistência, extingue a pena.¹⁹⁵

Para o jurista Waldyr de Abreu¹⁹⁶ (1968), a vadiagem pode ser qualificada como a entrega ao hábito da ociosidade, algo explicitamente declarado no artigo acima, mas que na jurisprudência pode referir-se também ao ato de prover a subsistência própria e da família mediante a ocupação vista como ilícita e não declarada enquanto uma profissão, ou seja, que não fosse reconhecida socialmente e amparada pelo Ministério do Trabalho. Essa concepção pode ser percebida no mesmo processo-crime que estamos analisando. Dos quatro “heróis ordinários”, Zequinha declarou-se serralheiro, mas no momento da prisão não exercia a profissão; Padaria conhecia a arte do fabrico de pão, mas havia mais de três meses que não se empregava nesse ofício, e para sustentar-se fazia bico de “gancho na construção civil”; Padre declarou não ter profissão definida, tirando seu sustento e da família através da inteligência no jogo, em especial no

¹⁹³ SILVA, Ivanilo Alves. *Jogo do Bicho: contravenção ou crime?* (Monografia Especialização). São Paulo: Universidade Faculdades Metropolitanas Unidas, 2006.

¹⁹⁴ Id., 2006, p. 11.

¹⁹⁵ BRASIL. Lei nº 3688/41 – Artigo 59: *Lei de Contravenções Penais*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/03/decreto-lei/dele13688.htm>. Acesso em 19/02/2013.

¹⁹⁶ ABREU, Waldyr de. *O Submundo da Prostituição, Vadiagem e Jogo do Bicho: aspectos sociais, jurídicos e psicológicos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1968.

Snooker; apenas Bangu confirmou ter uma profissão, no caso, a de pintor, e que estava exercendo-a, mas não conseguira provar, pois sua Carteira do Ministério, bem como o certificado de Alistamento e a Carteira de Identidade haviam sido perdidos numa viagem que fizera para a roça de sua propriedade.

No indiciamento dos agora “acusados”, o delegado Nathan de Medeiros Pereira remeteu à justiça a seguinte afirmação: “Todos estavam perambulando pela Rua do Meio e são reconhecidos marginais, tendo como única profissão, a malandragem. Vivendo da ociosidade, quando ainda são aptos ao trabalho digno”.

O advogado de defesa dos acusados buscou impetrar *Habeas Corpus* – dois foram negados – tentando desqualificar a acusação de vadiagem, no entanto a justiça acatou os termos e indiciou a todos. Ao olhar do magistrado, pesou como provas acusatórias: o histórico de prisões – todos haviam sido presos pelo menos uma vez –, coletivamente estavam envolvidos com jogos de azar – bicho, sinuca, carteadado, bingo – seja por diversão ou como meio de sustento; perambulavam diariamente nos becos e ruelas do “Complexo da Rua do Meio”; além disso tudo, tinham entre 21 e 29 anos de idade, não eram portadores de nenhuma moléstia ou deficiência e, por isso, eram aptos ao trabalho, se não o exerciam, deixavam claro a opção pela vadiagem.

Pois bem, baseado nesse enredo e nos indícios, o juiz José Ribeiro de Araújo condenou os réus à pena de dois meses de detenção simples e os gastos com do processo. Como já haviam cumprido 58 dias desde a data da prisão até aquele julgamento, receberam o alvará de soltura imediatamente, sob juramento de que iriam ocupar-se o mais breve possível, tornando-se capazes de suas próprias subsistências.

3.1- Por uma História da Vadiagem

A preocupação com os denominados vadios, vagabundos e ociosos no Brasil, perfaz-se numa lógica de longa duração. Muito anterior ao período republicano, aqui estudado, algumas leis já buscavam controlar e extirpar esse tipo de prática. Vejamos o que diziam as Ordenações Filipinas de 1603, regimento que teve validade em todo Império Português e que tratava das normas jurídicas e éticas da sociedade colonial, em seu livro V, título LXVIII, “Dos Vadios”:

Mandamos, que qualquer homem que não viver com senhor ou amo, nem tiver officio, nem outro mestér, em que trabalhe ou ganhe sua

vida, ou não andar negocendo algum negocio seu, ou alheo, passados vinte dias do dia que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou lugar, não tomando dentro dos vinte dias, amo ou senhor, como quem viva ou mestér, que trabalhe, e ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, seja preso, e açoitado publicamente. E se for pessoa, em que não caibão açoutes, seja degradado para Africa per hum anno.¹⁹⁷

Mesmo essas leis servindo para todos que viviam no Império Português, aqui em terras brasileiras, elas buscavam dar conta principalmente da categoria escrava. O temor pela rebeldia e fuga da base de mão-de-obra colonial guiava o controle cada vez mais explícito dos corpos e da liberdade daqueles que não se enquadravam no topo de uma sociedade pouco fragmentada e de relativa mobilidade social, pelo menos aos olhos da lei.

Com o processo de Independência brasileira consolidado, pelo menos do ponto de vista político, fora criado nos últimos momentos do reinado de D. Pedro I – 16/12/1830 –, o código Criminal do Império que, no Capítulo IV, parte IV dos crimes policiais, fazia referência a Vadios e Mendigos:

Artigo 295 – Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil de que possa subsistir, depois de advertência pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente.
Pena: de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.¹⁹⁸

Nesse primeiro código criminal brasileiro, nota-se que já se levam em consideração algumas transformações ocorridas na sociedade, particularmente no que tange o aumento populacional urbano e, por conseguinte, uma nova divisão da sociedade, baseada em classes, fato que proporcionou uma maior variedade de categorias sociais. Já não se tinha mais apenas a dicotomia senhor x escravos, por mais que a escravidão ainda se mantivesse de maneira estruturante, dotava-se a realidade brasileira de uma classe média urbana, formada por pequenos comerciantes e variados profissionais liberais. Essa mesma experiência ofereceu aos excluídos – negros libertos, brancos pobres, prostitutas, trabalhadores de rua, estrangeiros – diga-se de passagem a cada ano em maior número, a possibilidade de ameaça à ordem e à paz social. Preocupado com o controle dessa camada da população, depreende-se juridicamente na parte quarta do Código, no que concerne aos crimes policiais, uma maior atenção para

¹⁹⁷ *Ordenações Filipinas*, 1603. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acesso em 18/11/2013.

¹⁹⁸ BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*, 1830. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 18/11/2013.

com os mendigos e vadios. Inclusive para efeitos discricionários, são alocados como aqueles sujeitos incapazes de subsistência e de ocupação honesta.

De acordo com Walter Fraga Filho (1994), em sua pesquisa que busca compreender os fundamentos ideológicos e mentais que justificavam a repressão a setores da população, com o declínio cada vez mais acentuado da escravidão ao longo do século XIX, seria fundamental não apenas obrigar ao trabalho, mas principalmente submeter os pobres a um controle mais rigoroso. Assim a vadiagem:

Recobre, portanto, a intinerância e a ociosidade, comportamentos considerados ameaçadores à estabilidade social. Mesmo assim, a percepção do que era vadio ou ocioso era muito fluida. A vadiagem algumas vezes podia recortar categorias muito restritas de “ociosos”, o submundo de delinquentes que vivem à margem de trabalho honesto recorrendo a meios ilícitos de sobrevivência, tais como o jogo e o roubo. Outras vezes, abrangia todas as camadas livres pobres, tradicionalmente, vistas com inclinação para a ociosidade.¹⁹⁹

Acrescenta-se que, ao longo do século XIX, a concepção de trabalho passava por uma transição. Antes, tido como algo degradante e depreciativo, principalmente o trabalho braçal, passava naqueles fins de século a ser tomado enquanto uma qualidade ordenadora da sociedade, não sendo apenas a base da riqueza de uma sociedade capitalista, mas a linha divisória entre o ideário de civilização e o de barbárie. Coadunando com essa concepção, a historiadora Marina Vieira de Carvalho (2008) afirma:

Tratava-se da escolha dos novos valores que deveriam nortear o convívio social. Sendo assim, elaborou-se uma nova ética do trabalho. Tal ética visava transformar o labor na principal virtude da vida numa sociedade civilizada. O principal obstáculo a ser superado era a herança dos valores de uma sociedade escravista. O problema da definição da pobreza, durante o império, esbarrava na concepção sobre o trabalho que pesava na sociedade.²⁰⁰

Para Fraga Filho (1994), no século XIX imperial essa nova ética do trabalho ainda estaria numa fase discursiva, principalmente no que concerne aos desejos moralizantes das frações de classe mais progressista das elites provinciais. Para o

¹⁹⁹FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia. P.90

²⁰⁰CARVALHO, Marina Vieira de. Os vadios na Resistência ao Disciplinamento Social da Belle Époque carioca. In: *Anais Anpuh Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215388376_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-2.pdf> Acesso em 22/09/2013.

mesmo autor, isso se deve justamente à negativa de alguns homens pobres livres em não aceitar qualquer tipo de trabalho. Assim:

Na perspectiva dos pobres livres o que era considerado vadiagem, ociosidades, preguiça e indolência, poderia ser uma forma de não se deixar explorar ou dominar pelas redes de poder senhorial. Os contemporâneos repetidamente se referiam à recusa dos homens em fazerem as mesmas tarefas de escravos e viam isso como uma expressão de preguiça e indolência. Porém não trabalhar ou na perspectiva senhorial “viver em vadiações” podia exatamente significar para os pobres a reafirmação do status de livre.²⁰¹

Portanto, o trabalho no Brasil ao longo do século XIX passara por mudanças, sob o ponto de vista ideológico. Essas mudanças refletiram diretamente na definição e na imagética social em relação à figura do vadio.

Nos fins do século XIX, com a instauração do estado republicano, houve a necessidade da criação de um novo Código Penal, que referendaria aquela época. Dessa forma, antes mesmo da constituição de 1891, em 11 de outubro de 1890 foi promulgado pelo decreto nº 847 esse documento jurídico. A vadiagem dessa vez estava inclusa no Livro III – Das contravenções em espécie, no capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras. Assim, afirma o artigo 399:

Deixar de exercitar profissão officio ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestadamente ofensiva da moral e dos bens de costumes
Pena: de prisão cellular por quinze a trinta dias
Paragrafo 1º: Pela mesma sentença condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.²⁰²

Ao alocar os vadios na mesma seção dos capoeiras, explicita-se o quanto era temida e indesejável sua existência. Mais do que perambular de esquina em esquina, de localidade em localidade, como um errante sem domicílio fixo ou não exercer um ofício declarado e digno para subsistir, os vadios profanavam o discurso da ordem, do progresso e da modernidade. Em sua pesquisa sobre as classes populares na Salvador dos fins do século XIX, Josivaldo Pires de Oliveira (2008) diz:

²⁰¹ FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. P. 96.

²⁰² BRASIL. *Código Penal de 1890*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo>> Acesso em 18/11/2013.

Os primeiros anos de República no Brasil foram marcados por diversas medidas objetivando a legitimação do Novo Regime. Todo comportamento político ou social que fosse contrário à nova ordem estabelecida era considerado uma ameaça. Este argumento também era aplicado para as camadas populares que se constituiu em alvo de uma rigorosa política de controle social²⁰³

Para justificar a perseguição e a busca pelo controle dessa camada popular, aí incluir-se-iam os vadios ou vagabundos, o mesmo discurso republicano reconhecia a prática da ociosidade como porta de entrada para crimes mais graves contra o patrimônio – furto, roubo – ou contra pessoa – homicídio, lesão corporal latrocínio.

3.2-Vadiagem: uma experiência do não-trabalho

Desde o início da República brasileira observamos que o olhar vigilante em relação aos vadios coaduna com a nova visão que se tinha em relação ao trabalho. Se outrora este era reconhecido como uma punição, inclusive no código Criminal de 1830, para aqueles que fossem condenados pela prática da Vadiagem teria uma pena de oito a vinte e quatro dias de prisão com trabalhos forçados, já nessa fase o seu valor social seria outro, mais próximo da virtude, a base de desenvolvimento de uma nação que se queria desenvolvida, enfim um dos pilares da nova ideologia burguesa. Mesmo numa sociedade que já apresentava a marca da diversidade socioeconômica e que tinha consolidado outros tipos de relações sociais, ainda permaneciam as dicotomias, a lógica da absolutização. Não havia mais espaço para a antiga disputa livre x escravo, o que se apresentava seria uma diversidade de confrontos, dentre os quais destacavam-se : rural x urbano; civilizado x bárbaro; ordem x desordem e um das mais recorrentes trabalhador x vadio. Segundo Cristiane Rodrigues (2006), em sua pesquisa sobre a construção social e imaginária do vadio no Rio de Janeiro da virada do século, esta última dicotomia seria uma necessidade do discurso modernizante da República. Assim, teríamos mais uma vez uma lógica dialética de superação: de um lado a afirmação do trabalhador cidadão, e de outro lado a negação e depreciação do desocupado. Dessa forma:

A função do vadio seria ainda a de permitir a construção da imagem do cidadão, com base na contraposição cidadão x vagabundo, a

²⁰³ OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *Entre Vadios, Valentes e Mestre Capoeiras*. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_i/josivaldo_pires_oliveira.pdf> Acesso em 20/10/2013.

medida que se começava a buscar a representação do cidadão ideal, relacionado a figura do trabalhador.²⁰⁴

O projeto da elite brasileira seria transformar o cidadão em homem do trabalho, docilizado, disciplinado, obediente, repetitivo e previsível. Características essas que atentavam contra o espírito transgressor, um espírito que agia como força negativa e reativa ao modelo de poder imposto socialmente, que marcava a vida do sujeito vadio.

Ao longo da República Velha esse quadro pouco mudou, principalmente nos centros urbanos. Após a chegada de Vargas ao poder e, por conseguinte, a defesa de ações desenvolvimentistas, em que a política de industrialização e o pacto populista se tornaram protagonistas de uma valorização exacerbada do ideário de trabalhador, fora potencializado um cabedal de práticas de repressão social. Portanto, pelo prisma das políticas de controle dos ditos “indesejáveis”, “inimigos do progresso”, a Revolução de 1930²⁰⁵ intensificou e consolidou tendências já presentes nas décadas republicanas anteriores. Segundo Gustavo Accioli Lopes (2003), em sua pesquisa sobre a vadiagem e a repressão policial no Recife Republicano:

O encontro da repressão social e das políticas higienistas dá-se, desta forma, no campo mais amplo da modernização autoritária, a modernização por cima, iniciada na primeira República e acentuada no Estado Novo. De um lado a não adequação das classes populares aos moldes dos hábitos modernos e a persistência de comportamentos tradicionais entre os populares passaram a serem considerados uma ameaça aos planos de modernização da República, que os enquadraram na forma da contravenção, que incluir-se desde o não trabalho ou as formas não reconhecidas de trabalho aos hábitos prejudiciais a ordem e a adequação ao mundo do trabalho moderno, como a mendicâncias, jogo, embriagues, etc.²⁰⁶

Enfim, a República de Vargas e, mais precisamente, seu projeto populista marcaram-se senão como um Estado Totalitário, no mínimo como autoritário²⁰⁷, no qual a sociedade brasileira estaria submetida a uma vigilância constante e cujo aparato estatal

²⁰⁴ RODRIGUES, Cristiane. *A Construção Social do Vadio e o crime de Vadiagem (1886-1906)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. P.13.

²⁰⁵ Pensamos diferente da concepção de Boris Fausto, na qual o movimento Revolucionário de outubro de 1930 colocou o país em outro patamar e que a experiência de descentralização e mandonismo local inscreve-se definitivamente num longínquo passado. Ver: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. Historiografia e História. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

²⁰⁶ LOPES, Gustavo Accioli. *A Cruzada Modernizante e os Infiéis no Recife (1922-1926): Higienismo, Vadiagem e Repressão Policial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. P.46

²⁰⁷ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a Polícia da Era Vargas*. Brasília: Ed UNB, 1994.

não mediria esforços em controlar, quando não liquidar determinados grupos que, de uma maneira ou outra, atrapalhassem a implementação de seus projetos.

Vimos até aqui um breve panorama histórico da vadiagem no Brasil, mais detidamente sob a ótica jurídico/legal representativa do discurso e do interesse estatal e, por consequência, das camadas dominantes. Por mais que o conceito seja encontrado na longa duração, percebemos ajustes de compreensão e notamos o quanto o poder de dizibilidade da língua²⁰⁸ é capaz de marcar os sujeitos numa dada realidade histórica. Dessa forma, por mais que existissem a presença e a marca da vadiagem no Brasil colonial – definido pela Ordenação Filipina, sua concepção difere em atributos sociais da conceituação na República Velha. Da mesma forma que esta se diferencia do período que propomos analisar (1940-1960). Para nos ajudar na conceituação do que seria vadiagem, optaremos por utilizar os significantes desse vocábulo em dois Dicionários da Língua Portuguesa. Para Eni Orlandi (2002), os dicionários são:

(...) um instrumento linguístico que, juntamente com a Gramática, garante a unidade – imaginária de uma língua nacional. É produzido em determinadas condições sócio-política-econômica e é um objeto tangível que permite um sujeito relacionar-se com a língua na História.²⁰⁹

Escolhemos o Dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva, em sua edição de 1922, lembrando que a primeira edição deste remonta aos fins do século XVIII, sendo considerado por pesquisadores como um dos primeiros dicionários monolíngue de nossa língua. Já o segundo dicionário foi organizado por Laudelino Freire e publicado em 1942 durante o Estado Novo. Se o primeiro mantinha uma estrutura da Língua Portuguesa antiga, o segundo se apresentava como autêntico representante da cultura brasileira, particularmente por trazer verbetes específicos da cultura popular. Esses Dicionários reproduziram o saber sobre a língua da nossa sociedade em épocas distintas e, por isso, podem ter servido de instrumento e mecanismos de consolidação e manutenção de determinados significados sociais das palavras.

²⁰⁸ Para Michel de Certeau, a língua é o sistema e a palavra um ato. É nesse cenário que ocorre o poder da dizibilidade, no qual os atributos sociais que marcam os estigmas são reproduzidos historicamente. Mas também é nesse mesmo cenário que ocorre o jogo da subversão, as táticas e astúcias para driblar o instituído. Ver: CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁰⁹ ORLANDI, Eni. *Língua e Conhecimento Linguístico para uma História das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez. P.101.

Vejamos como aparecem os significados do vocábulo em questão. No Dicionário da Língua Portuguesa de 1922, encontramos os verbetes: **Vadio**, **Vadiação**, **Vadiamente**: o 1º - “O que não tem amo ou senhor com quem viva, nem trato honesto, negócio, ou mester, ou officio, emprego, nem modo de vida, vagabundo, ocioso. O que não é arriegado na terra, e vive nella de sua indústria;” 2º - “Vida de vadio”; e o 3º - “Errante vagando ociosamente”. No Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa (1942), encontramos: **Vadio**, “que não tem ocupação ou que não faz nada. Que vagueia, vagabundo, próprio de gente ociosa”; **Vadiagem**, “vida de vadio, vadiar, andar ociosamente de parte para outra, passar a vida ociosa, não ter officio e nem emprego, anda em pagodeiras”.

Percebe-se que o primeiro dicionário, mesmo em edição do século XX, mantém os significados do vocábulo atrelado a uma realidade histórica de sua primeira edição, tanto que no verbete vadio sua significação faz uma alusão direta às Ordenações Filipinas. Já no segundo dicionário, temos os significados de seus verbetes em relação direta com a concepção do trabalhismo²¹⁰ varguista, que coaduna com um projeto nacionalista que vendia um ideal de justiça social, com a capacidade de transformar o Brasil. Nessa concepção, o vadio seria a antítese, o perigo iminente ao desejado, e linguisticamente funcionava como o não-trabalhador, a contradição e o paradoxo de um projeto de pátria e de democracia social pelo trabalho.

Em Feira de Santana – como já explicitado no processo-crime inicial – havia grandes preocupações com a contravenção da vadiagem. Essa atenção aos sujeitos vadios é destacável no Código de Postura de 1937, lançada na gestão do prefeito Theódulo Carvalho. Assim justifica-se no projeto de Lei:

O Dr, Theodulo Carvalho, no uso de suas atribuições e considerando que o código municipal em vigor datado de 1893, não satisfaz as necessidades reclamadas pelo progresso da cidade, considerando que a técnica moderna favoreceu as cidades com, elementos inteiramente novos, para os quaes (sic), faz-se mister crear (sic) legislação adequada. Considerando que a prática, nas grandes cidades, vem orientando as respectivas municipalidade no sentido de adoptarem novos códigos compatíveis com a época presente; considerando finalmente que é imperiosa a necessidade de se outorgar a cidade de Feira, um código compatível com as exigências de seu progresso.²¹¹

²¹⁰Como já falado, este Dicionário fora lançado em 1942, momento de intensa repressão e controle por parte do Estado Novo. A presença do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão fiscalizador da Ditadura Varguista, agia deliberadamente. Portanto, essa produção contou com sua autorização.

²¹¹ FEIRA DE SANTANA. *Código de Postura*, 1937. P.1.

As posturas municipais funcionavam como normas jurídicas, e teria o objetivo de disciplinar, em especial, o ambiente urbano e mais ainda, em particular, os sujeitos que eram assumidamente reconhecidos inimigos e detratores do progresso. Assim, conforme Stella Bresciane (1998), fora comum nas urbes brasileiras:

Uma intervenção por meio das reformas na estrutura física das cidades, importando uma imagem que favorecesse o controle a modificação dos costumes, hábitos e modos de comportamentos dos habitantes das cidades, especialmente as camadas populares.²¹²

Dessa forma, com o Código de Postura em questão, buscava-se adequar a “Princesa do Sertão” aos ditames de um Brasil que se queria moderno e civilizado. Seguindo esse ponto de vista, merece atenção especial o capítulo concernente aos Hábitos Urbanos, artigo 148:

Todo indivíduo de qualquer sexo ou idade que for encontrado sem ocupação ou em estado de vagabundagem será mandado a presença da autoridade policial competente, para que esta providencie na forma da lei.²¹³

Esse capítulo tem a preocupação de normatizar o setor urbano, ainda mais que nessa década os ventos do progresso e da modernização sopravam cada vez mais com intensidade para os lados do altiplano feirense. Esses ventos traziam consigo mudanças, num primeiro momento, de cunho estrutural paisagístico, destacando-se o alargamento de ruas, melhoria no asseio e na iluminação pública, e construção de praças e jardins. Sendo assim, já se teria na década de 1940 uma novíssima Feira de Santana que, pelo menos, em discursos e algumas dotações urbanísticas procurava afastar-se de um passado rural, sertanejo e, por isso, considerado atrasado. O grande poeta e cronista Eurico Alves Boaventura testemunhou tais mudanças. Vejamos o que ele declara:

Até a quarta década do século metamorfoseava a velha cidade provinciana, em lenta sugestão de capital minúscula. Em 1940, daí para frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana. Como seguro petardo do progresso da noite para o dia o

²¹² BRESCIANE, Stella. *Imagens da Cidade: Século XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 2002. P.54.

²¹³ FEIRA DE SANTANA. *Código de Postura*, 1937. p.36.

comércio sacudiu a cidade (...). O tempo mudou as facieise minha cidade.²¹⁴

Esse seria o retrato de uma urbe redesenhada, o progresso lhe trouxera ruas largas, paisagens iluminadas pelas lâmpadas elétricas e, cada vez mais, os espaços riscados por máquinas velozes, vindo dos quatros cantos do Brasil. Enfim, seria a imagem de uma cidade que se queria metrópole ou, no mínimo, capital regional interiorana, que vislumbrava com entusiasmo a sua movimentação comercial, grande financiadora daquelas mudanças. É válido acrescentar que o desenvolvimento urbano, em especial as intervenções que causaram a remodelação infraestrutural, parte integrante visível do dito progresso desejado, seguiu um ritmo contínuo e prolongado durante o recorte temporal desta pesquisa.

Podemos perceber essas transformações também através das taxas de urbanização, durante quatro décadas consecutivas:

1940	23,61%
1950	31,97%
1960	49,30%
1970	70,71%

Fonte: Anuário Estatístico de Feira de Santana, 1998.

Essas taxas dizem respeito às políticas de urbanização implantadas pelo poder público, cujos números são balizados pelos investimentos feitos em iluminação pública, reforma sanitária e desenvolvimento arquitetônico. Entre as décadas de 1940 e 1960, nas quais os investimentos foram significativos, as taxas mais do que duplicaram. Analisando essas mudanças, a Folha do Norte nos fins da década de 1950 publica:

Sob muitos aspectos, Feira de Santana é uma cidade única no interior baiano. Não é tanto pelo movimento comercial, que é enorme todos os dias, é, sobretudo pelo seu espírito de pioneirismo e progresso que a cidade mostra em seu próprio traçado, de ruas largas e de praças ampla. Por sua vez o feirense, com orgulho para as campanhas de melhoramento e exaltação a Feira. (...) Passam caminhões, quase (sic) que essa terra da feira é uma ilha cercada de caminhões por todos os lados (...). Toda a cidade é um corpo humano, cheio de sangue nas veias, pulsando e crescendo como fosse um vulcão surgindo de

²¹⁴ BOAVENTURA, Eurico Alves. *A Paisagem Urbana e o Homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2006. P.83.

repente no taboleiro (sic) das novidades. É para se ver que a feira não pode parar²¹⁵

Este fragmento foi estampado na capa do semanário. São palavras de exortação plena ao desenvolvimento da urbe e ganhou relevância por ter sido publicado em primeira mão num diário da capital, o “Jornal da Bahia”, assinado por um colaborador que, ao conhecer a “Princesa do Sertão”, encantou-se pelo projeto urbanístico implantado, resolvendo tecer essas láureas.

Mesmo com esse aumento significativo na taxa de urbanização, devemos deixar claro que a quase totalidade desses investimentos ficou restrita ao centro da cidade²¹⁶. Justamente essa faixa do perímetro urbano, além de modificada com as obras estruturais e estéticas, sofreu com o olhar de vigilância, direcionado a todos aqueles sujeitos que circulavam no seu entorno. O espaço representava o cartão postal da cidade e por isso deveria ser zelado. Como salvaguarda disso tudo, tínhamos em nível nacional os já citados Código Penal, as Leis de Contravenções e, localmente, o Código de Posturas.

Para Rodrigues (2006), justamente nesses espaços centrais, supervalorizados pelo projeto republicano, aconteceram alguns conflitos. Pois, como parte integrante do processo, deveriam ser extirpados os indivíduos “não-civilizados”, ou seja, aqueles que de alguma forma comprometessem as imagens de cidade moderna e progressista. Portanto, esse espaço representava ao mesmo tempo o núcleo lúdico e de trabalho, concentração de lugares de diversão e ócio, implantação espacial das luzes da cidade e, subliminarmente, do ambiente urbano propriamente dito, através de uma disponibilidade de controle no sentido mais lato.

Acrescenta-se que até por volta de meados da década de 1950, a região central de Feira de Santana se configurou por um regime misto, ou seja, ao mesmo tempo seria zona comercial e residencial²¹⁷. No entanto, com o grande aumento populacional, fato que impulsionou o comércio local, a região paulatinamente tornou-se comercial. Inclusive essa transição foi feita com a aquiescência do governo municipal, como pode ser demonstrado pelo decreto nº 490 de 09/08/1950, assinado pelo então prefeito Aginaldo Soares Boaventura (1948-1951). Este documento estabeleceu o termo de desapropriação de imóveis no centro da cidade para fins comerciais. Nesse contexto,

²¹⁵Jornal Folha do Norte, 18/07/1959.

²¹⁶ Além das Ruas que compõe o “Complexo da Rua do Meio”, faziam parte do centro comercial de Feira de Santana: Avenida Getúlio Vargas e Senhor dos Passos e as Ruas: Conselheiro Franco, Desembargador Filinto Bastos, Visconde do Rio Branco e JJ. Seabra.

²¹⁷ Ver: OLIVEIRA, Sidiney de Araujo. *Desenhando uma avenida feliz*. Feira de Santana: Ed Uefs, 2012.

tornou-se perceptível também a migração, de forma voluntária²¹⁸, daqueles mais afortunados para outras áreas da cidade, com destaque para as que ficavam na extensão da Avenida Getúlio Vargas – no sentido contrário à área comercial – formando posteriormente os bairros da Santa Mônica, Capuchinhos e Kalilândia ou, ainda, territórios mais distantes, como a localidade do Sobradinho e do Jardim Cruzeiro. Dessa forma, já nos fins dos anos 50, o centro tradicional restringia-se às atividades mercantis, e as poucas residências ainda resistentes funcionavam, a sua maioria, no modelo de pensões, reservadas às classes populares. Mais uma vez as páginas da Folha do Norte testemunham os fatos:

Pensões alegres entre as famílias: causa justificado espaço junto a sociedade feirense o tanto de pensões alegres que vão se instalando nos mais requintados bairros residenciais de nossa cidade, como se sabe há um grande número de casas desta ordem à Rua Sales Barbosa, Praça Frões da Mota e outros pontos residenciais²¹⁹

Justamente no centro comercial de Feira de Santana, espaço destinado aos maiores investimentos nos melhoramentos e que mais sofria com o olhar vigilante do controle, que estava alocado o “Complexo da Rua do Meio” e seus afamados sujeitos. A imprensa, em sua dupla função – olhar vigilante e denunciamento nas letras –, criou fato e explicitou o dito incômodo:

A polícia precisa tomar providência contra as desordens da famigerada “Rua do Meio”. Não é possível que fique o sossego público a mercê dos atentados dos vagabundos, bêbados, arruaceiros e prostitutas que transformam a Rua do Meio num pandemônio de violências que deixa sobressaltados os moradores do centro da cidade. A Rua do Meio é a chaga da Feira²²⁰

Nesse território considerado maldito, o “Complexo da Rua do Meio”, os locais de maior temor ficavam por conta dos Becos e Ruelas. Os mais notórios na imprensa seriam: Beco da Energia, Beco do França e Beco do Mocó. Um adendo se faz necessário, mesmo estando localizado no entorno das principais artérias citadinas, estes becos não foram atingidos pelos investimentos da municipalidade. Mais do que um

²¹⁸ Para observar esse movimento basta analisar a quantidade de imóveis vendidos ou postos à venda no centro de Feira de Santana para fins comerciais na coluna “Indicador”, espécie de Classificados da Folha do Norte.

²¹⁹ Jornal Folha do Norte, 24/07/1951.

²²⁰ Jornal O Coruja, 20/05/1956.

simples espaço físico que sofria com a falta de investimentos infraestruturais, estes seriam um espaço social onde os sujeitos sofriam com as marcas da estigmatização. Nessa relação sujeito/território, ambos eram visto como degradados. Para Sandra Pesavento (1999), em seu estudo sobre os Becos na cidade de Porto Alegre republicana:

O centro era a área na qual se centralizavam as ações da municipalidade e o beco o espaço maldito e condenado. Tais espaços, definidos como tortos, estreitos, mal calçados, irregulares, enlameados e mal iluminados comportavam edificações também qualificadas por uma linguagem de estigmatização que abarcava a “alteridade condenada”, tendo em vista as suas utilizações²²¹.

Conforme o discurso da interdição moral e estética, esses espaços deveriam ser controlados e desejavelmente extirpados. A sua manutenção seria impropriedade para uma cidade que seguia o trilho da modernização. Mais uma vez a imprensa se utilizava de seu lugar para fiscalizar o momento e relembrar a trajetória idealizada para a terra de Padre Ovídeo. Vejamos o editorial denominado “Tradição ou Descaso?”:

A Feira em sua formação, no tempo de atraso e da falta de engenharia, possuía muitas vielas que tinham os seus nomes bem originais e dentre eles, podem citar os seguintes: Beco do Galo, hoje Rua Líbano de Moraes; Salto do Bode, desaparecido por completo; Tranca de Pedro Miséria, Rua Piedade; Pilão Sem Tampa, hoje Rua Cristovam Barreto; ainda ficado com a Baixinha, embora tenha hoje o nome de 02 de Julho, ainda não deixou de ser uma viela, se bem que modificada no seu aspecto, com casas de boa aparência (...). O fato é que toda viela, por melhor aspecto que tenha, além da má impressão, tem a inconveniência da falta de higiene, pela escassez do espaço para o número de resistências, sem a ventilação, o que provoca graves consequências. Estamos na época das avenidas, os tempos das vielas já passou e não deve ser lembrado nem mesmo por tradição, o que devemos seguir é a evolução tempo, acompanhando suas regras de higiene do bem geral, dando à Feira um traçado que ela bem merece.²²²

Nota-se que mesmo vivendo a década de 1950, ainda havia espaço para o discurso higienista e a preocupação com a salubridade, ambos concatenados com os ideais estéticos. Vielas, becos, pontas de rua atentavam diretamente ao projeto desenvolvido na cidade. Como a própria reportagem esclarece, alguns desses espaços

²²¹ PESAVENTO, Sandra. Lugares Malditos: a cidade do outro no Sul Brasileiro. *Revista Brasileira de História*; Vol. 19; nº37; ano 1999. P.27

²²² Jornal O Coruja, 23/01/1956.

foram vencidos pelo progresso, mas outros ainda estavam para ser vencidos, dentre os quais os que compunham o Complexo da Rua do Meio.

Como já foi mencionada, a preocupação central ficava por conta da interação desses espaços com os sujeitos considerados malditos. Se não havia uma possibilidade real de extingui-los, havia uma preocupação inicial em controlar seus comportamentos e paulatinamente desenvolver estratégias para expulsá-los. Para dar cabo a esse projeto, além do discurso modernizante emanado por uma elite dirigente e o olhar fiscalizador da imprensa, juntavam-se a estes a atuação do Poder Judiciário. Para demonstrar essa articulação, trazemos à tona dois processos-crime que envolviam prostituição: **primeiro** - Alice Alves Cruz, proprietária de uma casa de prostituição, situada na rua Leonardo Pereira Borges, conhecida como Beco do Ginásio, que constituiu advogado para pedir, junto ao juiz de direito Dibon White, *Habeas Corpus* preventivo, ante a ordenação de desalojamento feita pelo Delegado Antídio Matos. Assim procede:

Os fatos: Em data de ontem, as pacientes foram convidadas à presença da mencionada autoridade coatora lhe assinou o prazo de até o próximo domingo para abandonar os prédios em que residem sob pena de serem presas ao amanhecer da próxima segunda-feira.

Resposta do delegado ao Juiz: informo que efetivamente no uso das atribuições que me confia à lei, determinei que as mundanas residentes, ao conhecido Beco do Ginásio, fossem dali retiradas para lugar já designado pela polícia em face de vários pedidos de providência das famílias residentes nas Avenidas Senhor dos Passos e Rua Visconde do Rio Branco, visto a falta de moral das referidas mundanas naquelas artérias.²²³

Observa-se a necessidade de expulsar as meretrizes desses espaços, para isso, usam-se como justificativas não a ilegalidade criminal, mas o conceito de moral e a afronta aos bons costumes. Além disso, deve-se ser levado em consideração que o Brasil, enquanto signatário da Organização das Nações Unidas (ONU), apoiava a declaração da Convenção de Lake Success (1950) que declarava o fim da criminalização das prostitutas. Seguindo o processo, atenção para a justificativa e veredicto do juiz:

Justificativa: Se esta autoridade tomou essa medida, o fez em bem da sociedade local, uma vez que o Beco do Ginásio transformou-se num verdadeiro antro da promiscuidade, onde frequenta a mocidade em

²²³ Processo-Crime: Caixa 93; Estante: 04; Documento: 1916. CEDOC-UEFS.

formação, transformando a rua em verdadeiro bacanal, que deprime a qualquer cidade civilizada (sic) e mais ainda com Cine Santanópolis a inaugurar, tem por força da circunstancia ser o beco uma passagem obrigatória da família feirense.

Veredicto: O Juiz julga improcedente o pedido de Habeas Corpus as mundanas.

Fica clara a intenção de afastar as prostitutas daquela localidade, utilizando para isso a ideia de salvaguardar os costumes e defender o futuro da juventude local. Não foi possível precisar o que aconteceu com aquelas, se saíram ou ficaram? No entanto, muito provavelmente essas mulheres foram deslocadas para a área do Minadouro, zona que se destacou no imaginário masculino feirense como zona de prostituição, a partir de meados da década de 1960.

O **segundo** processo-crime demonstra mais explicitamente os anseios por afastar a prostituição das ruas centrais. Esse é datado de 1963 e também aparece como um *Habeas Corpus* preventivo impetrado pela proprietária, Laura Arruda dos Santos, de um bordel, localizado na Rua Sales Barbosa, nº 417 – Rua do Meio de baixo –, tendo como motivo a ordem de despejo dada pelo delegado regional Manuel de Oliveira. O agente da lei prontamente justifica sua ordem:

Esta delegacia não tem nenhuma pretensão em mandar prender as pacientes, proprietária de Casa de Tolerância à Rua Sales Barbosa e sim convidá-las a acabarem com a casa de meretrício, passando para outro ramo comercial, tendo em vista que na referida artéria, já funciona parcialmente o comércio, porem, as famílias são impedidas de transitar ali, em consequência de ainda restarem seis casas de vida livre.²²⁴

Visto a justificativa do Delegado, nos parece evidente a necessidade das meretrizes desocuparem o espaço, para com isso abrir caminho ao comércio, que de uma vez por todas assumiriam os imóveis da referida área. Assim, o juiz nega o *Habeas Corpus*, defendendo a atitude do Delegado. Além do mais se tratava de uma medida moralizadora, zelando pelas “famílias” desta cidade. Compete de fato à autoridade policial fiscalizar o meretrício, impondo corretivos e medidas indispensáveis, acautelando os bons costumes, vigiando o contingente de excessos.

Acrescenta-se que o magistrado era o mesmo do processo anterior – Dibon White – e seu veredicto teve a mesma apreciação – negação do *Habeas Corpus* – pois

²²⁴ Processo Crime: Caixa 99; Estante: 04; Documento: 2056.

em seu entender a ordem não era de expulsão, mas de encerramento da atividade prostitucional naquele território.

Não eram apenas as meretrizes que mereciam os olhares vigilantes, coabitavam aquele território outros sujeitos que recebiam atenção na mesma proporção. Mais uma vez a imprensa nos alerta:

(...) cabarés baratos e turbulentos, bares abertos dia e noite, com potentes altos falantes ligados a todo volume, as reuniões dos canalhas, da malandragem, das decaídas, que vão buscar ali, o malguardado e vergonhoso pão, fazendo da Rua do Meio uma orgia contínua, inacabável, que se agrava anoite e continua pelas infundáveis madrugadas do vício e da corrupção (...) Aqui, infelizmente o manguê é soberano e nada se faz para conte-lo, silencia-lo ao menos, pois, quando a noite desce sobre a cidade, as esquálidas messalinas se misturam com os capadócios ...²²⁵

Assim, junto daquelas havia os larápios, lanceiros, jogadores e os famosos capadócios, que nada mais são do que outra substantivação para os ditos vagabundos, vadios ou desocupados.

3.3- Vadiagem e Desordem: conflitos, interações e Violência na Rua do Meio

Do ponto de vista jurídico, já estabelecemos o que seria o crime de vadiagem, principalmente qual seriam as interpretações de Delegados e Magistrados. No entanto, nos alude outro questionamento: o que seria socialmente essa prática e como definir imagetivamente esses sujeitos? Para Marcos Bretas (1999), a prática da vadiagem seria uma acusação genérica, quando nada mais consistente poderia ser provado, a marca do ser vadio realçava socialmente. Dessa forma, poderia ganhar essa alcunha uma gama de categorias em que incluir-se-iam desde aqueles que não tinham meios para o sustento próprio, no caso de mendigos e não-empregados, passando por sujeitos que desempenhavam ocupações moralmente condenáveis, destacando-se prostitutas, jogadores e cambista de Bicho ou até mesmo aqueles trabalhadores de rua, sem vínculos empregatícios, engraxates, carregadores, quituteiras, etc.

A legião desses sujeitos representava doses grandes de temor, pelo menos aos olhos da camada dominante. De onde surgiu esse sentimento? Esse seria oriundo de uma pseudodesordem que a existência dos sujeitos “malditos” poderia representar. É

²²⁵ Jornal O Coruja 20/05/1956.

válido acrescentar que essa conjuntura estava sendo construída basicamente no campo da especulação, pois efetivamente partindo do ponto de vista da violência física contra pessoa ou patrimônio, a prática da vadiagem teria dolo nulo, no máximo sua existência atentava contra a ordem e os valores legais.

Nessa linha de raciocínio, na Feira de Santana, o lócus da vadiagem seria o “Complexo da Rua do Meio”. Além dos afamados prostíbulos, bares, cafés e o próprio Mercado Municipal, alguns outros locais no entorno desse território serviam de ponto de encontro e reunião para esses “inimigos do progresso”. Apresentaremos alguns desses, através das denúncias dos semanários feirenses:

A grande quantidade de vagabundos que se dizem carregadores e que se reúnem em frete do Abrigo Santana e na Porta do Bar Recife – pontos de ônibus de Conquista a Jequié – a jogarem chapas de carro e pio, nascendo sempre, como é comum nesses ambientes, discussões e brigas (...). Que impressão terá o visitante que, passando por aqui, encontrar tal ambiente?²²⁶

Nessa reportagem intitulada de “Vagabundos”, percebe-se a relação de nomenclatura ontológica do vadio, com o ser vagabundo. Deixa-se claro também o quanto esses sujeitos poderiam afamar negativamente a urbe aos olhos dos viajantes que, por ventura, aqui pousassem. O local dessa reunião descrita é a Praça da Bandeira, muito próximo do Paço Municipal, local em que, segundo o tom de apresentação do articulista, deveria redobrar-se a vigilância.

A outra reportagem, dessa vez da Folha do Norte, diz:

O parque Bernadino Bahia é hoje o centro de reunião dos malandros. Parece que todos os desordeiros e malandros da cidade elegeram o referido parque para os seus destinos, brigas, etc. Pratica desde algazaras, até os piores atos, sem que sofram objeções. Em dias desta semana, dois desordeiros brigando, atingiram com uma pedrada, uma senhora que passava no momento.²²⁷

Nessa nota, o articulista denuncia o local enquanto ponto de reunião-mor da malandragem feirense. O mais realçado na denúncia fica por conta que a Praça Bernadino Bahia²²⁸ fora, especialmente na década de 1930, um dos símbolos do projeto

²²⁶ Jornal O Coruja, 16/12/1956.

²²⁷ Jornal Folha do Norte, 06/01/1951.

²²⁸ Segundo dados do orçamento de Feira de Santana, no ano de 1944 houve um gasto médio mensal de 1:071200 com asseio público; 5:950500 com obras públicas e melhoramento e 1:296200 com iluminação. Desses valores, boa parte buscava embelezar a cidade, tendo as praças, ruas e prédios públicos como alvos principais.

de modernização pelo qual a urbe passara, com seus jardins, bancos, iluminação e inclusive banheiros públicos – únicos até então na cidade –, além do cata-vento – símbolo da produção de energia em tempos anteriores –, transformado naquele momento no “antro de vadios”, um atentado não só ao patrimônio público, mas também à memória recente da cidade. Além de tudo isso, um agravante, pela primeira vez nas fontes consultadas aparece com destaque a vadiagem relacionada com um caso de violência, algo que não era muito comum no teor dessas reportagens sobre a vagabundagem.

Em menos de três meses mais uma vez a Praça Bernadino Bahia voltou a ser tema de mais uma publicação esclarecedora do Jornal Folha do Norte. Dessa vez, na seção “coisas da cidade”, coluna que buscava alertar a sociedade para os problemas cotidianos contínuos:

O jardim da Praça Bernadino Bahia há muito tempo que está abandonado. E o abandono continua. Esta é as condições que se acha o jardim: o passeio cheio de buracos, sem grama, com os bancos todos arrebentados, com arvores mal cuidadas, completo as escuras, servem de albergue noturno e mictório²²⁹



Foto 20: Praça Bernadino Bahia, década de 1940.

²²⁹ Jornal Folha do Norte, 24/03/1951.

Pensando a relação entre as reportagens, notamos que a primeira denominou a Praça de “reunião de malandros e desordeiros” – designações outras dos vadios; e a segunda, ao apresentar os problemas físicos e a decadência estética do local – como mostra a figura 4 – buscou atrelar a decadência moral/social com a física/estrutural, numa construção simbiótica, onde o espaço deteriorado se articulava como lócus de desocupados, quando não, de criminosos.

Um adendo se faz necessário, as motivações para esse tipo de matéria, que de alguma maneira depreciava nem que seja momentaneamente a Princesa do Sertão, poderiam estar relacionadas às questões político-partidárias. Pois quando ocorreram essas publicações, o município era administrado por Almachio Alves Boaventura (1951-1955), inimigo político do grupo editorial do Jornal Folha do Norte, sob a liderança de Arnold Silva, ex e futuro prefeito da urbe. Nada de novo, pelo contrário, a disputa pelo poder através das letras dos Semanários²³⁰ fora algo recorrente na história política de Feira de Santana.

Para fecharmos a geografia da vadiagem no centro comercial, mais uma nota jornalística: “Os marreteiros continuam a agir imperiosamente nesta abandonada e bela cidade. Fizeram quartel general na Praça dos Remédios. E lá eles ficam a espera dos incautos para marretar”²³¹.

Temos assim mais uma indicação de local a ser evitado no “Complexo da Rua do Meio”, mesmo com a proximidade da Igreja dos Remédios, seria um dos locais mais perigosos, insalubres e malditos. Lócus dos larápios e de muitos daqueles que se afastavam de uma vida baseada no trabalho e na ordem, enfim um lugar da diferença, espaço que servia como contraponto ao que se projetava para o desenvolvimento da urbe.

Portanto, uma cidade que já se estabelecia enquanto “capital regional”, vista por muitos como desenvolvida e que tinha como pilares para esse crescimento: o trabalho, a família e a ordem, a teimosa existência dos sujeitos vadios, em suas várias facetas e nomenclatura, apresentavam-se como um problema que custava a se resolver. Justamente

²³⁰ Não era nenhuma novidade que o editor-chefe ou até mesmo o proprietário desses veículos de comunicação estivesse exercendo algum cargo político. Na mesma proporção também existiu órgão de imprensa com objetivos oposicionistas, principalmente acerca da administração municipal. Um caso marcante foi a criação do semanário “A República”, pelo então candidato à intendência Abdon de Alves Abreu, com intenção de desmascarar e criticar o mandato do Coronel Tito Rui Bacelar. Após algumas trocas de acusações e veleidades, Abdon acaba eleito. Para não ficar por menos, o grupo do Coronel funda em 1909 o Jornal Folha do Norte, que acaba se tornando o mais tradicional e antigo em circulação no interior da Bahia.

²³¹ Jornal O Coruja, 18/08/1956.

nesse contexto, dois desejos tornavam-se prementes. O primeiro deles seria a extirpação por completo desses grupos, algo um tanto complicado e de certa forma inviável estrategicamente. O segundo guiava-se pela busca do controle desses sujeitos, desenvolvendo ações que evitassem que eles agissem livremente e a seu bel prazer. Pois bem, esse segundo desejo havia uma possibilidade maior de ser realizado, mas só seria possível se contassem com ajuda insofismável de outro grupo não menos controverso: os policiadores.

3.4-O outro lado da moeda: a Polícia em cena

Na Feira de Santana Moderna, conforme Eronize Souza (2008), em seu trabalho que busca relacionar o processo de transformação na urbe e a ênfase dada à problemática da violência, o desejo de moralização, higienização e disciplinarização, especialmente nos espaços urbanos, colocaram os atos de violência ou de contravenção como episódios de anticivilidade, que atrapalhavam enormemente o projeto idealizado de uma urbe grandiosa, progressista e ordeira. A Feira crescia, transforma-se na mesma velocidade que os transportes por aqui passavam, cortando o Brasil de Norte a Sul. O comércio e o desenvolvimento de algumas indústrias financiavam esse ritmo de crescimento, graças a esse movimento, pousavam nas terras de Santana gente dos quatro cantos do Brasil. Como testemunho dessa movimentação, recorremos mais uma vez a Eurico Alves Boaventura:

Ondas e mais ondas e mais ondas de Nortistas, de Nordestinos, sobretudo de Nordestinos bem intencionados, por aqui batiam. Outra já era a linguagem ouvida pelos cantos da rua, no meio das praças, no campo do gado, até mesmo na heráldica e orgulhosa Avenida Senhor dos Passos. (...) E aqui e ali burburinho de sombras saltando de paus-de-arara de auto-ônibus de longe, de muito longe.²³²

De acordo com Rollie Poppino (1968), o crescimento populacional em Feira de Santana fora algo sensacional, ainda mais quando levamos em consideração que, entre 1860 e 1950, o território municipal sofrera diminuição, a partir da emancipação política de alguns de seus distritos/povoados²³³ e, mesmo assim, a população não deixara de

²³²BOAVENTURA, Eurico, Op. Cit. p. 84.

²³³ Pertenciam ao território de Feira de Santana os seguintes municípios: Riachão do Jacuípe, Tanquinho, Conceição do Coité, Anguera, entre outros.

crescer em nenhum momento sequer. Assim temos, de acordo com números de alguns recenseamentos, em relação à população global: 1872, população de 51.959 habitantes; 1900, 63.000 habitantes; 1920, 77.600 habitantes; 1940, 83.268 habitantes; 1950, 107.205 habitantes²³⁴. Nos finais da década de 1950, o município tinha a quarta maior população da Bahia, estavam a sua frente, Salvador (417.235); Itabuna (147.730) e Ilhéus (132.240). Em se tratando dos números em relação à população urbana, o crescimento é ainda mais substancial, assim em 1920 tínhamos 7.760 habitantes, já em 1940 a urbe contava com aproximadamente 20.000 habitantes, e em 1950 com 34.277. Nesse último momento, a cidade sede já havia conquistado o posto de mais populosa do interior do Estado.

Junto com esse crescimento, os problemas tornaram-se preocupações na ordem do dia, mesmo que alguns membros da camada dominante buscassem reproduzir um discurso de paz e da falsa harmonia social, a cada rua, localidade, bairros, os conflitos descortinavam-se. Estes apareciam, materializados em conflitos cada vez mais latentes e já citados nessa pesquisa, com destaque para: civilizados x Ignorantes; urbano x rural; progressistas x atrasados; feirenses x nortistas e trabalhadores x vadios.

Esses conflitos, por mais que fossem conhecidos e discutidos, ainda causavam estranhamento e uma sensação de temor. Com esse sentimento estampou-se em primeira página, no dia 15/08/1956, o editorial denominado “Em que terra nós estamos?”:

Em que terra nós estamos? Na Princesa do Sertão ou no paraíso do crime? Numa comunidade civilizada ou num lugarejo turbulento e selvagem? Numa terra de justiça ou numa cidade sem lei, viciada e viciosa que acoberta todas as depravações e aceita todos os crimes? É a pergunta que eu faço. É a pergunta que faz toda Feira sobressaltada de insegurança, revoltada em face de tamanha calamidade, ultrajada nos seus brios de terra decente e ordeira. O que mais grave ainda é que tais fatos ocorrem e se repetem continuamente, com características que nos leva a crer, infelizmente, que roamos de modo inapelável para o abismo da suprema degradação. (...) Em que terra nós estamos? Uma cidade civilizada ou uma aldeia truculenta? Numa comunidade de seres humanos ou num covil de feras? Na feira pacata e honrada ou numa terra conformada pelo crime e reformada pelo vício (...)²³⁵

Esse texto do articulista Carlos Pires sintetiza as tensões e contradições que marcavam o cotidiano citadino, de um lado uma urbe que crescera, do outro uma

²³⁴ POPPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968. P.246 e 247.

²³⁵ Jornal O Coruja, 15/08/1956.

assentada em problemas que, de uma maneira ou de outra, atrapalhavam e inibiam novas etapas do progresso a serem galgadas.

Nessa realidade constituída, teria papel estratégico a figura dos policiadores. Esses homens de coragem, alistados voluntariamente ou indicados por apadrinhamento político, teriam a responsabilidade de harmonizar as tensões sociais e inibir o quanto fosse possível a presença de criminosos e contraventores no município, em particular atenção para o perímetro urbano, tido como a coroa da Princesa do Sertão. A presença policial era defendida por todos aqueles que estavam investidos no discurso modernizante. Assim, quando a onda de criminalidade aumentava seu fluxo, o desabafo da população quase sempre, por meio da imprensa, responsabilizava a falta de efetivo policial suficiente pela situação vivida. Para Souza (2008):

Frente às desordens, uma sociedade sobre controle era a exigência dos representantes das elites feirenses. O controle deveria ser efetuado através de “medidas policiais repressoras” onde o aparato policial aparece como instâncias privilegiadas para garantir a tranquilidade social, pois somente essa instituição poderá fazer frente aos desajustados sociais²³⁶

Dessa maneira, os agentes policiadores seriam, aos olhos das elites, representantes legais do aparelho estatal. Perceber a instituição policial enquanto mero arsenal repressivo, agindo sob as ordens de um estado ou de uma burguesia repressora não seria a melhor maneira de compreender o funcionamento da instituição no cotidiano de quaisquer sociedades modernas. Além disso, tomar para si essa concepção sem perceber a diversidade de ações e de contradições que compõe as atitudes dos sujeitos policiais em suas práticas, por mais que fossem partícipes de uma burocracia estatal que projetavam um modelo social, seria pormenorizar sua existência e capacidade de atuação. Assim, reconhecemos estes homens da lei muito além dos que simples fiscalizadores da ordem, seriam eles intérpretes das leis e árbitros das normas morais e sociais vigentes. Portanto, concebemos o policial como agente histórico, mais até do que a instituição, seria o elo entre o estado regulador das ordens fundantes da modernização e aqueles que, mesmo contestados, teimavam em fazer parte da vida cidadina. Seguir essa concepção teórica pressupõe a ocorrência de alguns riscos. Conforme Bretas (2013), deve-se tomar cuidado com esta compreensão, pois ao retrazar trajetórias e práticas policiais de uma maneira autônoma, sem levar em consideração

²³⁶ SOUZA, Eronize Lima. *Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. P.69

aspectos relacionados ao mundo policial institucional – leis, regulamentos internos, prescrições de superiores, treinamentos – pode-se incorrer no erro de exagerar no enfoque dos sujeitos, levando a uma posição de não reconhecimento de aspectos importantes da coerção estatal nas estratégias de controles. Infere-se então, de acordo com Jacques Revel (2010), que:

As instituições são inseparáveis da configuração do jogo social, o que significa que os homens precisam de uma instituição para se orientar e se deslocarem pelo interior de seu mundo social, o que é uma maneira de dizer que eles se servem delas.²³⁷

Assim conclui-se, que a polícia, em geral, e o policial, em particular, não podem ser concebidos enquanto uma estrutura exterior ao campo social, pelo contrário, a sua existência correlaciona-se de maneira recíproca com valores, normas, conduta e papéis reconhecidos pela sociedade da qual faz parte.

Dessa forma, problematizamos, em um contexto de progresso e modernização da sociedade, qual seria a função diferencial da instituição policial e como essas obrigações – consequências dos desejos da classe dominante – rebateram no tirocínio diário daqueles que perfizeram os quadros da segurança pública entre as décadas de 1940-1960, especialmente nos ambientes urbanos? Para Marcelo Thadeu Martins (2012), em estudo que objetiva compreender a formação republicana da polícia paulista, nas primeiras três décadas do século XX o medo social estabelecido num mundo em transformação, criou um ambiente de tensão, agravado pela quantidade de desocupados e vadios que perambulava pelas ruas da cidade. Esperava-se, então, que a função da polícia fosse invariavelmente manter a ordem, aplicando a lei e detendo a criminalidade. A formação moderna da burocracia da segurança teria como atribuição final gerir o espaço público – o bem maior do estado republicano – preocupando-se em controlar, vigiar e conter a “gente desclassificada”.

A Folha do Norte de 16/12/1950 ratifica o que se espera da polícia: “(...) cabe à polícia agir contra esses malandros e desordeiros. Sua função é essa mesmo de manter a ordem e o respeito, de assegurar ao público sossego, salvaguardando o dos perturbadores da tranquilidade e da ordem”²³⁸. A preocupação com a ordem ganhara grande repercussão devido ao maior temor social na república brasileira: a desordem.

²³⁷ REVEL, Jacques. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed UFPR, 2010. P. 117-118.

²³⁸ Jornal Folha do Norte, 16/12/1950.

Para Claudia Mauch (1997), o que mais se destacou no policiador a partir da instauração da República foi o desenvolvimento do olhar vigilante, ou seja, sua obrigação principal seria atentar-se ao movimento das ruas, em vigilância constante, buscando com isso antever ações criminosas que viessem atrapalhar ordem estabelecida. Assim:

A principal função do vigilante era a de ser “inexorável e constante perseguidor dos gatunos, dos malfeitores e das pessoas mal-intencionadas ou de costumes viciosos.” Para tanto, deveria tratar de conhecê-los bem para vigiá-los melhor, gravando na memória a sua fisionomia e o nome ou alcunhas dos ratoneiros conhecidos, indagando de seus costumes, seus cúmplices habituais e todas as circunstâncias que levem a conhecer as suas más intenções e evitar seus crimes²³⁹

Esse olhar vigilante facilita para o agente policial compreender de maneira oportuna o funcionamento de seu espaço de atuação. Dessa forma, como estratégia de controle e maior repressão, fora comum por parte de delegados e comandantes de tropas destacar agentes para trabalhar especificamente em áreas perigosas nas urbes brasileiras. Em Feira de Santana não fora diferente, como o “Complexo da Rua do Meio” era o território dito proibido e perigoso, seria esse o mais vigiado. Para isso seriam escalados os policiadores mais sagazes. Como mostra dessa estratégia trazemos à tona a reportagem “O policial Demosthenes matou para não morrer”, da Folha do Norte, que narra a saga desse policial que, durante a sua carreira, sempre trabalhara em áreas de risco na cidade, particularmente na zona de prostituição:

Dentre os auxiliares da policia, um dos poucos colocados pela Delegacia Regional foi o Sr. Demosthenes Guedes Farias cujo procedimento sempre esteve acima de qualquer censura, de fato ninguém nessa terra nunca viu o senhor Demosthenes em farras, ingerindo aguardente em bares e fazendo desordens. Sua habilidade em labutar com homens perigosos é notória, sempre procurando meios moderados para contornar situações criadas na madrugada adentro, pela exaltação alcoólica em locais suspeitos. (...) O policial nunca sacou uma arma, embora devido as suas funções, andasse sempre armado. Designado para policiar “boites” e “rendez-vous”, fiscalizou durante muito tempo o “Oásis” cujos proprietários poderão testemunhar a sua maneira correta e branda de contornar e evitar conflitos (..\$.). Há alguns dias o policial passou a dar serviço na casa

²³⁹MAUCH, Claudia. O policial e a cidade: um olhar vigilante. In: SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra (Org.). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1997. P. 71.

de Lindalva Tertuliana de Jesus (...). Em um local temível como é conhecida a casa 125, acabou com os tiroteios, correrias de depredações que traziam em sobressalto constante os moradores (...)²⁴⁰

Esse expediente utilizado pelo poder público – para o controle e invisibilidade do reduto – nada mais era do que uma tentativa de estabelecer a fiscalização e uma improvável “ordem externa” ao poder instituído internamente, visando com isso evitar que fossem cometidos excessos. Dessa forma, o “Complexo da Rua do Meio” caracterizava-se, enquanto uma “Zona Moral”²⁴¹, pois simbolizava uma contra ideia ao que era desejado e normatizado. Assim, as forças institucionalizadas tinham por obrigação manterem-se atentas às ocorrências desses espaços.

3.5- Policiadores: uma experiência no cotidiano brasileiro

Por mais que a busca pela manutenção da ordem tenha sido uma demanda de longa duração na história dessa instituição e uma prática dos sujeitos que fazem parte dela, em outros momentos históricos a polícia teria tido atribuições que lhe enquadravam enquanto um grupo capaz de promover a prevenção, fiscalização e contribuir para a ordenação de pessoas, no que tange a formação e instrução educacional. Conceitualmente, para Foucault (1988), a polícia seria um golpe de estado permanente, nascida nas sociedades ocidentais nos finais do século XVIII, com objetivos de criar condições para assegurar o desenvolvimento ampliado do capital. Já para Robert Pechman (2002), a polícia no século XIX, especialmente no Rio de Janeiro na formação da corte, quando da presença da Família Real Portuguesa, seria um agente de civilização e de urbanização, ou seja, tinha em suas entranhas um sentido pedagogizante. Dentre algumas de suas obrigações, estariam a fiscalização e o zelo pelo asseamento e estética da área urbana municipal, prestação dos primeiros socorros, responsabilidade de controle dos enfermos e, ainda, a defesa dos costumes condizentes para uma sociedade que buscava sofisticar o comportamento ante a presença da nobreza metropolitana. Nessa sociedade que se construía com novos valores e que se diferenciava paulatinamente da colonial, com características patriarcais, onde as Ordenações Filipinas contrariavam os ideais de civilização, a desordem seria entendida

²⁴⁰ Jornal Folha do Norte, 09/01/1960.

²⁴¹ De acordo com Park (1968), lugar onde prevalece um código moral divergente e que tem a construção de suas leis dadas tacitamente no seu cotidiano por alguns indivíduos portadores de poder intraterritorialmente.

como tudo aquilo que atrapalhava o sentido final do que fora idealizado. Sendo assim, tínhamos nessa sociedade do século XIX:

A desordem entendida, então, como tudo aquilo que impede a civilização e seu antidoto não estaria mais na ponta do látego, mas nas “doçuras” da moderação, na contenção das paixões e na docilidade da submissão, tudo isso na base do decoro público²⁴²

Percebe-se uma grande preocupação com o espaço público, justamente por esse tornar-se o local definido como o exercício da civilidade. Portanto, as funções dos policiadores eram muito mais abrangentes do que atualmente lhe são atribuídas. Teríamos então, conforme Foucault (1982), uma concepção do termo polícia no século XIX atrelado às táticas do bem governar uma população.

Essa mesma polícia do século XIX se configurava, inclusive nominalmente, como Força Militar de Segurança. Uma guarda armada e fardada que agia de maneira ostensiva pelas ruas. Esse modelo de policiamento seria baseado nas “*Sergentes de Ville*” de Paris e nos “*Bobbies*” de Londres, ambos criados em 1829. Em terra brasileira, a primeira cidade que criou uma espécie de policiamento militarizado fora justamente o Rio de Janeiro, quando da chegada da Família Real Portuguesa. Em seu estudo sobre o exercício cotidiano da polícia na capital federal, Marcos Bretas (1997) nos esclarece:

A polícia francesa foi supostamente o modelo para uma polícia autoritária, preocupada com a segurança das instituições do estado e sujeito a um rígido controle central. O modelo inglês corporificado na figura do *Bobby* sugere uma polícia sob maior controle dos cidadãos preocupada principalmente com a segurança individual. O Rio de Janeiro sendo a capital era uma exceção com sua força local, sob controle do governo central. A função de polícia dividiu-se sem obedecer a um planejamento definido, em duas forças paralelas, a polícia civil e a polícia militar²⁴³

Além de uma polícia militarizada, compreendia a segurança pública nacional, ao longo do século XIX, a chamada Guarda Nacional, responsável por defender as fronteiras locais e inibir as desordens generalizadas, servindo dessa forma aos interesses das oligarquias provinciais. Para Nilson Crusoé Júnior (2005), esta era tida como um agrupamento auxiliar do exército, com armamentos e fardas custeados pelo governo

²⁴² PECHMAN, Robert. *Cidade Estreitamente vigiada: o Detetive e o Urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. P. 73

²⁴³ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 39 e 40.

central e também pelos seus próprios componentes. Mesmo tendo atuação nos arrabaldes das vilas e cidades, essa força:

Atuou diversas vezes como força militar policiando províncias, provando que na prática havia a substituição das funções do policiamento (...). A guarda nacional exercia uma forte pressão eleitoral, favorecendo aos interesses partidários, contribuindo para ascensão e manutenção dos partidos políticos oligárquico.²⁴⁴

Com o advento da República e a escolha do federalismo, mesmo que cambiante, como formação burocrática e administrativa na gestão do estado brasileiro, a polícia passou a ser de inteira responsabilidade dos governadores, não só sua manutenção, mas também a organização de uma reforma administrativa necessária e toda uma modernização de sua aparelhagem.

Nesse momento, podemos reconhecer os princípios de profissionalização de seus membros, a divisão e especialização das atividades policiais, ocorrendo também definitivamente uma especialização nas atribuições de cada órgão que compunha o sistema de segurança pública. Teríamos, assim, de um lado a polícia fardada e ostensiva, cada vez mais militarizada, tanto no sentido da composição de uma hierarquia, quanto nos interesses classistas. Na República Velha, esse tipo de policiamento servira de suporte para o exército no que concerne à defesa do território, e praticamente passava a maioria do tempo aquartelada, ou seja, reunido, seguindo ordens superiores, mantendo a tropa em treinamento para atender as situações que se fizesse necessário.

Do outro lado, contava-se com a Polícia Civil e suas funções administrativa, jurídica e investigativa, tendo como grande responsabilidade apurar legalmente as infrações penais, construindo provas e remetendo-as ao Poder Judiciário, em forma de Inquérito. Conforme Alcides Palma (1975), organizador da obra *História da Polícia Civil da Bahia*, existiriam ainda as “Guardas”, denominadas genericamente de Guarda Civil, uma espécie de polícia municipal, subordinada ao Delegado Geral e que agiria diretamente no projeto de reordenamento urbano das cidades brasileiras e de forma preventiva. Na Bahia, Salvador foi a primeira a contar com esse reforço no policiamento, graças ao decreto nº 1151 de 17/08/1912, assinado pelo governador José Joaquim Seabra. Diz:

²⁴⁴ CRUSOÉ JÚNIOR, Nilson. *Da Volante à Academia: a Polícia Militar da Bahia na Era Vargas (1930-1945)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. P. 27

Cria-se a Guarda Civil do Estado da Bahia e aprova o seu regulamento:

Art. 1: Fica criado de acordo a lei nº 61, de 14/08/1905, o corpo da Guarda Civil incumbida de exercer com a Polícia militar o serviço de polícia preventiva da capital do estado.

Essa Guarda Civil seguramente fazia de fato a ronda pelas ruas e agia efetivamente na busca pela ordem, isso pelo menos durante os primeiros anos republicados. Nessa estrutura, os “delegados de polícia” assumiriam o comando das tropas, tendo a responsabilidade de distribuir escalas, organizar postos e, inclusive, indicar ou excluir membros. Dessa forma, a partir da assinatura desse documento, o policiamento das urbes baianas, particularmente as mais populosas, passou a ser feito pelas duas instituições, ambas fardadas e de caráter ostensivo, justificando-se com isso alguns investimentos.

Já no decorrer do século XX, especialmente nas cinco primeiras décadas, houve um processo de modernização na segurança pública brasileira. Em meados dos anos 40, é possível notar o aumento do contingente policial, investimento em transportes e armamento, inclusive formação e capacitação para aqueles que escolheram aventurar-se na empreitada da proteção dos bons costumes. É válido acrescentar que, em relação à formação e treinamento, a Polícia Militar baiana estaria à frente tanto da Polícia, quanto da Guarda Civil, pois desde 1922 contava com a Escola de Instrução na capital. Esta instituição educacional objetivava capacitar os praças – soldados –, contando com a tutela do exército brasileiro em seu funcionamento. Além disso, após a chegada de Vargas ao poder e toda a sua política de fortalecimento do ideário de segurança, ordem e trabalho para o desenvolvimento da nação, a Polícia Militar assumira lugar estratégico para implantação do modelo de sociedade que se queria gestar. Para isso, ocorreu uma reorganização na estrutura da instituição, com a promulgação da lei de Ensino Militar. Essa foi primordial para a criação, em 1936, do Centro de Instrução Militar da Bahia, escola responsável por proporcionar formação técnica para aqueles Oficiais que teriam respaldo para comandar tropas. A abertura desse espaço, que posteriormente veio se transformar na Academia de Polícia, para Crusoé Júnior (2005), fora determinante para lhes tornarem autônomos em relação ao exército e desenvolverem um ideal de corporação, servindo-lhes para diminuir a influência do mandonismo local e proporcionando a abertura de editais para seleção de novos integrantes.

Diferentemente dos Militares, na Polícia Civil, por mais que as técnicas de investigação tenham avançado, os Delegados e Chefes de Polícias continuavam sendo indicados por políticos situacionistas, independente das respectivas formação e experiências. Isso pode ser demonstrado na reportagem do semanário “O Coruja”:

Para por fim a tal estado de coisas, após nomeação pelo Sr Chefe de Policia, aqui, chegou em noite do dia 30, o Senhor Flavio Coelho, filho do Deputado Ladislau Cavalcante, líder do PSD da Câmara Estadual, acompanhado do comissário Elísio Medeiros, dos investigadores Altivo, Arlindo e Arivaldo, além de quatro Guardas da Polícia Especial, iniciando logo uma batida policial na cidade, agindo prontamente contra o abandono policial em que se achava Feira de Santana²⁴⁵

A indicação e o apadrinhamento político eram a tônica quando se tratava do cargo de delegado, ainda mais de uma cidade como Feira de Santana. No caso da reportagem, foi ordenado o filho de um grande aliado do Governador da Bahia, Antonio Balbino, para a segunda maior delegacia do estado. Esse tipo de indicação trazia uma série de problemas, muitas vezes o individuo não tinha aptidão para a função, outras vezes não agia eticamente, conforme a responsabilidade do cargo. No entanto, da mesma forma que tiveram Delegados de péssima reputação e credibilidade, como foi o caso de Osvaldo Bastos, sendo criticado pela interação mutualística, em defesa do Jogo do Bicho, em especial aquele organizado por Oscar Marques, agiu em Feira de Santana, entre o segundo semestre de 1949 e os primeiros meses de 1950, o delegado Capitão Antonio Rodrigues Sousa²⁴⁶. Este, mesmo ligado ao grupo dos situacionistas, fez um trabalho que rendera elogios inclusive dos opositoristas da UDN. Podemos reconhecer que, de fato, as ações desse agente da lei representaram, com toda certeza, a perseguição mais implacável e justa – sem benefício a quaisquer Banqueiros – da história do jogo pelas plagas da Princesa do Sertão. Essa afirmação pode ser comprovada levando em consideração o número de processos-crime abertos que tinham o jogo do Bicho e os jogos de azar enquanto tema encontrados no Arquivo do CEDOC-UEFS. Dos 31 processos-crime, 14, quase a metade tiveram sua atuação, seja na busca dos flagrantes, seja no lançamento de Portarias Judiciais.

²⁴⁵ Jornal “O Coruja” 12/08/1956.

²⁴⁶ “Comunicado: Tenho a grata satisfação de levar em consideração que em data de hoje – 19/10/1949 – assumo as funções de delegado neste Município, para o qual fui nomeado pelo decreto do dia 10 do corrente mês, assinado na Secretaria de Segurança Pública, pelo Sr. Dr. Governado do Estado.” Em Folha do Norte, 22/10/1949.

A gestão do Capitão Antonio Rodrigues de Sousa diferenciou-se dos seus antecessores e sucessores por dois pontos: **primeiro**, pela perseguição implacável à Jogatina, fosse apostador, bicheiro, arrecadador ou banqueiro; e **segundo**, por sua formação profissional e consequente preparo para o cargo. Observa-se que além de algumas portarias²⁴⁷, como a primeira que fora lançada assim que chegara à cidade, declarando que o jogo estava proibido em solo feirense e que não teria quaisquer tolerâncias²⁴⁸, todos os seus Inquéritos contavam com qualidade e preocupação com a redação, amparavam-se sempre nas normas judiciais e buscavam evidenciar os acontecimentos a base de provas. Tudo isso pode ser percebido no processo-crime da prisão do cambista João Ribeiro dos Santos²⁴⁹, vulgo Juvenal, perambulando com talões de jogo pela Rua do Meio. No seu depoimento, assume a culpa da prática ilícita, mas reconhece que sofrera aliciamento moral do Banqueiro Elias Martins. Com essa informação, o Delegado lança uma portaria que tinha como alvo os principais mantenedores do jogo. Assim, Elias é convidado a se apresentar na delegacia para fazer uma acareação com o possível cambista. Após os esclarecimentos, o Banqueiro é reconhecido no Inquérito como réu do processo.

Para Alonso de Miraval, articulista responsável pela coluna “*A vol D’oiseau*”²⁵⁰, da Folha do Norte, a função de Delegado seria muito complexa e não deveria ser exercida por leigos na arte do Direito e tampouco poderia estar atrelada à política provinciana do interior, deveria, sim, constituir-se cargo de carreira. Com esse pensamento, insurge-se contra o modelo de indicação e o perfil da maioria dos que assumiam a Delegacia Regional de Feira de Santana:

Que pode afinal saber de Direito um pobre diabo pegado a dente de cachorro e guiado, quando menos o espera, a uma cargo responsabilioso que requer além de alguma cultura e ilibada independência moral, amplos conhecimentos das leis penais do processo, das contravenções, de menores, de medicina legal, etc, etc,²⁵¹

²⁴⁷ Segundo a Lei de Contravenções Penais, o responsável por jogo, pode ser preso em flagrante, quando for encontrada simples posse de material – talões, *poules*, resultados – mesmo que as amostras estejam incompletas. Por Portarias, o investigador deve observar algumas formalidades tidas como necessárias para apurar a verdade. Para o jurista Waldyr de Abreu, a construção do Inquérito Policial por Portaria daria poder de autoridade judiciária a um Delegado, podendo esse favorecer perseguições, como também o fechamento de olhos para o que estivesse acontecendo.

²⁴⁸ Processos-crime: E:2; CX: 54; Doc: 924; E:2, CX:45; Doc: 762 e E:1; CX:03; Doc: 58. CEDOC/UEFS.

²⁴⁹ Processo-crime: E: 1; CX:07; DOC:123. CEDOC/UEFS.

²⁵⁰ Expressão francesa, em tradução literal significa: “Em Linha Reta”

²⁵¹ Jornal Folha do Norte, 17/01/1953 N° 2271.

Exceção feita ao Capitão Antônio Rodrigues que, considerado ilibado e sábio, mesmo num contexto de clientelismo político, soube honrar sua nomeação. Vale acrescentar que, além do articulista, a própria justiça reconhecia seu papel de destaque. Vejamos o que nos fala o promotor público Osvaldo Pinheiro Requião²⁵²:

(...) Os cambistas/bicheiros comedidos eram discretos e nunca se aventuravam contra a fé alheia, sem, primeiro, se certificarem de estar bem a salvo de qualquer surpresa, conforme observei pessoalmente, várias vezes, nos bares e barbearias da cidade, pois o anterior titular exercia uma vigilância camarada, mas efetiva e encontrou o ambiente mais ou menos saneado pela atuação segura de seu antecessor, o Cap. Antonio Rodrigues de Sousa, o delegado que não ficou... Por que era bom demais (...)²⁵³

Salvo raras exceções, a manutenção no cargo de delegado não durava muito, alguns meses, ou até mesmo dias. Não sabemos ao certo qual o motivo dessa rotatividade, mas podemos supor que as pressões político-partidárias, a cobiça pelo cargo ou ainda as críticas explícitas estampadas nas manchetes dos jornais, por não conseguirem solucionar os crimes e também por não evitá-los, prejudicando assim a tão idealizada e sonhada ordem, contribuía em muito para a troca de nomes. Não devemos esquecer que alguns desses recebiam propostas para assumir outros cargos, principalmente os ligados à carreira jurídica.

Em relação aos policiadores da Guarda, para diferenciá-los dos militares, a imprensa os denominava de auxiliares. A contratação destes baseava-se no contato direto com delegados e investigadores e na respectiva afamação de coragem e presteza. Esses além de fazerem a ronda, principalmente no perímetro urbano feirense, como nos atesta as letras da Folha do Norte:

É fato conhecido de todos que a Polícia local não dispõe de viaturas, nem de suficiente número de homens para seus serviços, numa cidade infestada de maus elementos como a nossa. Houve por bem a policia admitir auxiliares, como já era costume de há muito em nossa terra, recrutados entre os cidadãos pobres. É bem verdade, de procedimento ilibado. Foram afastados todos que se excedem em suas funções, iniciativa do Delegado Paulino Chaves²⁵⁴

²⁵² O Magistrado em questão também era articulista da Folha do Norte, escrevendo com o pseudônimo de Alonso de Miraval.

²⁵³ Processo-crime: E:4; CX: 180; Doc: 2416. CEDOC/UEFS.

²⁵⁴ Jornal Folha do Norte, 09/01/1960.

Teriam como responsabilidade a entrega de intimação para testemunhas e suspeitos de crimes e também observar práticas contraventoras à ordem, sendo com isso os “olhos dos delegados”. Em momento da cruzada contra o jogo do bicho, tiveram importância estratégica ao denunciar praticantes e descobrirem os locais que estruturassem a jogatina. Alguns deles usavam fardamentos específicos, no entanto, o mais comum seria a utilização de um crachá de identificação.

Para Eduardo Silva (1988), em seus estudos sobre a polícia no Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, era expediente comum selecionar membros para polícia, oriundos das camadas da população que seriam objetos de sua própria atenção, isso por sinal servira como estratégia da aparelhagem estatal para facilitar a perseguição, pois ao ter a mesma origem facilitaria a compreensão das artimanhas dos sujeitos “indesejáveis”. Porém, da mesma maneira que facilitaria a perseguição, os acordos tacitamente construídos seriam possíveis. Nessa interação entre sujeitos supostamente “opostos”, havia trajetórias de semelhanças. Dessa forma, o policiador representante do estado seria o próprio algoz das estratégias de imposição e controle. Agindo de uma maneira sub-reptícia, seus atos ganhariam outras significações, deixaria de ser inibidor contumaz do comportamento atentatório ao progresso, para interagir inclusive em concordância com aqueles que deveriam ser suprimidos. Aos olhos da imprensa, esses atos colocavam em cheque o lugar da polícia enquanto responsável por rebater comportamentos que estavam aquém do que era civilizado e desejado. A edição da Folha do Norte, de 20/01/1951, traz duas reportagens com esse teor:

Repete-se diariamente as arbitrariedades praticadas por soldados do destacamento local de polícia (...). A agressão foi praticada pelo soldado Adolfo, cuja fama de malcriado corre de boca-em-boca. O soldado teve como comparsa do crime, o individuo chamado de José Sergipano e que está a promover assiduamente desatinos, muito embora suas tropelias fossem despercebidas pela polícia. Policiadores de mãos dadas com malfeitores. O destacamento policial precisa sofrer sérias reformas (...). Já que elementos que o compõem tornam-se incapaz de garantir a ordem, por que promove a desordem.²⁵⁵

Os marreteiros continuam a agir impunemente nesta abandonada e bela cidade. Fizeram o seu quartel general na Praça dos Remédios. E lá ficam a espera dos incautos para marretar. E não escondem que contam com a proteção de vários soldados. É uma tristeza!²⁵⁶

²⁵⁵ Jornal Folha do Norte, 20/01/1951.

²⁵⁶ Jornal Folha do Norte, 20/01/1951.

Para complementar a Segurança Pública feirense, havia a presença da Guarda Noturna. Segundo estimativa de Rollie Poppino (1968), esta fora organizada em 1913, pela iniciativa de grandes comerciantes da cidade, com o objetivo de combater roubos nas casas comerciais. Esse tipo de vigilância buscava combater principalmente gatunos, larápios e vadios que perambulavam pelo centro comercial feirense. Devido à importância desse tipo de serviço, buscou-se através de projeto de lei transformá-lo em agrupamento estatal, sendo financiado a partir do orçamento municipal. Esse projeto foi apreciado na Câmara de Vereadores, em 1948, tendo como proponente o então edil Almachio Boaventura. Nele ficava estabelecido o número mínimo de 20 guardas e também normatizava que esse serviço ocorreria diariamente, entre as 22h e as 06h. O projeto foi aprovado, conformando o Serviço de Vigilância Noturna, sendo mantido através de uma taxa adicional cobrada em conjunto com o Imposto Predial.

Ao longo da temporalidade dessa pesquisa, notamos que esse serviço, mesmo com a precariedade, contava com a simpatia dos articulistas dos hebdomadários locais. Assim, fora muito comum reportagens denunciando problemas recorrentes na Guarda Noturna. A crítica mais presente ficava por conta do sempre baixo efetivo. Para se ter uma ideia se em 1930 existiam oito homens apenas, mais de vinte anos depois o efetivo continuava o mesmo, nem mesmo o efetivo mínimo garantido na lei estava sendo respeitado. Outras críticas também eram explicitadas, vejamos:

Praticamente Feira de Santana não tem guarda noturna. A existente é insuficiente e desorganizada para o policiamento de uma cidade grande e movimentada como a nossa (...). Já é tempo de se dar uma solução ao problema da Guarda noturna da urbe, cujo número é insuficiente para o policiamento, mal remunerados e sem nenhuma garantia e vantagens (...) cujos parcos vencimentos contrastam de modo gritante com as responsabilidades da missão que exercem (...) A Guarda não dispõe de armas para seus agentes e não tem recursos para distribuir fardamentos aos guardas que entra ano e sai ano com uniformes surrados. E muitos nem uniforme tem²⁵⁷.

Percebe-se que os problemas com esse agrupamento eram avolumados, estes iam desde o pequeno efetivo, passando pela má remuneração e chegando à falta de condições dignas de trabalho, nem armas de fogo a guarda contava, se viravam com apitos e, quando muito, com cassetetes. Isso pouco inibia as ações dos gatunos e desocupados nas noites feirenses. É preciso salientar que, mesmo sendo difundida a importância da Guarda Noturna e a imprensa defendendo os sujeitos que a compunham,

²⁵⁷ Jornal Folha do Norte, 07/11/1953.

o número de crimes, principalmente aqueles contra o patrimônio (roubos e furtos), não paravam de crescer no perímetro comercial.

3.6- Policiadores: agentes da lei ou do crime?

De uma forma ou de outra, o sistema de segurança feirense havia sido construído ao longo do século XX, buscando organizar o espaço público e controlar as ações dos sujeitos ditos indesejáveis. O medo da camada dominante guiava a prática dos policiadores, sejam eles de qual corporação fossem. No entanto, notamos que os agentes da lei, imbuídos em manter a ordem, ao usar a violência ou ao se aproximar de práticas outras, que não eram as esperadas, apresentavam-se como contraventores, arruaceiros, valentões e criminosos de toda sorte. O Jornal “O Coruja” nos ajuda a compreender a situação:

Não se espera mais nada da polícia, pois numa cidade como a nossa com mais de 30 mil habitantes conta para o policiamento com apenas dois investigadores e dez soldados. Enquanto os soldados fazem dos circos, arena para espancar estudantes indefesos e da Rua do Meio, o seu ponto de reunião, o crime e a desordem continuam. Apelar pra quem?²⁵⁸

Conforme essa reportagem, localizada na coluna “De Auditó”, eram graves os problemas na segurança pública da Princesa do Sertão. O mais importante deles, e sempre latente, seria o número insignificante de agentes da lei. Mesmo com o apelo por parte da imprensa e dos pedidos formais feitos pelos vereadores e chefes políticos locais, as mudanças eram quase imperceptíveis, a violência e a desordem pareciam ser a tônica na urbe, especialmente na década de 1950. Em menos de um ano, outra reportagem avalia a pequena mudança no quadro:

Quando há meses passados o destacamento policial desta cidade contava com 4 soldados e um investigador, solicitamos das autoridades uma providência no sentido de aumentar o mesmo, pois os crimes e roubos eram constantes devidos ao pequeno número de policiadores. Agora temos 15 soldados, um cabo, um sargento e três investigadores, mas a situação continua a mesma.²⁵⁹

²⁵⁸ Jornal O Coruja, 22/10/1955.

²⁵⁹ Jornal O Coruja, 08/06/1956.

A situação do efetivo melhorou só em 1957, quando da implantação de um Batalhão de Polícia.



Foto 21 - Batalhão da Polícia Militar, fins da década de 1950.

A imagem anterior demonstra a quantidade de soldados da Polícia Militar que nos finais da década de 1950 passaram a fazer a segurança da urbe. Muito provavelmente devido aos poucos recursos, optou-se pela bicicleta como meio de transporte. Por mais que essa garantisse agilidade, pela própria limitação, a segurança ficava majoritariamente restrita ao centro urbano, localidades mais distantes – distritos, povoados – e subúrbios com certeza ficavam carentes desse serviço público. Tudo indica que esse problema perdurou por alguns anos. A imprensa em mais uma oportunidade age como porta-voz dos incômodos:

A polícia de Feira de Santana luta atualmente contra toda espécie de dificuldades para realizar um perfeito policiamento em nossa terra. É fato conhecido de todos que a Polícia local não dispõe de viaturas,

nem de suficientes números de homens para seus serviços, numa cidade infestada de maus elementos como a nossa.²⁶⁰

Mais uma vez toca-se na temática do tamanho do efetivo policial, uma recorrência na opinião de gestores, jornalistas e intelectuais. No entanto o problema não ficava circunscrito a isso, como pode ser percebido no texto do articulista Carlos Henrique Pires. Para ele:

Estradas que trouxeram para Feira o impulso de sua expansão trazem também de todas a plagas do Brasil elementos de má índole, criminosos da pior espécie, que por aqui transitam, deixando vestígios de seus comportamentos, para depois desaparecerem protegido pelo anonimato e pela ineficiência de uma polícia desprovida completamente dos necessários recursos para repressão da criminalidade.²⁶¹

A reportagem insinua que Feira de Santana “pagava” pelo desenvolvimento econômico alcançado, pois junto com homens e mulheres honestas que vieram para a cidade trazendo consigo força de trabalho ou ainda espírito empreendedor, fato que ajudara no progresso local, também chegaram outros tipos de sujeitos, está aí uma crítica direcionada para os Nortistas – Paraibanos, Pernambucanos, Alagoanos – que, através de sua “índole” para o não-trabalho, para a contravenção e para a criminalidade, atrapalhavam o desenvolvimento.

Nesse mesmo contexto estaria a Polícia que, sediada numa terra dita e assumida civilizada, não conseguia cumprir com suas obrigações, sendo notório o despreparo de muitos policiadores. Mas, sem sombra de dúvida, o que mais incomodava a elite governante e, por conseguinte, o respectivo discurso modernizante e que valia as principais críticas à instituição policial como um todo, seria a existência cada vez mais inaceitável em pleno centro comercial do “Complexo Rua do Meio”, com seus sujeitos e práticas em desacordo ao que era idealizado para Feira de Santana, em meados do século XX. A falta de perspectiva de uma urbe menos violenta e mais ordeira era constatada quando se fazia a avaliação da polícia, esta que deveria ser vigilante e ostensiva contra o “antro da perdição”, se fazia parceira ou, no mínimo, agia com permissividade no funcionamento daquele território. A imprensa não aceitava tal interação e, enquanto porta-voz dos arroubos civilizatórios, denunciava:

²⁶⁰ Jornal Folha do Norte, 06/01/1960.

²⁶¹ Jornal O Coruja, 12/02/1956.

Para vergonha nossa e das autoridades o jogo tornou-se uma instituição na terra de Santana (...). Ora, é de se perguntar: Que fazem os soldados? Basta uma rápida visita a Rua do Meio, onde impera o jogo e veríamos a causa da falta de policiamento, onde encontraríamos soldados a garantirem cabarés e meretrizes, com tal interesse, dando ideia de serem pagos para tal fim. Atualmente causa receio as famílias saírem a noite, pois a cidade vive a mercê dos ladrões e criminosos sem que haja repressão alguma²⁶²

Assevera-se que os policiadores, pagos para manter a ordem, constituíam interações com aqueles sujeitos que deveriam ser controlados, quando não, extirpados. Os policiadores mantinham relações, além das prostitutas, com cambistas, bicheiros e vadios, ou seja, contraventores variados. Dessa forma, os atos de violência causados por criminosos e com envolvimento direto ou indireto policial causavam ainda mais indignação.

Na tentativa de controle e repressão dos “sujeitos incivilizados”, a violência tornava-se um meio e seria um atributo do Estado, e o policial, como um de seus representantes, poderia legalmente usá-la. Forma-se aí um paradoxo, como usar a violência numa sociedade que a condenava ideologicamente, mas que ao mesmo tempo sentia-se a necessidade de usá-la para alcançar os objetivos traçados? Para resolver essa contradição, duas perspectivas foram seguidas. Num primeiro momento buscou-se limitar o uso e intensidade da violência, reconhecendo a necessidade dela, mas de uso moderado. Assim, a Folha do Norte se pronunciava:

Cabe à polícia manter a ordem. A sua função é essa mesma, de manter a ordem e o respeito, de assegurar ao público sossego, salvaguardando dos perturbadores da tranquilidade e da ordem. Ação enérgica e eficaz, não quer dizer por parte da patrulha arbitrariedade. (...) É incrível, inacreditável que uma miséria dessa fosse praticada por policiadores. Indivíduos capazes de praticar atos dessa espécie são monstros e, dessa vez, perversos, que deveriam ser expulsos de uma corporação da tradição como é a Polícia Militar da Bahia.²⁶³

O texto diz respeito a uma sessão de espancamento que policiais fizeram com um indivíduo em plena luz do dia na Rua do Meio. Pelo que fora testemunhada, teria sido feita de maneira gratuita e de forma exagerada. Infere-se que a própria polícia e a imprensa admitiam ações enérgicas, mas sem arbitrariedades, todas e quaisquer

²⁶² Jornal O Coruja, 03/06/1956.

²⁶³ Jornal Folha do Norte, 16/01/1951.

condutas deveriam primar pela manutenção da ordem – o bem maior – para isso, seria necessário coibir os comportamentos desviantes dos criminosos e dos próprios policiadores.

Mais uma reportagem nos ajuda a compreender o limite do uso da violência estatal. Dessa vez, em outra coluna – “Semana Policial” – do jornal “O Coruja”, e com uma opinião diferente:

Dia a Dia a cidade vem reconhecendo os inestimáveis serviços que os soldados da Polícia Metropolitana vem prestando à nossa terra. Quer no combate ao jogo, ao meretrício, a malandragem ou ao desarmamento nota-se a atuação desses homens, que sob o comando do operoso Capitão Romenil de Meireles, vem se portando de maneira distinta, compreendendo o seu dever.²⁶⁴

A polícia referida trata-se de um destacamento militar vindo da capital, com objetivo de vigiar ostensivamente o perímetro urbano, tendo sido criado pelo governador da Bahia, Antonio Balbino (1955-1959), em momento de grande onda de criminalidade e contravenção que se alastrou por todo estado. Acrescenta-se que, de acordo com interpretação dos números de ocorrências policiais na urbe, os últimos anos da década de 1950 estavam deixando a população em sobressaltos, com o crescimento exacerbado da violência. Na edição de 08/07/1956, o semanário “O Coruja” resolveu fazer um balanço da criminalidade, baseado nos registro da Delegacia de Polícia. Assim, expõe:

Tamanha é a onda de homicídio que invadiu a cidade que achamos de esclarecer os fatos à opinião pública constrangida com tantos crimes. A fim de sermos precisos na informação, colhemos junto à Delegacia de Polícia local os dados que apresentamos abaixo, referente ao período de 30 de maio de 1955 à 30 de junho de 1956:

13 assassinatos
11 suicídios
09 atropelos
05 afogamentos²⁶⁵

Em relação a outros crimes, dentre os quais as contravenções, segue a estatística em relação às prisões:

Dizem que a Polícia não prende; que os roubos se sucedem; que as agressões se repetem; e não há providência:

²⁶⁴ Jornal O Coruja, 30/09/1956.

²⁶⁵ Jornal O Coruja, 08/07/1956.

Prisões Por:

235 Roubo
 108 Desordem
 77 Averiguações
 51 Embriagues
 50 Agressão
 12 Jogos
 11 Debilidade Mental
 09 Ordem do Juiz
 05 Crime de Morte²⁶⁶

Por todos esses números, se fazia necessária a presença de um grupo de polícia especializado em ações urbanas. Não sabemos ao certo quanto tempo ficou esse grupo em solo feirense. No entanto, por algumas manifestações da população, é perceptível que a presença do grupo tivera boa repercussão. Isso pode ser demonstrado nas cartas e comentários de agradecimento direcionado ao Chefe desse destacamento. Vejamos o encaminhado pelo comerciante Cícero de Carvalho:

Sr. Capitão Romenil de Meirelles

Venho observando com cuidado a atuação da Polícia comandada por Vossa Senhoria e confesso sinceramente que nossa terra está atravessando uma fase maravilhosa. Os policiais bem educados e ciosos dos seus deveres, tem feito um trabalho digno de nota. Assim, quero desde já hipotecar minha irrestrita solidariedade e sugerir a V.S para que entre em entendimento com diversos comerciantes de nossa praça, para uma ajuda substancial, afim de que a Polícia sob vosso comando continue prestando inestimáveis serviços, para tranquilidade de quantos aqui residem.²⁶⁷

A segunda perspectiva fica por conta da individualização dos atos de violência. A instituição policial – necessária e imperiosa –, para a sociedade, não seria tida em si enquanto violenta ou incompetente para garantir suas funções mínimas, mas alguns de seus membros que, através de práticas desviantes, maculavam os propósitos do sistema de segurança. A reportagem “O soldado atirou em plena Rua” nos esclarece quanto a essa perspectiva:

Na segunda-feira próxima passada, era conduzido por um soldado do destacamento local um pobre individuo que tinha furtado uma melancia. Na Rua Sales Barbosa o preso correu e o soldado saindo em perseguição do mesmo, puxou o revólver que trazia na cintura e atirou em plena via pública, atingindo uma senhora de nossa sociedade. É inacreditável que um policiador ande com o revólver sobre a túnica,

²⁶⁶ Jornal O Coruja, 08/07/1956.

²⁶⁷ Jornal O Coruja, 18/11/1956.

em desrespeito a sociedade, as autoridades e o povo, numa cidade civilizada e da importância de Feira de Santana. Um soldado que dispõe de uma arma em via pública de grande movimento, sem necessidade e em dia de feira é um irresponsável, não pode e nem deve ser um policiador.²⁶⁸

O articulista adjetiva o policiador de irresponsável e incapaz de assumir o cargo que lhe foi conferido. O ato de atirar em via pública em plena luz do dia já seria inaceitável, mas tornou-se ainda mais grave e descabido por ter ocorrido numa segunda-feira, dia da semana que a urbe recebia grande público devido à grande feira semanal. Um ato violento desse, qualificado como “incivilizado”, podia contribuir negativamente para a imagem de progresso e modernidade que tanto era defendida pela elite dirigente.

Outra reportagem nos ajuda esclarecer mais ainda a intenção de colocar os atos de violência na esfera dos equívocos e interesses particularistas de determinados indivíduos:

Ontem pela manhã, estive na redação o Senhor Manuel de Almeida Santos (Vulgo China) e em conversa com nossa reportagem queixou-se do espancamento e ferimentos que recebeu da polícia. A vítima foi barbaramente espancada e ferida a facão, apresentando ferimento em várias partes do corpo, principalmente na região lombar que está toda retalhada. O bárbaro e perverso autor de tal desumanidade foi o soldado Pedro, que apelidou seu facão de “come gente”.²⁶⁹

O texto nos parece elucidativo, mais uma vez o ato de violência ficou restrito a uma prática individual do Soldado Pedro, essa concepção ganha ainda mais força, devido ao histórico de seu comportamento. O fato é tido discursivamente como bárbaro e perverso e, por isso, não poderia ser tolerado. Algo que chama atenção é que a vítima em vez de denunciar na delegacia, resolve fazer isso na redação do jornal Folha Norte. Qual o motivo disso? Ao escolher esse local para fazer a denúncia, possivelmente Manuel sabia do poder de intimidação que a imprensa teria e, principalmente, da sua atuação como intermediária entre os desejos da população e as responsabilidades das autoridades competentes. Nessa situação, a denúncia seria a saída para a resolução da rixa, além de ser uma garantia contra futuras retaliações.

Tudo levar a crer que a instituição policial também comungava com o discurso de individualizar os atos de violência extremada por parte dos seus quadros, para isso criava medidas que pudessem premiar ou punir os agentes conforme suas atuações.

²⁶⁸ Jornal Folha do Norte, 23/03/1950.

²⁶⁹ Jornal Folha do Norte, 22/11/1952.

Mais uma vez a imprensa, exercendo seu lugar social, noticia medida tomada pelo comando do destacamento de polícia local:

Por ter praticado desordem em plena via pública, na quarta-feira última foi preso o indivíduo Lauretino Alves Filho, que era auxiliar de polícia. O senhor Paulino Chaves, Delegado desta Cidade, ao ter conhecimento do fato, cassou imediatamente o cartão de identificação e mandou excluir o desordeiro do quadro de seus auxiliares. Demonstra-se que a polícia local não abriga maus-elementos.²⁷⁰

A reportagem prontamente declara o policiador um ex-membro. A justificativa seria a contravenção de desordem, algo inadmissível para aquele que teria como obrigação inibir justamente o que estaria cometendo. A exclusão deste torna-se facilitada por se tratar de um auxiliar, investido no cargo dado a necessidade de mais homens na segurança pública feirense e, quase sempre, sem vínculo formal algum. Caso se tratasse de um Policial Militar, oriundo de outro processo de seleção, as prerrogativas seriam outras, a exclusão não seria feita de uma maneira prática e rápida, graças ao estatuto, já validado, deveria ser aberto um processo administrativo, podendo este se arrastar por meses ou anos, enquanto isso as cenas de violências continuariam sendo repetidas por aquele.

Nas seções policiais de ambos os semanários analisados, quase sempre apareciam notas responsabilizando policiais por exagero e violência gratuita, além de denúncias recorrentes à possível interação e envolvimento ativo e passivo com jogos de azar, vadiagem, abuso de poder, alcoolismo ou, incrivelmente, perturbação a ordem.

Portanto, nas ruas, becos e ruelas do “Complexo da Rua do Meio”, policiais, jogadores, desocupados, prostitutas e vadios interagiam articulando um cotidiano na Feira de Santana que se distanciava qualitativamente ao que era desejado e anunciado pelos variados vetores do discurso modernizante. Assim, o ideário de ordem e desordem, faces opostas de uma mesma realidade, construía vivências e representavam um capítulo à parte da História da Princesa do Sertão.

²⁷⁰ Jornal Folha do Norte, 16/04/1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal qual um desejo que só se sustenta na falta, os projetos de modernização impostos nas cidades brasileiras, a partir da implantação da República, agiram na medida em que a urbe e os seus sujeitos caminhavam contrariamente ao que era idealizado e ao que deveria ser instituído. Palavras como ordem, progresso, educação, higienização, urbanização, modernização e controle faziam parte de quaisquer desses projetos. Dessa forma, antes de mais nada, essa pesquisa que teve a cidade enquanto objeto, e o processo de modernização como problemática, é um estudo que buscou analisar as ações e interferências de grupos sociais, reconhecidos pelo discurso dominante como obstáculos a serem superados.

Buscamos, assim, compreender a História de Feira de Santana a partir do microcosmo denominado “Complexo da Rua do Meio”, coletivo de ruas localizado no centro comercial da urbe e que se destacava pelo menos até o início da década de 1940 por ser uma localidade mista, formada por residências e lojas comerciais. Desse modo, o cenário formado por membros de algumas famílias da elite, comerciantes de variados produtos, visitantes e transeuntes fortuitos que aqui chegavam, dada a fama da cidade, em especial do comércio, no geral, e de sua feira semanal, em particular, e também por sujeitos ditos “indesejáveis” perante o discurso de modernização e progresso, tais como *jogadores, vadios, prostitutas, desocupados, boêmios* e, não esqueçamos, os *policiares e guardas*, famosos agentes da lei e dos bons costumes.

A experiência destes diversos grupos sociais conformou uma variedade igual de territórios, multifacetando o “Complexo da Rua do Meio”. De acordo com Muniz Sodré²⁷¹ (1988), numa cidade moderna e dita civilizada, as elites republicanas pensavam em reproduzir sentidos que deviam ser reconhecidos por parte das camadas populares, conformando assim o fenômeno da territorialização, no qual os mesmo sujeitos constituíam uma identidade grupal que lhes oportunizava o reconhecimento de si pelos outros, mesmo que esse reconhecimento fosse provavelmente depreciativo e negativizador.

No entanto, nesse processo constituinte, por mais que as estratégias de imposição fossem explícitas, os sujeitos “amaldiçoados”, as resignificavam, tornando as armas dos inimigos as suas próprias armas, desenvolvendo, com isso, táticas de

²⁷¹SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a cidade*. A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

consumo. Reconhecemos que diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta como pôde ser percebida nos ambientes citadinos, e em Feira de Santana não fora diferente, postou-se uma produção do tipo totalmente diverso, qualificado enquanto “consumo” e que tivera como característica principal suas astúcias e esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas piratarias, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, enfim, uma arte em utilizar para si o que lhe fora imposto.

Por fim, reconheço o “Complexo da Rua do Meio” como uma grande rua, não como um mero espaço de passagem entre casas, comércios e civilizações, não apenas um espaço onde os sujeitos desfilam sua ignóbil existência. A rua seria muito mais que isso, em conformidade com João do Rio, esta seria o fator preponderante da vida nas cidades, uma agasalhadora das misérias, o palco dos aplausos dos medíocres e dos infelizes, o polo articulador das transformações das linguagens, enfim, o resumo do conforto para o “animal civilizado”. Não esqueçamos e estamos aqui para dizer em alto e bom som: as ruas têm alma! E como tinha a nossa Rua do Meio!

Lista de Fontes

- Arquivo Público Municipal de Feira de Santana.

Imposto de Décima – 1941, 1944, 1950, 1951.

Correspondência do Executivo Municipal – 1936, 1942, 1944.

Código de Postura de Feira de Santana, 1937.

- Biblioteca Municipal Arnold Silva

Jornal Folha do Norte – 1940-1960

Jornal O Coruja – 1954-1957

Anuário Estatístico – 1998

Memória Fotográfica de Feira de Santana. Feira de Santana. Fundação Cultural da Bahia, 1994.

- Centro de Documentação e Pesquisa da UEFS – CEDOC/UEFS.

Processo-Crime: Sumário. Jogo do Bicho. Estante: 2; Cx: 55; Doc: 956

Processo-Crime: Habeas Corpus. Jogo do Bicho. E:2; CX:42; Doc: 707.

Processo-crime: Sumário. Jogo do Bicho. E:2 ; Cx: 45; Doc: 762

Processo-crime: Sumário. Jogo do Bicho. E:1 ; Cx: 03; Doc: 58

Processo-crime: Inquérito. Jogos de Azar. E:4; Cx: 109; Doc: 2270.

Processo-Crime: Habeas Corpus. Jogo do Bicho. E:4; Cx: 120; Doc: 2416

Processo Crime: Inquérito. Desacato. E:4; Cx: 120; Doc: 2416.

Processo-crime: Sumário. Furto. E: 2; CX: 52; Doc: 868.

Processo-crime: Sumário. Lesão Corporal. E: 1; CX: 08; Doc: 157.

Processo-Crime: Inquérito. Jogo do Bicho. E: 4; CX: 120; Doc: 2416.

Processo-crime: Sumário. Roubo. E;3; CX:70; Doc: 1113.

Processo-crime: Sumário. Vadiagem. Estante 3; Caixa 64; Documento 1199.

Processo-crime: Habeas Corpus. Vadiagem. E: 4; Cx: 93; Doc: 1903.

Processo-Crime: Habeas Corpus. Casa de Prostituição. Caixa 93; Estante: 04; Documento: 1916.

Processo Crime: Habeas Corpus. Casa de Prostituição. Caixa 99; Estante: 04;
Documento: 2056.

Processo-crime: Sumário. Jogos de Azar. E: 1; CX:07; DOC:123.

Processo-crime: Sumário. Jogo do Bicho. E:2; CX: 54; Doc: 924; Jogo do Bicho
Sumario

- Memorialistas:

ALMEIDA, Oscar Damião de. *Dicionário Personativo, Histórico e Geográfico da Feira de Santana*. Feira de Santana, 2000.

LAJEDINHO, Antonio de. *A Feira na década de 30*. Feira de Santana, s.n., 2004.

José Francisco Brandão de Freitas

FREITAS, José Francisco Brandão de. *Reminiscência de Feira de Santana*. Feira de Santana: Print mídia, 2013.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Waldyr de. *O Submundo da Prostituição, Vadiagem e Jôgo do Bicho: aspectos sociais, jurídicos e psicológicos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1968.
- ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do Povoamento de Feira de Santana: um estudo de História Colonial*. Salvador: UFBA, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- BACELAR, Jefferson. *A Família da Prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.
- BAHIA, Juarez. *Setembro na Feira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986
- BENATTE, Antonio Paulo. *Dos Jogos que especulam com o Acaso: Contribuição a História do Jogo de Azar no Brasil (1890-1950)*. Campinas: UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado).
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no Auge do Capitalismo. Obras Escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *A Paisagem Urbana e o Homem: memórias de Feira de Santana*: UEFS, 2006. Organização e Notas de Maria Eugênia Boaventura.
- BRESCIANE, Stella (Org) *Imagens da Cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a Polícia da Era Vargas*. Brasília: Ed UNB, 1994.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais e OLIVEIRA, Maria Fagundes (ORGS). *Publica-se em Feira de Santana: das Cartas de Leitores e Redatores e dos Anúncios em O Progresso e na Folha do Norte (1901-2006)*. Feira de Santana: Ed UEFS, 2012.

CARVALHO, Marina Vieira. *Os vadios na Resistência ao Disciplinamento Social da Belle Époque carioca*. In: Anais Anpuh Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

CRUSOE JÚNIOR, Nilson Crusoe Júnior. *Da Volante à Academia: a Polícia Militar da Bahia na Era Vargas (1930-1945)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. *Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: I. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma*. São Paulo: Hemus, 1975.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. São Paulo: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador II. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESPINHEIRA, Gey. *Divergência e Prostituição: Uma análise sociologia da comunidade prostitucional do Maciel*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

FELDMAN, Sara. *Segregações Espaciais Urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. USP, 1989. (Dissertação de Mestrado).

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (Dissertação de Mestrado)

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2000.

FREITAS, Renan Springer. *Bordel Bordéis: Negociando Identidades*. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREITAS, Marcos Cezar de; SOUSA, Laura de Mello e. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: Prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. São Paulo: Zahar, 1982.

GLOTZ, Gustave. *A Cidade Grega*. São Paulo: Difel, 1980

HERSCHMANN, Micael e LERNER, Kátia. *Lance de Sorte: O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto M. (org). *A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LEITE, Rinaldo. *E a Bahia Civiliza-se: Ideais de Civilização e Cenas de Anti-civilidade em um Contexto de Modernização em Salvador (1912-1916)*. UFBA, 1996. (Dissertação de Mestrado)

LEITE, Juçara Luzia. *República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

LINS, Rafael Quintela. *Uma “democracia” para os “Senhores da Cidade”: Eleições, Poder e Direção Política em Feira de Santana (1947-1958)*. Feira de Santana: UEFB, 2011. (Monografia de Graduação)

LOPES, Gustavo Accioli. *A Cruzada Modernizante e os Infiéis no Recife (1922-1926): Higienismo, Vadiagem e Repressão Policial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

LOPEZ, Robert S. *A Revolução Comercial na Idade Média (950-1350)*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou Leva. Do vale o impresso ao vale o Escrito: Uma História Social do Bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. Rio Janeiro: UFRJ, 2010.

MAROCCO, Beatriz. *Prostitutas, jogadores, Pobres e vagabundos no discurso Jornalístico*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MATOS, Railda. *Elas sonham acordadas em Santo Antonio dos Prazeres – mulher em prostituição*. Salvador, 2000. (Dissertação de Mestrado)

MAUCH, Claudia. O policial e a cidade: um olhar vigilante. IN: Souza, Célia Ferraz e PESAVENTO, Sandra (Orgs). *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1997.

MONTEIRO, Francisco Gledson. *Trilhas e Memórias do Mundo da Cancela*. In: Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, Vol.2, ano II.

MUMFORD, Lewis. *Arquitetura, Construção e Urbanismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana. *De Empório a Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. UEFS, 2000. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Morais. “Canções da cidade Amanhecendo”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Brasília: Universidade de Brasília.. (tese de doutorado)

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano. (1950-1960)*. Recife: UFPE, 2008. (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Josival Pires. *Entre Vadios, Valentes e Mestre Capoeiras*. IN: Anais Anpuh Bahia, 2010.

OLIVEIRA, Josival Pires de. *Adeptos da mandinga: candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. (Tese de Doutorado).

Oliveira, Sidney de Araujo. *Desenhando uma avenida feliz*. Feira de Santana: Ed Uefs, 2012.

ORLANDI, Eni. *Língua e Conhecimento Linguístico para uma História das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1996.

PADILLA, Ricardo. *O Jogo uma Paixão*. Porto Alegre: Só Livros, 1995.

PARK, Robert. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. IN: VELHO, Otávio (ORG). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

PEREIRA, Armando. *Prostituição: uma visão global*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

PEREIRA, Ivonete. *“As Decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900-1940)*. UFSC, 2004.

PERROT, Michele. *Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

PECHMAN, Robert. *Cidade Estreitamente vigiada: o Detetive e o Urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PECHMAN, Robert. *Os Excluídos da Rua: ordem urbana e cultura Popular*. IN: BRESCIANE, Stella (ORG). *Imagens da Cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares Malditos*. Revista Brasileira de História. Vol. 19, n37, 1999.

_____. *O Imaginário da Cidade: visões literária do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. In: Revista Estudos Históricos, vol 8, Nº 16, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2001.

PINTO, Raimundo. *Pequena História de Feira Santana*. Feira de Santana: Sicla, 1971.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (ORGS). *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

POPPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.

PIRENNE, Henri. *As cidades na Idade Média*. São Paulo: Europa-América, 2009.

RAGO, Margareth. *Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da sexualidade feminina, (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil. 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REVEL, Jacques. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed UFPR, 2010.
- RIBEIRO, Úrsula de Nielander. *Mulher Mercadoria*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- RODRIGUES, Cristiane. *A Construção Social do Vadio e o crime de Vadiagem (1886-1906)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- SANTANA, Nélia. *A Prostituição Feminina em Salvador (1890-1930)*. Salvador: UFBA, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. *DIVERSÕES E CIVILIDADE NA “PRINCESA DO SERTÃO” (1919-1946)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Jair Nascimento. *Paratodos Bahia: uma organização no Jogo do Bicho*. Salvador: UFBA. 1995. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Henrique Sena dos. *“Pugnas Renhidas”: Futebol, Cultura e Sociedade em Salvador, 1901-1924*. Feira de Santana: UEFS, 2012. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Alane Carvalho. *Feira de Santana nos Tempos da Modernidade: o Sonho da Industrialização*. UFBA, 2002. (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, Alane carvalho. *Industrialização, Desenvolvimento e Modernidade na Princesa do Sertão*. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, (Monografia de Especialização)
- SANTOS, Cátia Maria. *Visões de uma Cidade: Imagens Urbanas de Feira de Santana (1929-1940)*. UEFS, 2004 (Monografia de Especialização).
- SANTOS, Cristiane Lima. *MODERNA, MAS HONRADA: MORALIDADE E HONRA SEXUAL FEIRA DE SANTANA (1940-1960)*. Santo Antônio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.
- SCHIMIDT, Benício. *Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- SILVA, Aldo José Morais. *Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1937)*. UFBA, 2000.
- SILVA. Ivanilo Alves. *Jogo do Bicho: contravenção ou crime?*. São Paulo: Universidade Faculdades Metropolitanas Unidas, 2006. (Monografia Especialização).

SILVA, Miranice Moreira da. *ENTRE MÁSCARAS E SERPENTINAS: Por uma história dos festejos carnavalescos feirenses (1891-1939)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2013. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Mayara Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. UEFS. 2012. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Maria Carolina Silva Martins da. *Nas veredas dos Discursos Moralistas: a Honra das Mulheres em Feira de Santana (1960-1979)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SIMMEL, George. *A Metrópole e a Vida Material*. IN: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SOARES, Simone Simões. *O Jogo do Bicho: a saga de um fato Social Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SODRÉ, Muniz. *O Terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1988.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande. 1920-1945*. Campinas: Unicamp, 2001. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Eronize Lima. *Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

SOARES, Luis Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas. A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (ORGS). *Imagens Urbanas: Os Diversos Olhares na Formação do Imaginário Urbano*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2001.

VELHO, Gilberto (ORG). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. *Conceitos e Categorias de Cidades*. IN: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.